UNIVERSIDADE POSITIVO

GIULIA DE CARVALHO CONTIERI

NOSSA VOZ, NOSSA COMUNIDADE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE ABORDAGENS PARTICIPATIVAS COMO FERRAMENTA PARA A URBANIZAÇÃO DE FAVELAS DIGNAS, SUSTENTÁVEIS E RESILIENTES A RISCOS SOCIOAMBIENTAIS EM CURITIBA

CURITIBA

2024

UNIVERSIDADE POSITIVO

GIULIA DE CARVALHO CONTIERI

NOSSA VOZ, NOSSA COMUNIDADE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE ABORDAGENS PARTICIPATIVAS COMO FERRAMENTA PARA A URBANIZAÇÃO DE FAVELAS DIGNAS, SUSTENTÁVEIS E RESILIENTES A RISCOS SOCIOAMBIENTAIS EM CURITIBA

Documento de dissertação de mestrado apresentado como requisito parcial a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental, Universidade Positivo.

Orientador(a): Prof. Dr. Rivail Vanin de Andrade

Linha de pesquisa: Planejamento, Conservação e Desenvolvimento Socioambiental

Projeto associado: Planejamento e implantação de métodos de diagnóstico, intervenção e controle ambiental

CURITIBA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central - Universidade Positivo - Curitiba - PR

C762 Contieri, Giulia de Carvalho.
Nossa voz, nossa comunidade : um estudo de caso sobre abordagens participativas como ferramenta para a urbanização de favelas dignas, sustentáveis e resilientes a riscos socioambientais em Curitiba / Giulia de Carvalho Contieri. — Curitiba : Universidade Positivo, 2024.
195 f. ; il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Positivo, Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental, 2024.
Orientador: Prof. Dr. Rivail Vanin de Andrade.

1. Urbanização de favelas. 2. Vulnerabilidade socioambiental. 3. Resiliência urbana. 4. Abordagens participativas. 5. Habitabilidade. I. Andrade, Rivail Vanin de. II. Título.

CDU 502

AGRADECIMENTOS

Apesar de levar meu nome na capa, esta dissertação é fruto de uma colaboração profunda e de memórias que levarei comigo com muita gratidão.

Ao meu querido orientador, Rivail, que embarcou comigo em tantas ideias que pareciam impossíveis dentro do nosso tempo e escopo — mesmo quando estávamos os dois no "olho do furacão". Por todas as vezes que optei pelo caminho mais difícil porque acreditava que, de alguma forma, poderia fazê-lo dar certo, você confiou em mim e me incentivou (corajoso!). Seu apoio e orientação, sempre acompanhados de bom humor e risadas, tornaram possível atravessar os furacões.

À CAPES, pela bolsa que tornou possível a realização plena deste projeto, permitindo minha entrega total às vivências que fizeram toda a diferença para o resultado atingido.

Aos meus parceiros, cuja forma humanizada e sensível de atuar me ensinou mais do que poderiam imaginar. Aos colegas da TETO, sintam-se abraçados como a TETO me fez sentir desde a primeira construção, abraçada por propósito e pessoas de coração imenso. Ao Andrei, e a cada aluno da Universidade Positivo que se permitiu viver essa experiência de vida real, enxergando para além do que a maioria se permite ver. Foi um imenso prazer ter todos ao meu lado; contem comigo sempre.

À minha família, pelo carinho, paciência e compreensão enquanto minha atenção estava frequentemente dividida com o computador. Sei que meus interesses profissionais fogem um pouco do “tradicional”, mas tenho muito amor por tudo isso e espero orgulhá-los na minha jornada. Obrigada por serem a base de tudo que sou.

E, por último – e mais importante – à Comunidade Santos Andrade. Se pudesse, citaria cada nome aqui, tentando honrar pelo menos 1% da imensa gratidão que sinto por todo acolhimento, colaboração e pelos momentos compartilhados. Obrigada por acreditarem — não apenas em mim, mas na força da voz de cada um de vocês. Este é, sem dúvida, o resultado mais valioso de todos.

Obrigada por tanto.

RESUMO

Estatísticas globais indicam que o número de pessoas vivendo em áreas com déficit urbano e habitacional aumentará significativamente nos próximos anos, onde a estigmatização e a injustiça ambiental são comuns. Nessas regiões, os moradores enfrentam maior exposição a riscos socioambientais, exacerbados pela combinação de vulnerabilidade social e ambientes degradados. Em muitas cidades, as favelas são vistas como espaços marginalizados e tratadas como zonas de despejo, resultando em urbanizações insustentáveis que ignoram as complexidades sociais. Curitiba, considerada uma "capital modelo", não é exceção a essa realidade. As abordagens participativas emergem como uma ferramenta de integração dessas comunidades à cidade formal, tendo os habitantes no centro da tomada de decisões, evidenciando as particularidades de cada território. Esta pesquisa, centrada em um estudo de caso na comunidade Jardim Santos Andrade, avalia como essas abordagens podem revelar potencialidades locais e assim melhorar as políticas públicas voltadas para o tratamento das favelas. A pesquisa revelou uma receptividade considerável da comunidade às práticas propostas, evidenciada pela participação nas atividades. Atividades como a "Árvore de Problemas e Soluções" geraram discussões profundas sobre as causas e consequências das vulnerabilidades locais. Essa complexidade abrange diversos ODS, principalmente os de número 10 e 11, focados na redução das desigualdades e na urbanização inclusiva e sustentável das favelas. Para maximizar os resultados e fomentar um desenvolvimento acadêmico sensível às questões sociais, os levantamentos foram conduzidos em colaboração com a ONG TETO e a disciplina de Assentamentos Urbanos do curso de Arquitetura e Urbanismo. Essas coletas contaram com estratégias lúdico-vivencias parte de uma metodologia híbrida, na qual o estudo de caso é enriquecido com metodologia etnográfica. Os resultados foram analisados à luz dos critérios de moradia adequada da ONU, e avaliados através de diagramas esquemáticos e discurso etnográfico. Ao final, se identificou disparidades marcantes entre áreas formalizadas e não formalizadas da comunidade, permitindo a sustentação da aplicabilidade de abordagens participativas visando processos de urbanização que integram as favelas às cidades de forma digna, sustentável e resiliente a riscos socioambientais.

Palavras-chave: *Urbanização de favelas. Vulnerabilidade socioambiental. Resiliência urbana. Abordagens participativas. Habitabilidade*.

ABSTRACT

Global statistics suggest a significant increase in the number of people living in areas with urban and housing deficits in the coming years, where stigmatization and environmental injustice are prevalent. In these regions, residents face heightened exposure to socio-environmental risks, exacerbated by the interplay between social vulnerability and environmentally degraded conditions. In many cities, favelas are often viewed as marginalized spaces and treated as dumping zones, leading to unsustainable urbanization efforts that fail to consider necessary social complexities. Curitiba, often labeled as a "model capital," is no exception to this reality. Participatory approaches emerge as a tool for integrating these communities into the formal city, placing inhabitants at the center of decision-making processes and highlighting the particularities of each territory. This research, focused on a case study in the Jardim Santos Andrade community, explores how these approaches can reveal local potentialities, thereby improving public policies aimed at addressing favelas. The study found a considerable receptivity from the community towards the proposed practices, as evidenced by their participation in activities. Initiatives like the "Problem and Solution Tree" fostered deep discussions about the causes and consequences of local vulnerabilities. This complexity spans various SDGs, particularly numbers 10 and 11, which focus on reducing inequalities and promoting inclusive and sustainable urbanization of favelas. To maximize results and foster academic development sensitive to social issues, the surveys were conducted in collaboration with the NGO TETO and the Urban Settlements course of the Architecture and Urbanism program. These data were collected using ludic and experiential strategies, part of a hybrid methodology in which the case study is enriched with ethnographic methodology. The results were analyzed based on UN criteria for adequate housing and evaluated through schematic diagrams and ethnographic discourse. In the end, significant disparities were identified between formalized and non-formalized areas of the community, supporting the applicability of participatory approaches aimed at urbanization processes that integrate favelas into cities in a dignified, sustainable, and socio-environmentally resilient manner.

Keywords: *Slum Urbanization. Socio-environmental Vulnerability. Urban Resilience. Participatory Approaches. Habitability.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Análise de Indicadores dos ODS da ONU em Curitiba 19
Figura 2: Representação do “Morro da Favella”..... 28
Figura 3: Natureza multidimensional da pobreza urbana 32
Figura 4: Relação entre perigo, exposição, vulnerabilidade e riscos socioambientais 34
Figura 5: Impactos da desigualdade socioambiental..... 38
Figura 6: Comparação entre projetos e intervenções 54
Figura 7: Esquema explicativo do funil de delimitação dos artigos coletados..... 73
Figura 8: Credenciais e cartaz digital usados para identificação e divulgação 79
Figura 9: Principais temáticas abordadas em campo dentro dos 7 critérios da ONU..... 81
Figura 10: Gráfico representativo do peso de cada categoria conforme Atividade 01..... 82
Figura 11: Manual utilizado pela pesquisadora na condução da Atividade 02..... 85
Figura 12: Material de divulgação e bilhete de controle da Atividade 03 87
Figura 13: Resumo da análise e cruzamento dos dados coletados..... 90
Figura 14: Construção metodológica resumida..... 92
Figura 15: Mapa de Curitiba com delimitação das Regionais..... 94
Figura 16: Mapa de Curitiba com delimitação dos Bairros e áreas sujeitas à inundação 95
Figura 17: Mapa do entorno imediato da Comunidade Santos Andrade 97
Figura 18: Contraste da parte regular e irregular da comunidade..... 99
Figura 19: Comunidade Jardim Santos Andrade 101
Figura 20: dados mais relevantes da ECO 103
Figura 21: Evolução da Santos Andrade em torno do Rio Mossunguê, 1969 e 1985..... 104
Figura 22: Perspectiva aérea da comunidade Santos Andrade via drone, abril de 2024..... 105
Figura 23: Mosaico de fotos tiradas no dia da Atividade 01 108
Figura 24: Espacialização dos dados coletados pelos estudantes no mapa da comunidade 110
Figura 25: Resultado do Mapeamento Afetivo..... 112
Figura 26: Resultado das “Árvores de Problemas e Soluções - Segurança de Posse" 114
Figura 27: Trabalho de alunos na Atividade 03 116
Figura 28: Votação dos moradores na Atividade 03..... 117
Figura 29: Propostas em imagens para a votação 118
Figura 30: visões contrastantes entre formal e informal 122

Figura 31: Exposição de brinquedos, garrafas vazias e caixas de cigarro em um mesmo contexto 126

Figura 32: Representações de pertencimento na comunidade 128

Figura 33: Diagrama de Segurança de Posse, Integração Cultural e Pertencimento na Comunidade Santos Andrade 130

Figura 34: Exemplo de moradias sob riscos 132

Figura 35: Contrastes do limite da cidade formal 135

Figura 36: Corredor de alto risco próximo ao rio 136

Figura 37: Diagrama da Infraestrutura Urbana e Habitabilidade na Comunidade Santos Andrade 137

Figura 38: Acesso forçado da comunidade ao lazer 142

Figura 39: Um dos principais pontos comunitários de correspondência 143

Figura 40: Diagrama de acessibilidade econômica, acessibilidade, localização e entorno da Comunidade Santos Andrade 145

Figura 41: Mapa conceitual das dinâmicas e núcleos heterogêneos percebidos pela pesquisadora na Santos Andrade 156

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

COHAPAR	Companhia de Habitação de Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDMC	International Displacement Monitoring Centre
IFRC	Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
IPPUC	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
NRC	Norwegian Refugee Council
OHCR	Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PSUP	The Participatory Slum Upgrading Programme
UN-HABITAT	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
WWF	World Wildlife Fund

PRÓLOGO

Acredito que tudo o que somos é, de fato, resultante das experiências que vivemos, os meios que habitamos, as companhias ao nosso lado e a forma como, ao longo da vida, tecemos como enxergamos, agimos e reagimos à essas experiências. Por isso, neste espaço de Prólogo permito-me contar um pouco do que me trouxe até aqui, e agradeço a você, leitor, por dedicar seu tempo a este relato. Espero que ele o ajude a entender, como sabiamente diz meu orientador Rivail, a lente através da qual conduzi esta pesquisa pela qual tenho tanto carinho.

Quando paro para pensar no porquê de ter escolhido cursar Arquitetura e Urbanismo como graduação, é engraçado eu mesma não saber ao certo, e sinto que continuei sem ter essa certeza durante todo o curso, sem conseguir responder a famosa pergunta “e você já sabe qual área vai atuar?” comum nos almoços de família. Embora a arquitetura tenha inúmeras formas de atuação, nada do que eu conhecia até então parecia ser exatamente o que eu buscava, o que eu me via fazendo.

Um pouco antes de começarem as aulas do último ano eu já pesquisava ansiosa possíveis temas para o tão esperado TCC, mas a resposta estava grudada em um recorte de jornal em meu quarto há algum tempo. O trecho de reportagem, já meio amarelado, com uma imagem de uma casinha de argila com telhado de palha tinha sido dado pelo meu avô, e falava de um abrigo emergencial autoconstruído por mulheres de uma comunidade vulnerabilizada na África. Não querendo parecer clichê, mas o frio na barriga que senti naquele momento me deu a certeza de que eu havia encontrado – ou reencontrado – o que eu buscava.

Desde pequena, meu avô sempre teve o costume de entregar para mim e meu irmão reportagens interessantes dos jornais que ele lia durante a semana, sempre relacionados a assuntos que interessavam mais a cada um dos netos. Acho que era o jeito dele de incentivar a leitura de verdade, para além das telas, e assim, sem querer, ele acabou me guiando no primeiro passo do que hoje é meu propósito.

Logo que me formei, comecei a trabalhar com consultoria de sustentabilidade para arquitetura, e foi pelo coração gigante e pela vontade de sempre transmitir conhecimento dos meus chefes que nunca me canso de dizer o quanto amadureci nesse pouco mais de um ano trabalhando com eles. Mas mesmo assim, um tempo

depois eu comecei a me sentir inquieta, e demorei alguns meses para compreender que era culpa da semente que eu havia plantado no meu trabalho final da graduação, da falta daquele frio na barriga da certeza de saber que “é isso que eu quero pra mim”.

Bem nessa época de indecisão que eu vivia, meu projeto de TCC – um abrigo emergencial – que havia sido aprovado com conceito final máximo, foi indicado a dois prêmios, ao Resumo da Ópera – da Universidade, e ao Prêmio TFG do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná, vencendo os dois, o segundo como um dois seis premiados no estado. Pode parecer bobeira, mas receber duas premiações pelo trabalho que me fez sentir tão certa, depois de mais de um ano de formada e justo naquele momento, parecia um sinal. Eu tive a certeza que queria voltar a estudar e me especializar no que tinha me despertado lá atrás, com aquele recorte amarelado de jornal que meu avô havia sabiamente me presenteado, quase como uma profecia.

Então, como a última peça faltante naquele quebra-cabeças, um encontro aleatório com meu caro orientador Rivail Vanin de Andrade, à época meu ex-professor de topografia “Riva”, enquanto eu entregava meu trabalho impresso para exposição na faculdade, me guiou para o que seria o próximo passo que eu buscava. E assim, três dias depois eu entregava minha documentação para o processo seletivo para uma bolsa do mestrado em Gestão Ambiental.

Tendo cada vez mais certeza da minha vontade de escrever sobre e trabalhar profissionalmente com aspectos sociais da Arquitetura e Urbanismo, decidi realizar uma vontade antiga de ter uma experiência de voluntariado. Para encurtar a história, de uma viraram duas, que se tornaram três, e a Giulia que começou ajudando a limpar canis de cachorros resgatados aos sábados, em poucas semanas se tornou a “*Teacher* Giulia” para vinte menininhas maravilhosas atendidas semanalmente por uma ONG de apoio a famílias em situação de vulnerabilidade social. Mas foi em junho de 2023, pouco mais de um ano atrás, que uma experiência mudou tudo. Meu primeiro fim de semana de evento imersivo da TETO.

Nesses dois dias que eu tive meu primeiro contato com uma favela, e com a realidade que nossa “cidade modelo” Curitiba é lar de mais de 350 outras, eu sinto que compreendi o que faltava pra mim dentro da Arquitetura e Urbanismo e que começou a se consolidar lá no meu trabalho do abrigo emergencial. Nesse primeiro final de semana que passei dormindo, comendo e convivendo com pessoas com vidas tão diferentes do que eu conhecia, minha forma de olhar a cidade, a minha casa e os

meus privilégios, tomou um baque gigante. Voltei para casa no domingo de noite me sentindo deslocada e desconectada da minha própria realidade. O que nos primeiros dias me trouxe uma grande sensação de culpa – que foi inclusive levada para a minha terapia – em algum tempo se consolidou em uma certeza. Eu entendi que embora eu não pudesse controlar onde nasci ou os privilégios que tive, eu podia controlar o que faria com eles, e tive a certeza que queria usá-los para mudar realidades que não tiveram a mesma oportunidade, a mesma sorte.

A partir daí, construí duas casas junto com a TETO, participei de campanha de arrecadação, entrei para a equipe fixa de comunidade da Santos Andrade, e tive a honra de passar os últimos meses conhecendo a comunidade e, no meio disso tudo, me conhecendo cada vez mais. Entre as visitas pela pesquisa e as como voluntária da TETO, pude me aproximar de pessoas que hoje considero muito especiais, pessoas que confiaram a mim suas histórias, suas inseguranças e seus maiores temores, trechos de vidas permeadas de dificuldades que a cada dia me parece mais injusto e insuportável de aceitar.

Logo que passei no processo seletivo do mestrado, meu avô me mandou um áudio me parabenizando e desejando boa sorte com essa nova fase que se iniciaria, e ainda ouço esse áudio quando preciso de uma boa dose de perseverança. Mal sabia ele o quanto ele, sem querer, me influenciou e guiou desde o começo, e mal sabia eu o quanto essa nova fase me transformaria como profissional e como ser humano. Eu sou absurdamente agradecida por tudo que pude viver, pela minha família que sempre esteve ao meu lado me apoiando, pelos meus amigos e por tudo que vivi e espero ainda viver e transformar, o quanto for possível, porque a cada gota tirada do oceano, indiscutivelmente, ele se torna menor. Eu acredito nisso.

> “Tenho certeza que você vai tirar de letra, vai se sair muito bem, eu já sabia que você ia entrar, ia ser escolhida, tinha certeza, e você ponha na cabeça que você vai ter um futuro muito grande, que vai ter uma carreira brilhante, pode escrever isso, eu não costumo errar nessas coisas não, tá? Um abraço, e boa noite.” (Ivan Menezes de Carvalho – meu avô, 2023)

Tá escrito, vô.

Saudades demais, te amo.

O território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da existência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (Santos, 1999)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13

1.1 JUSTIFICATIVA 18

1.2 OBJETIVOS 22

1.2.1 Objetivo geral 22

1.2.2 Objetivos específicos 22

2 REVISÃO DE LITERATURA 23

2.1 CIDADE PLANEJADA X CIDADE INFORMAL 23

2.1.1 A segregação espacial e a estigmatização das favelas na urbanização das cidades brasileiras 25

2.1.2 A multidimensionalidade da pobreza nas comunidades urbanas 30

2.1.3 Riscos e desigualdade socioambiental nas “Zonas de Sacrifício” 33

2.2 PLANEJAMENTO URBANO E GESTÃO AMBIENTAL NOS TERRITÓRIOS DE “NÃO-CIDADE” 39

2.2.1 O (déficit de) acesso ao direito à cidade e à moradia no Brasil 40

2.2.2 A Nova Agenda Urbana e as perspectivas de um desenvolvimento sustentável e resiliente nas comunidades vulneráveis 45

2.2.3 O contexto da urbanização de favelas em Curitiba, e como a desatualização do discurso de “cidade modelo” impacta na população mais vulnerável 50

2.3 ABORDAGENS PARTICIPATIVAS COMO FERRAMENTA PARA PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO DIGNOS SUSTENTÁVEIS E RESILIENTES A RISCOS SOCIOAMBIENTAIS 56

2.3.1 Paradigma da Potência: o que as cidades podem aprender com as favelas 56

2.3.2 Urbanismo social: bases conceituais e posicionamento 58

2.3.3 Abordagens participativas para transformação urbana em territórios informais 62

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 70

3.1 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS 70

3.2 MÉTODOS FILOSÓFICOS 70

3.3 FONTES DE PESQUISA 71

3.3.1 Bibliometria 72

3.3.1.1 Definição das Palavras-chave 73

3.3.1.2 Definição das Bases de Dados 74

3.3.1.3 Critérios de inclusão, exclusão e resultados 74

3.3.2 Pesquisa de Campo 75

3.4 TÉCNICAS DE COLETA 75
3.4.1 Abordagens participativas e procedimentos de campo aplicados no Estudo de Caso 77
3.4.1.1 Atividade 01: Entrevistas semiestruturadas e escuta ativa 78
3.4.1.2 De critérios de análise à Unidades de Registro: o direito à moradia adequada e ao meio urbano de qualidade na comunidade Santos Andrade 80
3.4.1.3 Atividade 02: Mapeamento afetivo e dinâmica de percepção sobre vulnerabilidades e riscos socioambientais 84
3.4.1.4 Escutando Comunidades (ECO) da TETO 86
3.4.1.5 Atividade 03: Exposição de projetos de aprimoramento urbano 86
3.5 ANÁLISE DE CONTEÚDO 87
3.6 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA 90
3.7 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA 91
3.8 REVISÃO DA CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA 92
3.9 A COMUNIDADE JARDIM SANTOS ANDRADE 92
3.9.1 Contexto, dados e histórico de ocupação da Comunidade Santos Andrade 93
3.9.1.1 Seleção do recorte de estudo e breve contexto 93
3.9.1.2 Histórico de ocupação 104
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES 106
4.1 DINÂMICAS PARTICIPATIVAS: RESULTADOS 106
4.1.1 Atividade 01: Resultados 107
4.1.2 Atividade 02: Resultados 111
4.1.3 Atividade 03: Resultados 115
4.2 O CENÁRIO DO ACESSO AO MEIO URBANO E À MORADIA NA COMUNIDADE JARDIM SANTOS ANDRADE 119
4.2.1 A Segurança de Posse, Integração Cultural e Pertencimento na Comunidade Santos Andrade 119
4.2.2 Infraestrutura Urbana e Habitabilidade na Comunidade Santos Andrade 131
4.2.3 Acessibilidade econômica, acessibilidade, localização e entorno da Comunidade Santos Andrade 138
4.3 A TRANSVERSALIDADE DA JUSTIÇA AMBIENTAL E DA MITIGAÇÃO DE RISCOS SOCIOAMBIENTAIS NA ABORDAGEM DE COMUNIDADES INFORMAIS 146
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 149
EPÍLOGO: MEMÓRIAS CARTOGRÁFICAS DE MAPAS INVISÍVEIS 157
REFERÊNCIAS 157

APÊNDICE A 176

APÊNDICE B 177

APÊNDICE C 180

APÊNDICE D 182

APÊNDICE E 191

1 INTRODUÇÃO

Impulsionados pelos processos de industrialização e pela exploração de um mercado imobiliário de caráter elitista e despreparado para abrigar uma população em crescimento exponencial, os centros urbanos brasileiros foram sofrendo consequências que perduram e se acumulam até os dias atuais. O aumento do número de pessoas em situação de pobreza, da desigualdade, da violência, de déficits socioeconômicos e impactos ambientais, características inerentes a esse rápido e desordenado processo de urbanização das cidades, resultou na ocupação e configuração de novas áreas de risco (Mendonça; Deschamps; Lima, 2013).

Nesses territórios fragilizados, ameaças diversas interagem com a vulnerabilidade dessa população, perpetuando uma cadeia de riscos socioambientais (Deschamps, 2004; Maricato, 2003b; UN-HABITAT, 2022) que se manifestam de forma muito mais complexa do que para queles que contam com políticas preventivas, maior capacidade de resiliência e melhores condições de adaptação (Oliveira, 2015).

Além de costumeiramente serem compostas por autoconstruções de caráter precarizado, essas formas de ocupação são realizadas, na maioria das vezes, em ambientes vulneráveis como margens de rios ou encostas de morros, regiões suscetíveis a inundações e outros riscos (Frazon, 2020). A urbanista Raquel Rolnik (2006) afirma que para essa população excluída do mercado formal e das políticas habitacionais, restam a informalidade e a irregularidade em áreas de preservação, zonas rurais, parcelamentos irregulares e áreas *non-aedificandi*, terras vetadas ou indisponíveis ao interesse mercantil.

O direito à cidade é debatido há décadas em muitas frentes, atualmente com grande foco na justiça ambiental e resiliência dos assentamentos humanos, como aponta a Nova Agenda Urbana, criada como uma ferramenta essencial para o alcance do desenvolvimento urbano sustentável (ONU, 2017). Na mesma esfera, o direito à moradia também passou por diversas revisões até tornar-se o que hoje é reconhecido na Ficha Informativa Sobre Direitos Humanos nº 21 da ONU, englobando critérios de

disponibilidade de serviços e infraestrutura, acessibilidade econômica, habitabilidade, acessibilidade, localização e adequação cultural (OHCHR, 2009).

Embora o Brasil aborde esses direitos desde a Emenda Constitucional número 26 em 2000 (BRASIL, 1988), sua aplicação não ocorre de forma plena, em especial para as parcelas mais pobres da população. Segundo De Martino e Freitas (2018) a prática em nosso país não revela o acesso da população a esses direitos, consolidando uma realidade urbana e habitacional ainda muito desigual e distante do cumprimento desses critérios.

Uma das abordagens mais reconhecidas para enfrentar esses déficits urbano-habitacionais é a urbanização de áreas informais. Porém, apesar de décadas de intenso debate e significativos investimentos públicos, são raros os casos de sucesso integral (Texeira, 2022). Tradicionalmente, a urbanização de comunidades informais se concentra, principalmente, em melhorias infraestruturais urbanas e habitacionais, o que pode levar a desafios relacionados à dimensão e complexidade das cidades brasileiras (Leite, 2023). Além disso, quando se trata de ocupações informalizadas, costumeiramente ocorrem despejos negociados e até forçados, que em ambos os casos geram transtornos e alterações muito agudas na vida e na rotina das pessoas envolvidas (Satterthwaite et al., 2018).

O urbanista Carlos Leite (2023) argumenta que a insistência em soluções rápidas, setoriais e generalizáveis para problemas multifacetados e singulares compromete a eficácia e a contextualização das intervenções. Ele ressalta que, embora a identificação de muitas vulnerabilidades possa ser generalizada em diferentes territórios, as soluções específicas exigem abordagens contextuais. Essa visão homogeneizante das favelas, que ignora sua diversidade interna, prejudica a eficácia das políticas públicas e inviabiliza projetos de urbanização que deveriam considerar esses territórios como pontos de partida para intervenções contextualmente adequadas, em vez de apenas pontos de chegada para soluções arbitrárias (Observatório de Favelas, 2009; Souza e Silva; Fernandes; Barbosa, 2018).

Como alternativa, uma urbanização de caráter social, ou urbanismo social, busca priorizar intervenções que, além de incluir melhorias de infraestrutura, enfatizam o fortalecimento do tecido social e o engajamento constante da comunidade, com entregas escalonadas e visíveis ao longo do tempo, mantendo

assim a confiança e a atuação ativa dos moradores. Esse enfoque visa embasar as estratégias de urbanização de forma contextualizada, valorizando a potência social presente em cada território a partir da participação comunitária, conhecida também como processo “*bottom-up*”, ou seja, de baixo para cima (Leite, 2023).

Estudos diversos validam que a maneira mais eficaz de realizar um processo de urbanização efetivo e resiliente às alterações climáticas é apoiando a participação dos residentes e suas organizações no planejamento e implementação, em conjunto com governos locais e entidades privadas (Satterthwaite et al., 2020). Sendo assim, abordagens participativas funcionam como um instrumento de integração dessas comunidades com a cidade formal, tendo os habitantes no centro das tomadas de decisão (Leite, 2023).

A pesquisa, portanto, se dedica ao estudo de como essas abordagens participativas podem evidenciar as particularidades e potencialidades de cada território, visando aprimorar as políticas públicas brasileiras de tratamento das favelas, promovendo processos de urbanização que as tornem mais dignas, sustentáveis e resilientes a riscos socioambientais. Para isso, foi escolhida para estudo uma comunidade inserida no município de Curitiba onde, apesar de um consolidado discurso de “cidade modelo”, há graves lacunas entre o que é planejado, o que é executado e o que de fato é sustentável a longo prazo na mitigação das desigualdades socioambientais nos territórios vulneráveis.

Como forma de tratar e analisar os dados coletados, serão utilizados os conceitos internacionalmente aceitos de moradia adequada, compreendidos pela Ficha Informativa Sobre Direitos Humanos nº 21 do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, documento central nas discussões sobre o tema atualmente (OHCHR, 2009).

Este estudo assume uma abordagem aplicada, descritiva e de caráter qualitativo. Sua fundamentação repousa em investigações bibliográficas, documentais e de campo. Para isso, foi definida a atuação na comunidade Jardim Santos Andrade, no bairro Campo Comprido, visando uma análise empírica da percepção e diagnóstico comunitários através dos conceitos definidos acima.

À vista disso, a pesquisa é um estudo de caso que tem como principal estratégia metodológica a etnografia, considerando a integração, tanto como

pesquisadora quanto voluntária da ONG TETO, com os habitantes do território (Gil, 2002).

No âmbito da etnografia, a pesquisa utiliza a observação participante e a realização de entrevistas semiestruturadas, fundamentais para a imersão no contexto da comunidade ao permitir a captura das nuances culturais e sociais e a compreensão aprofundada das interações entre os atores locais.

Devido ao tempo limitado de desenvolvimento da pesquisa de mestrado, não seria possível a análise cultural detalhada e contínua característica da etnografia pura (Mattos; Castro, 2011; Willis, 2000). Por isso, suas técnicas são empregadas de forma instrumental para fornecer suporte ao estudo de caso, permitindo um entendimento mais completo do objeto de estudo dentro dos limites estabelecidos pela abordagem metodológica.

Os procedimentos metodológicos ocorrem em cinco momentos distintos. O primeiro consiste na leitura e pesquisa de bibliografia e documentos existentes para compreensão do Estado da Arte, assim como de processos correlatos de sucesso. A seguir, ocorrem as atividades em campo, por meio de entrevistas e dinâmicas lúdico-vivenciais de forma a compreender as vulnerabilidades, urgências, desejos e potencialidades identificadas pela comunidade.

Ademais, são analisados alguns documentos e dados especializados do contexto, como os obtidos no “Escutando Comunidades” (ECO) evento realizado pela organização TETO com foco em déficits habitacionais e socioeconômicos, do qual a pesquisadora atuou como cartógrafa voluntária. Em um quarto momento, as coletas são analisadas a partir dos critérios da ONU elucidados acima e, finalmente, a última etapa compreende uma avaliação em profundidade de todo conteúdo coletado.

A Tabela 1 resume os principais autores citados em cada capítulo da Revisão de Literatura e o conceito que norteia aquela seção, de forma a ilustrar os contextos que consolidam a base deste estudo.

Tabela 1: Conceituação da Revisão de Literatura

CAPÍTULO DA REVISÃO	AUTORES MAIS CITADOS	CONCEITO NORTEADOR
1	Maricato (2003b) Santos (1993) Souza e Silva, Barbosa e Simão (2020)	A percepção de que os territórios populares não atendem aos padrões de vida desejados é crucial para justificar a necessidade de investimentos estatais que garantam melhores condições de vida e viabilizem seu uso social pleno, no entanto, sem destituí-las de seu valor de forma estigmatizada. Apesar das leituras que enfatizam as carências das favelas como marcação de territórios negativos em todos os seus aspectos, estas emergem impreterivelmente como expressão da luta legítima das classes mais pobres para habitar a cidade (Souza e Silva; Barbosa; Simão, 2020)
2	De Martino, Freitas (2018) Maricato (2011) Teixeira (2022)	“Embora garantidos por leis nacionais e internacionais, a prática em nosso país não revela o acesso da população a esses direitos, consolidando uma realidade ainda muito desigual e distante do cumprimento de todos esses critérios. De Martino e Freitas afirmam que se o direito à moradia sequer é garantido a todos, parece utópico falar moradia digna” (De Martino; Freitas, 2018).
3	Leite (2023) Silva, Cardoso e Denaldi (2022) Satterthwaite (2020)	“Quando falamos de urbanização ou processos de aprimoramento em territórios informais, a identificação de vulnerabilidades multidimensionais pode ser generalizada em diferentes lugares, mas as soluções específicas a serem desenvolvidas não podem seguir essa mesma lógica genérica. É essencial que essas soluções sejam elaboradas com base nas condições particulares de cada local e família, reconhecendo que as pessoas não são definidas apenas por suas vulnerabilidades.” Leite (2023)

Da autora

É fundamental reconhecer que a urbanização das comunidades informais no Brasil é um desafio complexo, moldado por décadas de crescimento desordenado e políticas públicas insuficientes. A análise apresentada nos próximos capítulos reforça a necessidade de abordagens mais contextualizadas e integradas, que considerem não apenas as vulnerabilidades desses territórios, mas também suas potencialidades latentes.

1.1 JUSTIFICATIVA

No atual contexto de precariedade e vulnerabilidades multidimensionais das cidades brasileiras, o debate acerca dos desequilíbrios do meio urbano se torna mais relevante e urgente, especialmente considerando os elevados índices de desigualdade socioespacial e exposição a riscos socioambientais crescentes (Leite, 2023). A situação vivida pelo estado do Rio Grande do Sul no primeiro semestre de 2024 escancara uma crise ambiental e humanitária ainda muito velada pelas políticas públicas e estratégias socioambientais por todo mundo.

As cidades têm a função social de assegurar aos cidadãos acesso a moradia adequada, saneamento básico, um meio ambiente preservado, lazer e outros fatores essenciais para uma vida de qualidade (Frazon, 2020). No entanto, essa função não é plenamente cumprida nas cidades brasileiras devido às segregações socioespaciais resultantes da mercantilização desigual do espaço urbano (Santos, 1993). No que se trata da apropriação informal e seus complexos fenômenos agregados, Ermínia Maricato (2003b) alega que nenhuma grande cidade brasileira foge desse destino, e Curitiba não é exceção.

Enquanto cidade conhecida como “modelo”, o discurso dominante de Curitiba é manipulador ao exacerbar positivamente a identidade da cidade quando a sua realidade cotidiana é permeada de contradições e conflitos sociais no espaço (García, 1997). Esse discurso consolidado visando promover e manter uma certa imagem é chamado por García de “*citymarketing”*, o marketing da cidade.

Ainda assim, diferente de outros municípios, Curitiba destaca-se por possuir diversos planos, diagnósticos e projetos relacionados a estudos de vulnerabilidade, riscos e até mesmo de requalificação de comunidades informais. Em contrapartida, não se destaca pela execução eficaz de obras, que é limitada uma vez que existe a priorização de projetos de infraestrutura em detrimento da integração urbana e tratamento habitacional (Texeira, 2022). Ademais, o tratamento urbano costuma ser de caráter excludente, privilegiando os bairros mais bem localizados em detrimento das áreas periféricas, o que incentiva a irregularidade nessas regiões (Souza; Samora, 2022).

Assim, conforme levantamento da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR, 2023), Curitiba possui cerca de 43.461 domicílios localizados nas mais de 322 favelas existentes, além de 93 loteamentos irregulares, que juntos representam um déficit habitacional de 92.008 domicílios.

O site “Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC) Brasil” apresenta uma análise gráfica da evolução de cada município em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O gráfico de Curitiba, mostrado na Figura 1, revela que o *marketing* da cidade não condiz totalmente com a realidade.

Figura 1: Análise de Indicadores dos ODS da ONU em Curitiba

Fonte: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC) Brasil (2022)

Embora apresente avanços positivos nos ODS 3 e 4, referentes à saúde e bem estar, assim como algum avanço ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima,

pode-se perceber a inexistência de marcadores verdes no ODS 11, Cidades e Comunidades Sustentáveis, representado por um indicador em amarelo, significando “há desafios”, e cinco indicadores em vermelho, cuja referência considera haver ainda “muitos desafios” para seu satisfatório cumprimento (Instituto Cidades Sustentáveis, 2022).

Também destacam-se negativamente o desempenho dos objetivos do ODS 1 – Erradicação da Pobreza -, e do ODS 10 – Redução de Desigualdades, o que demonstra possíveis contradições no cumprimento desses objetivos considerando o recente intitulamento de Curitiba como capital menos desigual do país, pelo Instituto Cidades Sustentáveis (Agência Estadual de Notícias, 2024).

As análises apresentadas permitem uma percepção crítica acerca das políticas públicas visando o desenvolvimento sustentável na capital, que se demonstram restritivas e não refletem um planejamento holístico do cumprimento desses objetivos. Essa relação corrobora com a afirmativa de que a disposição de ferramentas e levantamentos de caráter distinto não se alinham ao contexto vivido pela população que habita os territórios mais vulneráveis e que necessita de ações mais urgentes.

Essa incoerência reflete um paradigma que aponta criticamente para uma discrepância nas estratégias de governança e planejamento urbano-ambiental, de enquadramento neoliberal, presente nas cidades contemporâneas, consolidando desigualdades nas respostas de adaptação climática urbana (Anguelovski *et al.*, 2016). Ziervoguel (2020) compreende que a informalidade urbana é um subproduto do ideal neoliberal, no qual o dinheiro fala e aqueles que não o têm são postos de lado, realidade muitas vezes percebida na “cidade ecológica”.

Além disso, embora o foco principal deste trabalho esteja no ODS 11, é impossível considerar qualquer um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de forma isolada. Estes devem ser compreendidos como componentes interdependentes de um sistema integrado para garantir uma cidade justa, digna e sustentável. No que diz respeito à questão habitacional, é crucial reconhecer que assegurar o acesso à cidade e à moradia adequada é fundamental para a realização de muitos outros direitos e objetivos, como à saúde, ao emprego digno e à educação de qualidade.

A comunidade Jardim Santos Andrade, território de estudo desta pesquisa, foi escolhida a partir de consulta junto à ONG TETO Paraná, da qual a pesquisadora faz

parte como voluntária fixa, e mediante alguns critérios. Inicialmente considerou-se: dimensão, proximidade geográfica permitindo visitas frequentes, presença de elementos de tensão socioambiental, liderança comunitária acessível, histórico de participação da comunidade em projetos sociais e a existência de um espaço comunitário reconhecido, como uma associação de moradores.

Outrossim, a comunidade apresenta dois aspectos bastante interessantes ao desenvolvimento dos assuntos abordados na Revisão de Literatura. O primeiro ponto refere-se ao crescimento da especulação imobiliária nas proximidades da comunidade, evidenciado pela construção de diversos condomínios de luxo. Além disso, uma parte da comunidade recebeu recentemente ordens de despejo, o que pode estar relacionado com a valorização da região.

Em um segundo âmbito relevante, abordam-se os contrastes entre cidade formal e “não-cidade” tanto fora quanto também dentro da própria comunidade. Isso ocorre uma vez que a Santos Andrade considera, inseridos em sua extensão, territórios de bairro regular e também áreas desprovidas de quaisquer infraestruturas urbanas e habitacionais formais, caracterizando-se favela. Essa questão tem impacto direto nas dinâmicas e relações sociais entre os moradores das diferentes áreas, o que será melhor explorado nos resultados deste estudo.

Ressalta-se que, por razões de sensibilidade do tema principalmente relacionado às questões de desapropriação e ocupação irregular, os levantamentos em campo foram realizados de forma sensível e respeitosa às complexidades que permeiam a vida das pessoas envolvidas. Para esse fim, a organização TETO forneceu suporte ao longo de todo o processo, orientando sobre as práticas mais adequadas com base em sua experiência na área, mediante acordo em Termo de Cooperação Técnica e Científica.

Durante toda a execução dos trabalhos em campo a pesquisadora esteve, também, atuando em estágio de docência na disciplina de Assentamentos Urbanos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Positivo. Devido ao alinhamento das temáticas e objetivos, as principais atividades em campo foram realizadas em conjunto com os cinquenta alunos e o professor da matéria. Isso contribuiu para uma melhor captação das percepções comunitárias e gerou resultados mais satisfatórios para todas as partes envolvidas.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Avaliar como as abordagens participativas podem revelar as particularidades e potencialidades das favelas, visando dar subsídios para aprimorar as políticas públicas brasileiras para promover processos de urbanização que as tornem mais dignas, sustentáveis e resilientes a riscos socioambientais.

1.2.2 Objetivos específicos

I. Analisar, através de abordagens participativas, o contexto da vulnerabilidade socioambiental atrelada ao meio urbano-habitacional na comunidade Santos Andrade, permitindo o entendimento contextualizado das particularidades, déficits e potências locais;

II. Investigar, mediante os critérios de moradia adequada da ONU, como as abordagens participativas evidenciam as particularidades e potencialidades do território, permitindo uma compreensão mais sensível e integrada do contexto.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 CIDADE PLANEJADA X CIDADE INFORMAL

> “Falar de favela é falar da grande cidade no Brasil desde a virada do século 20.” (Pasternak, 2006)

Para ser possível discutir os contrastes do que é considerado cidade e o que é “não-cidade”, assim como os impactos multidimensionais relacionados à essa distribuição desigual, é necessário discutir, de antemão, alguns aspectos quanto à percepção e entendimento desses cenários.

No livro “A favela reinventa a cidade”, os autores buscam elucidar a diferença entre as expressões *Urbe* e *Polis*, o que fundamenta bem as posteriores discussões desta pesquisa. Embora com semânticas semelhantes, a distinção das duas palavras auxilia na compreensão e possível ressignificação do lugar de favelas e periferias nas cidades contemporâneas. Sendo a principal origem do termo urbanização, *Urbe* refere-se mais especificamente à materialidade da cidade, ou seja, às infraestruturas físicas, equipamentos e serviços. Por outro lado, *Polis* pode ser compreendida como o conjunto de relações sociais, conteúdo de encontros e ações comuns no espaço público, atribuindo sentido à uma comunidade dentro do espaço habitado (Souza e Silva; Barbosa; Simão, 2020).

Em nosso país, o Estado retém papel decisivo no que se trata de *Urbe* nas cidades, o que se torna problemático uma vez que este mesmo Estado historicamente atua de forma parcial, privilegiando a alocação dessas infraestruturas e serviços aos territórios ocupados pelas parcelas economicamente mais ricas da população. Essa atuação acaba criando espaços de privilégio contrastantes aos espaços costumeiramente ocupados pelas populações subalternizadas, que sofrem com carências de direitos básicos e ausências diversas (Souza e Silva; Barbosa; Simão, 2020).

No exemplo dos autores para o Rio de Janeiro, é plausível afirmar que a Barra da Tijuca é mais *Urbe* que a Maré. Aplicando a mesma análise à Curitiba, é possível afirmar que o Batel e o Centro são mais *Urbe* que o Sítio Cercado e o Tatuquara, que

embora não possuam as mesmas características estruturais do bairro da Maré, são vitimizadas por problemáticas análogas. Esse fenômeno cabe, na verdade, à grande maioria das cidades brasileiras, nas quais o contraste infraestrutural entre regiões mais centrais, turísticas e abastadas em relação às mais periféricas ou menos economicamente interessantes ao mercado é regra.

No entanto, uma vez que a cidade não é apenas sua materialidade, quando se trata da *Polis* a situação se inverte. Segundo os autores, os moradores dos bairros mais ricos, economicamente e consequentemente em *Urbe*, vivem experiências mais individualizadas da cidade, demarcadas por relações funcionais e pelas regulações do Estado e do mercado, com maior foco no consumo e interações prioritariamente domésticas. Esta perspectiva, denominada pelos autores de "Paradigma da Hostilidade", leva esses moradores a perceberem a cidade como hostil e perigosa, com uma falta de sentimento de pertencimento e convivência na diversidade (Souza e Silva; Barbosa; Simão, 2020).

Em oposição, os moradores de áreas mais afastadas, em especial de comunidades, costumam viver experiências de maior sociabilidade, integração e vivência no lugar comum, com os espaços públicos se fazendo presentes na rotina formando o que os autores nomeiam a "Pedagogia da Convivência". Nessas áreas, apesar da falta de recursos e da inação do Estado, os moradores conseguem maximizar seus limitados recursos materiais e ampliar suas experiências urbanas, resultando em práticas inovadoras e participativas, ou seja, mais *Polis* (Souza e Silva; Barbosa; Simão, 2020).

A premissa do conceito de cidade plena, conforme Souza e Silva, Barbosa e Simão (2020), é a integração entre *Urbe* e *Polis*, reconhecendo as contribuições das periferias e promovendo novas formas de mobilidade física, econômica, cultural e simbólica, para que todos os cidadãos se sintam pertencentes e responsáveis pela cidade, vivendo plenamente suas singularidades e pluralidades. Considerando as diferenças entre *Urbe* e *Polis* e como a cidade formal e informal as vivenciam, é possível melhor compreender nas próximas páginas alguns outros contrastes e segregações presentes nesses territórios.

2.1.1 A segregação espacial e a estigmatização das favelas na urbanização das cidades brasileiras

O processo de urbanização brasileiro teve origem, de modo geral, a partir do século XVIII, no entanto, precisou de mais um século para que a maturação desse processo de fato ocorresse, e outro para que adquirisse as características do que hoje conhecemos como meio urbano (Santos, 1993).

Ainda que já ao final do período colonial as cidades mais populosas do Brasil somassem perto de 5,7% da população total (IBGE, 2023), foi somente a partir do final da década de 1930 que o Estado compreendeu a situação habitacional como sua responsabilidade e como fomento de inclusão social. A partir daí surgiram as Carteiras Prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensão – IAPs, Lei do Inquilinato e Fundação da Casa Popular (FCP), que vigoraram até sua falta total de recursos na década de 1950.

Na mesma época, houve uma intensificação do crescimento urbano devido a intervenções de adequação aos automóveis e algumas iniciativas de financiamento habitacional para a classe média, levando as classes mais pobres, sem outra opção, a pagarem aluguéis em regiões menos valorizadas ou ocuparem áreas irregulares (IPPUC, 2020). Sobre isso, Santos (1993) argumenta que a especulação imobiliária e a competição por áreas específicas acabam determinando o valor das parcelas da cidade ao longo do tempo, fazendo com que pessoas com mais recursos busquem as regiões mais convenientes, de acordo com o contexto de cada época, enquanto os menos favorecidos são relegados às áreas menos atrativas.

Com um aumento de mais de 40% na taxa de urbanização entre 1940 e 1980, aliado a uma população urbana que se multiplicou por sete vezes e meia (Santos, 1993), as periferias urbanas passam a crescer mais do que os municípios centrais nas metrópoles, concretizando a segregação espacial e ambiental ao criar enormes bolsões de pobreza disseminada (Maricato, 2003b).

Concomitantemente, com a crise econômica advinda da queda do regime militar em meados de 1985 e a chegada da Nova República, programas e políticas habitacionais utilizadas até então foram interrompidas (Cardoso, 2007; Denaldi, 2003). Porém, antes mesmo dessa crise, os programas governamentais muitas vezes

agravavam mais os problemas urbano-habitacionais do que resolviam, como exemplo a criação de modalidades de financiamento elitizadas, que encareceram o custo das terras urbanas, incentivaram a especulação imobiliária e também obrigaram populações de menor poder financeiro a se deslocarem para áreas urbanas informalizadas e inadequadas (Faria, 1991).

Outrossim, no início dos anos 1990 ocorre um período tumultuado marcado pelo impeachment presidencial em 1992 e pela desilusão da sociedade em relação às expectativas da Nova República, ocasionando em um notável aumento da favelização no Brasil (Abramo, 2009).

Ao abordar os processos que consolidaram as formas e padrões do meio urbano atual, é impossível não voltar a perspectiva de Lefebvre, que pautou muito de seu discurso característico na urgência de se reivindicar uma cidade que seja controlada pelas pessoas, e não pelas forças do mercado. O autor afirma que foi o déficit dessa gestão democrática das cidades aliado a um desenvolvimento desenfreado que serviram como alicerce para consolidar as desigualdades territoriais presentes em nossas cidades contemporâneas (Lefebvre, 1974).

Esses processos, compreendidos como deficientes há tantos anos, ocasionaram uma das características mais marcantes do mercado residencial privado legal no Brasil: sua acessibilidade limitada, que, embora intrínseca ao capitalismo, compreende um cenário em que não apenas existe a disparidade de camadas econômicas, mas a impossibilidade das camadas mais baixas de se inserir legalmente na cidade. Este cenário desperta que seja abordado além do direito à cidade o acesso a ela, e o que isso representa na nossa sociedade frente aos compromissos nacionais e internacionais relacionados, como a Nova Agenda Urbana.

Como resultado da soma dos contextos apresentados há a ocupação tanto de áreas metropolitanas e precárias, chamadas popularmente de “periferias”, como também das incrustradas no âmago das cidades sob a forma de favelas e cortiços. Essas formações são marcadas pela precariedade habitacional, de transporte e saneamento básico, e se espalharam rapidamente por todo país (Faria, 1991; Martine; McGranahan, 2010), abrigando significativa parte da população (Faria, 1991).

Enquanto a expressão “periferia” é bastante autoexplicativa, o mesmo não ocorre com “favela”, que hoje representa um termo que além de tecnicamente aceito

junto com “comunidades urbanas” (IBGE, 2023) também carrega forte caráter cultural. Embora de origem controversa, o uso da palavra "favela" teria tido início com a ocupação improvisada do Morro da Providência, no Rio de Janeiro, pelos soldados vindos da Campanha de Canudos. Posteriormente, em 1887, o morro teria se tornado conhecido como “Morro da Favella” em homenagem a uma espécie arbustiva, *Cnidoscolus quercifolius*, abundante no local (Souza e Silva; Barbosa; Simão, 2020).

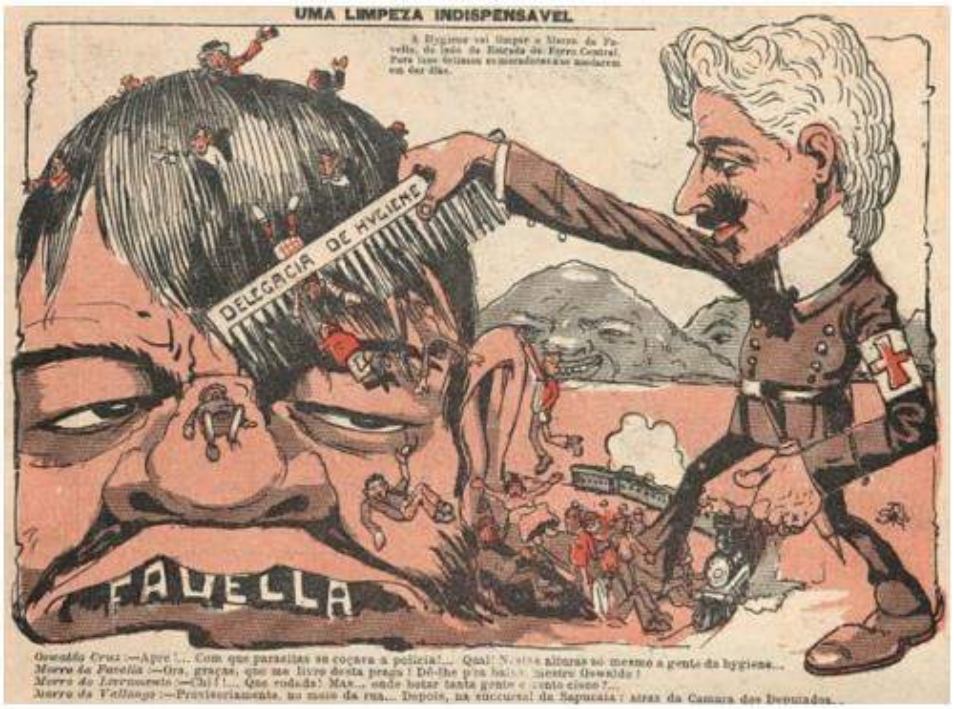
No final do século XIX, habitações de madeira com telhados de zinco em morros eram comuns na paisagem do Rio de Janeiro, mas sua presença não se destacava devido à sua dispersão e pequeno número. A partir do "Morro da Favella", no entanto, surgiram estigmas que passaram a caracterizar as habitações populares como irregulares e insalubres, associando a palavra "favela" a ideias de "perigo" e "desordem", como na declaração do Jornal do Brasil, em 1900, descrevendo o Morro da Favella como um local "infestado de vagabundos e criminosos que são o sobressalto das famílias" (Souza e Silva; Barbosa; Simão, 2020).

Wacquant (2006) discute a estigmatização territorial como um fenômeno que impacta profundamente as comunidades marginalizadas, manifestando-se de várias formas, amplificando a exclusão social. Segundo o sociólogo, esse processo gera uma alienação espacial e dissolução do "lugar", resultando na perda de um ambiente social e culturalmente familiar e contribuindo para a fragmentação social e a desintegração da identidade comunitária (Wacquant, 2006).

A prática de isolar as favelas do contexto urbano maior e tratá-las como entidades separadas tem sido ideologicamente utilizada para apresentá-las como áreas problemáticas, cuja solução, muitas vezes, é sugerida como sua eliminação física, referida como "câncer urbano". Apesar de a ideia de remoção física ainda ressoar, o foco recente tem sido na eliminação simbólica, e, onde possível, física, do próprio “favelado”, que é visto como o produto social indesejado dessas áreas (Souza e Silva; Fernandes; Barbosa, 2018).

Uma publicação da revista O Malho, na edição 247 de junho de 1907, exprime claramente essa situação, exposta na charge da Figura 02.

Figura 2: Representação do “Morro da Favella”



Fonte: O Malho, nº 247, 08/06/1907

Na charge, Oswaldo Cruz, médico sanitarista e diretor geral de Saúde Púbica, aparece representado enquanto penteia os cabelos de aspecto ensebado da figura humanoide que representa o Morro da Favella com um pente retratando a “Delegacia de Hygiene”. Embora bastante autoexplicativa, Souza e Silva, Barbosa e Simão (2020) elucidam que a figura demonstra a identificação das favelas como locais insalubres, violentos e que precisavam indispensavelmente de uma limpeza, física e moral.

O tipo de pensamento exposto revela uma visão das comunidades focado em seu acesso limitado à infraestrutura e serviços públicos, como sendo territórios puramente desprovidos, desprivilegiados e carentes. Essas representações sociais contribuem para a formação de uma *doxa* urbana, ou juízo infundado, na qual a depreciação repercutida pelo discurso popular e disseminado pela mídia se torna senso comum (Souza e Silva; Fernandes; Barbosa, 2018). Tal abordagem, que enxerga a favela apenas através do prisma da carência, não só perpetua estigmas, mas também orienta o desenho de políticas públicas de forma inadequada, desconsiderando as potencialidades dessas comunidades na transformação social e

superação das desigualdades (Observatório de Favelas, 2009; Souza e Silva; Fernandes; Barbosa, 2018).

Essa construção estigmatizada da favela e do favelado de forma reducionista reflete pressupostos do que se tem denominado "paradigma da ausência", um modo simplista de compreender as formas e práticas vivenciadas pelos moradores de comunidades caracterizadas dentro do conceito de “não-cidade” (Souza e Silva; Barbosa; Simão, 2020). Ademais, na história das favelas a relação moldada entre o espaço da ordem (cidade formal) e o espaço da desordem (não-cidade) revela uma ordenação social que define as favelas como locais de transgressão, e seus moradores como transgressores, visão popular ainda muito presente na atualidade (Observatório de Favelas, 2009).

Reconhecer as desigualdades é essencial, mas concentrar-se apenas no que esses territórios não são pode obscurecer elementos importantes e estratégias autênticas de resiliência, frequentemente ignoradas ou mitigadas. Esse "paradigma da ausência" não admite estilos de vida que desafiam as normas sociais, culturais e políticas hegemônicas. As chamadas pelos autores de “pedagogias da monstrualização", ao desumanizar grupos marginalizados, reforçam narrativas que perpetuam a desigualdade, garantindo que esses grupos continuem a ser vistos como inferiores e enfrentem resistência a qualquer tentativa de mudança social (Souza e Silva; Fernandes; Barbosa, 2018).

A percepção de que os territórios populares não atendem aos padrões de vida desejados é crucial para justificar a necessidade de investimentos estatais que garantam melhores condições de vida e viabilizem seu uso social pleno, no entanto, sem destituí-las de seu valor de forma estigmatizada. Apesar das leituras que enfatizam as carências das favelas como marcação de territórios negativos em diversos aspectos, estas emergem impreterivelmente como expressão da luta legítima das classes mais pobres para habitar a cidade (Souza e Silva; Barbosa; Simão, 2020).

Isso está no centro da reformulação das políticas habitacionais e urbanas, onde a produção de conhecimento, a formação da opinião pública e a coleta de dados oficiais são fundamentais para demonstrar a escassez de recursos e a necessidade de condições dignas de vida (Souza e Silva; Fernandes; Barbosa, 2018).

2.1.2 A multidimensionalidade da pobreza nas comunidades urbanas

Os atuais modelos de desenvolvimento urbano nas cidades, tanto das regiões desenvolvidas como das regiões em desenvolvimento, são impulsionados pela acumulação maciça de capital, pela hiper mercantilização e pela privatização dos espaços urbanos, aumentando assim as desigualdades urbanas (UN-HABITAT, 2022). Esse formato de exploração desenfreada acarreta em inúmeras problemáticas socioambientais e que, como visto anteriormente, afeta diretamente as populações de menor poder aquisitivo, exiladas às comunidades informalizadas e insuficientes em infraestrutura urbana e habitacional, ou *Urbe*.

É computado que, somente nos últimos 20 anos, mais de 165 milhões de pessoas passaram a ocupar áreas urbanas informais a nível mundial, atingindo quase 1,1 bilhões em 2020, além das aproximadamente 318 milhões de pessoas que vivem em situação de rua (UN-HABITAT, 2023).

Dados preliminares do Censo Demográfico 2022 afirmam que o Brasil possui atualmente mais de 11 mil favelas, onde habitam mais de 16 milhões de pessoas em 6,6 milhões de domicílio informais, representando um aumento de 40% em relação ao último Censo (IBGE, 2023). Outro levantamento, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, estima que o crescimento da carência urbana-habitacional em nosso país foi estimado em 32,84% somente entre 2005 e 2016 (IPPUC, 2020).

Esses dados comprovam muito além do evidente crescimento desordenado das cidades que, associado a um processo de estagnação econômica, contribuiu para o aumento das taxas de desemprego, de degradação do meio ambiente e da violência urbana (Gouvêa, 2005). Nesse último aspecto em particular, Barros (2011) compreende que as percepções em relação à eficácia das ações do governo juntamente à uma vivência cotidiana permeada de violações de direitos contribuem para o aumento da prática de “fazer justiça com as próprias mãos”. (Barros, 2011, p. 3). Embora não exclua a culpabilização, a autora argumenta que o fenômeno reforça a criminalização da pobreza, perpetuada por diversos mecanismos e frequentemente apoiada pelos próprios aparatos institucionais de justiça.

A abordagem do problema da pobreza nos países em desenvolvimento é desafiadora, uma vez que é consequentemente encoberta pelos deficientes instrumentos de pesquisa, tais como estatísticas e classificações controversas (SANTOS, 1978). Em uma de suas obras, Santos busca compreender se “pode-se definir a ‘pobreza’?”, de forma a elucidar a importante discussão sobre a – falta de – assertividade contida nas medições de pobreza no Brasil. Embora a primeira edição da obra seja datada de 1978, não se pode desconsiderar a validade atual da análise do autor, considerando que até o presente não é possível obter dados como o percentual de pobreza com tamanha precisão, nem mesmo vindo das principais fontes estatísticas, utilizadas para mapeamentos e norteamento de políticas públicas.

Segundo nota técnica da Fundação João Pinheiro, instituição de pesquisa privada que realiza levantamentos estatísticos diversos, os aspectos captados dependem daquilo que é perguntado nas pesquisas censitárias e amostrais. Nesse contexto, a Fundação alega que a comparação entre os questionários de diferentes levantamentos revela lacunas significativas, especialmente no que diz respeito ao déficit habitacional, bem como na inadequação de moradias (Fundação João Pinheiro, 2023).

Além das dificuldades de levantamento, definir o conceito de pobreza torna-se delicado uma vez que não se está lidando com dados absolutos ou numéricos, tampouco com um conceito pré-determinado e amplamente cabível. Silva (2009) define a pobreza absoluta com base na capacidade de atender às necessidades básicas para a sobrevivência biológica, referindo-se a uma renda insuficiente para adquirir os bens e serviços considerados fundamentais para manter a saúde física das pessoas, como nutrição, roupas, moradia, cuidados de saúde e aquecimento.

Em contraste, ao definir pobreza relativa, a autora leva em consideração a estrutura e a tendência da renda média em um determinado país, ou seja, que a concepção de pobreza relativa é baseada na ideia de desigualdade de renda e privação relativa em comparação com o padrão de vida predominante em um contexto específico, como no caso da média de renda nacional (Silva, 2009).

Trazendo a discussão às cidades, a Figura 3, traduzida do World Cities Report 2022, expõe a natureza multidimensional da pobreza urbana, gerando uma complexa

teia de desigualdades diversas em que se tem os motivadores e as resultantes se alimentando de forma cíclica, o que acaba por aumentar os abismos de desigualdade.

Figura 3: Natureza multidimensional da pobreza urbana

Fonte: tradução própria a partir do World Cities Report da ONU-Habitat (2022)

Além de problemáticas já citadas, como a falta de rede de segurança, baixa qualidade habitacional, e a exposição a riscos e déficit de serviços e infraestruturas básicas, a Figura 3 destaca a omissão de voz representativa em meios de governança e política, fator pouco considerado como uma prioridade e de extrema relevância em um cenário de baixa representatividade das camadas mais pobres em decisões de âmbito público.

Sobre isso, Brenner, Marcuse e Mayer (2009) defendem que uma abordagem mais participativa da governança urbana pode ajudar a articular as necessidades e os direitos das comunidades marginalizadas, e também destacam o potencial transformador dos movimentos sociais que adotam a democracia de base,

observando que a mobilização bem-sucedida pode levar a mudanças significativas na política e no planejamento urbano.

Ademais, considerando o atual contexto global climático, torna-se impossível não discutir também que essas populações normalmente utilizam o pouco que possuem para responder às perdas causadas por catástrofes atreladas a eventos extremos, o que pode levá-los ainda mais à pobreza e agravar a vulnerabilidade (IFRC; WWF, 2022). Assim, a consolidação da pobreza multidimensional é simultaneamente causa e consequência de injustiças e da violação de direitos básicos, desde os direitos anulados em âmbito diário até em ocorrência pontuais.

As favelas, territórios majoritariamente concentradores dessa população cujo poder aquisitivo não é contemplado pela cidade e pelo mercado, é, para o Observatório de Favelas (2009) um desafio para o Estado, uma vez que o instiga a repensar a si próprio de forma a responder à características reais das nossas cidades.

2.1.3 Riscos e desigualdade socioambiental nas “Zonas de Sacrifício”

Quando se fala em riscos socioambientais e na exposição a eles considera-se que, ainda que sejam inerentes à existência da sociedade, é comprovado que a maior exposição aos riscos é diretamente proporcional à condições de vulnerabilidade de seu receptor (Girão; Rabelo; Zanella, 2018).

Em outras palavras, embora situações extremas diversas não tenham um perfil de vítima definido, populações socioeconomicamente fragilizadas e que habitam territórios urbanos vulneráveis estão propensas a consequências muito mais complexas (Deschamps, 2004; Maricato, 2003b; UN-HABITAT, 2022). Isso ocorre devido à soma desse contexto ao de pobreza multidimensional pré-existente e todo cerceamento de direitos associado a ele, fazendo com que essas pessoas absorvam os defeitos da cidade que para outras tantas partes da população passam despercebidos.

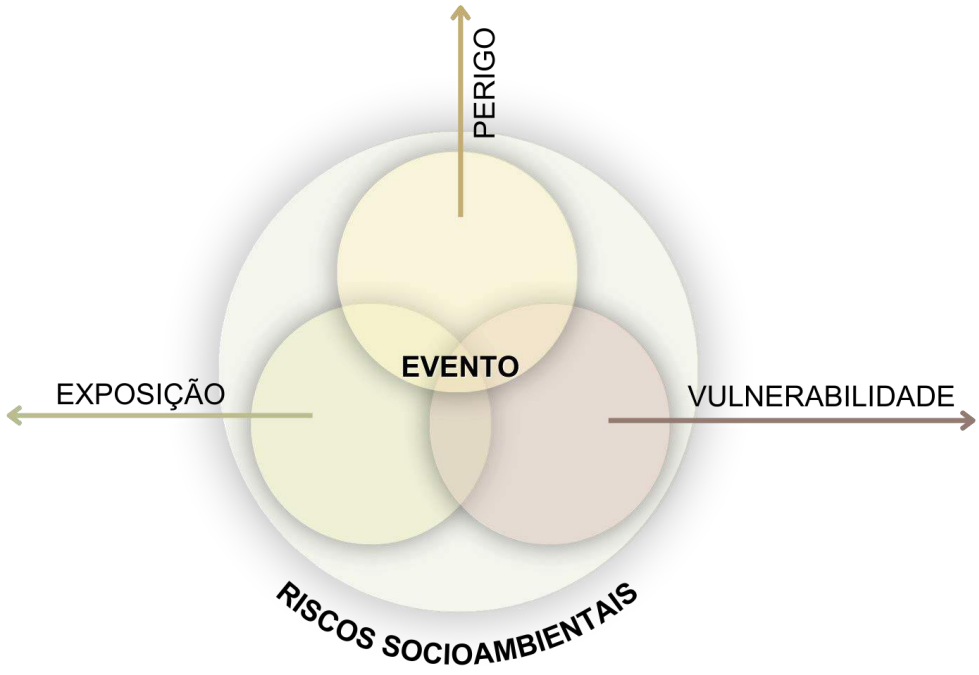
Para além dos riscos socioambientais de caráter cotidiano, há também o aumento da frequência de eventos extremos relacionados ao clima, fomentado pelas crescentes alterações climáticas (De Abreu *et al.*, 2019; IPCC, 2022; Nerem *et al.*,

2017; Seneviratne *et al.*, 2012). Esses eventos acabam, por muitas vezes, levando a desastres socioambientais, em resultado a interação deles com fatores de exposição e vulnerabilidade contextual (IFRC, 2022; IPCC, 2012).

Portanto, entende-se que a gravidade dos impactos de déficits, crises e desastres se dá na interrelação entre uma ou mais ameaças/perigos, a exposição a elas, a vulnerabilidade dos indivíduos expostos, ou seja, a propensão ou predisposição a ser adversamente afetado e a falta de capacidade de enfrentamento e adaptação (IPCC, 2014).

A Figura 04 representa essa relação entre perigo, exposição e vulnerabilidade como elementos que se interseccionam para ocorrência de eventos indesejados.

Figura 4: Relação entre perigo, exposição, vulnerabilidade e riscos socioambientais



Fonte: da autora, adaptado de Girão, Rabelo e Zanella (2018)

Considera-se vulnerabilidade ou fragilidade a condição de exposição ao risco de ocorrência do evento indesejado, sendo ele um acidente, doença, degradação, catástrofe ou desastre socioambiental (Girão; Rabelo; Zanella, 2018). No que tange diferenciar os dois conceitos, os autores compreendem vulnerabilidade como

condições sociais de exposição de um indivíduo ao risco, enquanto fragilidade exprime a ideia de condições naturais que determinam a exposição de um meio físico ao risco. Já o perigo ou ameaça é definido como condições que impulsionam a suscetibilidade ao risco, que é, portanto, a exposição ao perigo (Girão; Rabelo; Zanella, 2018).

A publicação “População em áreas de risco no Brasil” do IBGE, em colaboração com o Cemaden (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais), aponta que o Censo de 2010 mapeou 872 municípios, nos quais a população em áreas de risco alcançava a margem de 8.270.127 pessoas. Destes habitantes, 20,3% habitavam favelas urbanas (IBGE; Cemaden, 2018). Embora pautados no Censo de 2010, resultados parciais do levantamento de 2022 já apontam para números ascendentes, perpetuando a situação em nosso país.

De acordo com Carneiro e Veiga (2004), a pobreza é um fator crucial que aumenta a exposição aos riscos, especialmente em contextos onde há falta de proteção e seguridade social. Janczura (2012) amplia essa visão ao destacar que a escassez de recursos materiais exacerba diversas fragilidades, como baixa escolarização, condições precárias de saúde e nutrição, moradias inadequadas em áreas ambientalmente degradadas e condições sanitárias insatisfatórias. Essas deficiências contribuem para que as famílias e indivíduos nessas condições tenham um repertório limitado para enfrentar adversidades.

A partir dessa análise, cabe a frase de Maricato (2003b p. 4) “a ilegalidade é sem dúvida um critério que permite a aplicação de conceitos como exclusão, segregação ou até mesmo de “*apartheid* ambiental”. Esse pensamento de Maricato pode ser alinhado ao conceito de gentrificação, fenômeno no qual zonas da cidade têm sua dinâmica alterada e sua exploração valorizada, banindo indiretamente seus moradores através do aumento do custo de vida. Esse processo de mudança na composição de uma região pode ser dar por meio de novos pontos comerciais, destruição de equipamentos obsoletos, construção de edificações habitacionais de alto padrão entre outros (Argueta *et al.*, 2021), delimitando, assim, os limites onde cada classe pode se estabelecer e viver na cidade.

Esses novos espaços, ocupados após processos de gentrificação, além de geralmente estarem distantes dos centros urbanos e oferecerem uma infraestrutura

limitada de serviços e comércios, muitas vezes são áreas de práticas ambientalmente agressivas, como zonas industriais, ou locais de risco, como encostas e margens de rios (Acselrad, 2004; Argueta *et al.*, 2021).

Essas áreas recém-ocupadas podem ser aludidas como “zonas de sacrifício”, que embora não seja um conceito técnico e parametrizado, refere-se a um espaço cujos habitantes convivem com graves fatores de risco e violações de direitos básicos, como poluição, contaminação, incômodo ou periculosidade (Acselrad, 2004; Argueta *et al.*, 2021). O termo teria surgido nos Estados Unidos na década de 1980 a partir de movimentos sociais relacionados a segregação racial e a localização de empreendimentos ambientalmente muito impactantes, como aterros sanitários e ETEs (Acselrad, 2004).

Essas zonas ditas de sacrifício são lar para altos níveis de injustiça ou desigualdade ambiental, definida por Acselrad, Mello e Bezerra (2009) como um conjunto de circunstâncias caracterizadas pela distribuição desproporcional de poder fundamentada na vida social e no desenvolvimento material, resultante principalmente da apropriação elitista do território e dos recursos naturais. Isso leva à concentração dos benefícios ambientais entre os mais privilegiados e à exposição desigual da população aos custos ambientais do desenvolvimento (Acselrad; Mello; Bezerra, 2009).

Em relação ao aumento desses riscos em territórios ambientalmente desiguais, o relatório de 2022 da International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies (IFRC) juntamente a World Wildlife Fund (WWF) aponta os três principais campos afetados, e quais suas perdas mais significativas.

Em primeiro lugar, pode-se avaliar como o contexto econômico é extremamente influenciado pelas consequências da desigualdade ambiental, considerando os investimentos fixos de auxílios relacionados a assistência social. Além disso, esses auxílios acabam muitas vezes por estimular, como um efeito rebote, uma relação de dependência do governo, prejudicando o desenvolvimento uma possível saída da situação de pobreza. O trabalho de caráter fluido, ou seja, empregos não fixos ou formalizados, pode também intervir economicamente, e é a situação da maioria dos moradores de áreas informais (UN-HABITAT, 2018).

Ademais, considerando apenas o contexto dos desastres, além de inestimáveis prejuízos econômicos, é estimado que cerca de 23 milhões de anos trabalhados foram perdidos anualmente entre 2000 e 2015 por conta de desastres em todo o mundo (ILO, 2018).

Em segundo lugar, deve-se levar em conta o impacto gerado nos processos de preservação e gestão ambiental. Muitas ocupações informais são caracterizadas por ocupar áreas privadas ou áreas públicas de preservação. Essas formações irregulares representam riscos aos dois lados envolvidos nesse contexto: o meio ambiente que deveria ser preservado de qualquer tipo de ocupação e exploração; e os seres humanos, expostos de forma desigual aos riscos decorrentes da ocupação desordenada e dos eventos climáticos intensificados cada vez mais pelas mudanças climáticas (Santos; Junior, 2022).

> É nas áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário privado e nas áreas públicas, situadas em regiões desvalorizadas, que a população trabalhadora pobre vai se instalar: beira de córregos, encostas dos morros, terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipos de riscos, regiões poluídas, ou... áreas de proteção ambiental (onde a vigência de legislação de proteção e ausência de fiscalização definem a desvalorização) (MARICATO, 2003b, p. 4)

Em resultado aos falhos e deficientes processos de especulação imobiliária, exclusão e favelização urbana já expostos, as dinâmicas sociais estabelecidas e a interação entre a sociedade e o meio ambiente acabam exercendo pressão sobre a integridade dos sistemas naturais. Além disso, os conflitos que emergem no contexto urbano, frequentemente decorrentes de interpretações inadequadas da apropriação e uso dos recursos naturais, culminam em cenários de exaustão, degradação e poluição dos subsistemas naturais, sociais e construídos, afetando assim a qualidade de vida nas áreas urbanas (Farias, 2019)

Por último, no âmbito social e psicológico, a desigualdade ambiental aliada à falta de segurança de posse gera uma maior incidência de doenças físicas e mentais, agravadas pela baixa autoestima e uma produção habitacional baseada principalmente na autoconstrução; fortes riscos quanto à segurança alimentar devido a dificuldades produtivas; aumento do número de mortes prematuras; além de discriminações raciais, de gênero; dificultado acesso à justiça, emprego, saúde e

lazer; falta de voz e impotência nos sistemas políticos e processos de governação. (IDMC; NRC, 2023; Maricato, 2003b; UN-HABITAT, 2022)

Considerando os fatores explicitados até então, é possível perceber uma cadeia complexa de consequências socioambientais relacionadas à desigualdade ambiental e fomentadas pela multidimensionalidade da pobreza urbana. Essa assimilação é resumida na Figura 5, compreendida como pelo termo “desigualdade socioambiental”, uma vez que os aspectos interages para além do contexto físico.

Figura 5: Impactos da desigualdade socioambiental

Fonte: da autora

A partir dos conceitos analisados, é possível reiterar diversas interconexões que alimentam processos de exclusão social, transbordando os limites das comunidades e favelas urbanas.

Assim, Acselrad, Mello e Bezerra (2009) reiteram que a pobreza e a desigualdade socioambiental não são fenômenos próprios da natureza das coisas, mas sim produtos de processos sociais e de exploração, resultando em a partilha desigual de fragmentos de um meio ambiente injustamente dividido, gerando graves consequências sociais, econômicas e ambientais.

2.2 PLANEJAMENTO URBANO E GESTÃO AMBIENTAL NOS TERRITÓRIOS DE “NÃO-CIDADE”

> “Se há uma produção da cidade e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos, mais do que uma produção de objetos.” (Henri Lefebvre)

Como já analisado anteriormente, mesmo durante o ápice do período de consolidação da urbanização das cidades brasileiras na segunda metade do século XX, os assentamentos informais foram negligenciados pelo planejamento territorial, deixando-os, primordialmente, ao tratamento de serviços sociais e da polícia (Observatório de Favelas, 2009).

Além da ilegalidade associada à posse dos terrenos, surgem diversos conflitos de caráter ambiental, por exemplo, pela ocupação de margens de córregos ou terrenos com alta declividade. A precariedade das moradias e a urbanização incompleta, somadas à ausência de intervenção estatal, refletem-se nas condições socioeconômicas desfavorecidas dos moradores e, consequentemente, no meio onde habitam (Observatório de Favelas, 2009).

Segundo Martine e McGranahan (2010), a falta de uma abordagem proativa tanto da sociedade quanto do poder público em relação ao crescimento urbano contribui significativamente para a vulnerabilidade e a proliferação de ambientes insalubres nas cidades brasileiras. Esta situação, como abordado em detalhes no capítulo anterior, favorece a desorganização social e a criminalidade, além de intensificar a degradação ambiental, que está na raiz de grandes calamidades públicas. Em suma, muitos dos problemas ambientais e urbanos enfrentados pelas

cidades brasileiras estão intrinsecamente ligados a questões sociais, refletindo um descaso histórico com a população de baixa renda e uma tolerância secular com a desigualdade (Martine; McGranahan, 2010).

A partir desses argumentos, vê-se necessário discutir algumas questões relacionadas a leis e acordos que buscam um aprimoramento urbano e ambiental das cidades como um todo, integrando seus territórios informais de maneira sustentável e resiliente aos riscos socioambientais.

2.2.1 O (déficit de) acesso ao direito à cidade e à moradia no Brasil

David Harvey, ao abordar o direito à cidade – transversal à Lefebvre – aponta que “Vivemos em uma época em que ideais de direitos humanos se deslocaram do centro da cena tanto política como eticamente”, indicando uma normalização de graves injustiças (Harvey, 2003). Henri Lefebvre considera o direito à cidade como um direito fundamental à vida, enfatizando a valorização do desenvolvimento social no cerne das abordagens de desenvolvimento urbano (Lefebvre, 1974).

Quando se fala de direitos considerados básicos à vida humana, muito já se discutiu e documentou desde a criação das Nações Unidas, após a Segunda Guerra Mundial. Porém, quanto ao direito à moradia, Spink afirma que dois documentos são considerados elementos centrais: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948; e o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas, de 1966 (Nações Unidas, 2015b; Spink *et al.*, 2020). A partir deles são caracterizados os direitos humanos e as liberdades fundamentais que embasam diversos outros conjuntos de regras, declarações e princípios.

Conforme o descrito na DUDH, toda pessoa tem direito a um padrão de vida que assegure a sua família e a si próprio bem-estar, segurança física e alimentar, vestuário e habitação, tendo esse último item estabelecido posteriormente de forma mais detalhada como o direito à propriedade privada, na medida em que seja necessário para seu uso pessoal e para o uso de sua família (Spink *et al.*, 2020).

Já no Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas, Spink *et al.* (2020) compreendem que o direito à habitação é

explicitado de forma mais robusta, descrito como o direito à “[...] moradia suficiente, bem como a um melhoramento constante das suas condições de existência.” A partir daí, o termo moradia (*housing*) passa a ser utilizado juntamente com o adjetivo adequada (*adequate*), sinalizando uma tentativa inicial de balizar o que caracterizaria uma moradia digna.

No Brasil, começa-se a falar sobre moradia como direito no artigo 6º da Emenda Constitucional de nº 26, de 14 de fevereiro de 2000, embora ainda de maneira muito incipiente e sem aplicação prática, constituído como direito social junto à educação, saúde, alimentação, trabalho, transporte, lazer, segurança, previdência social, à maternidade e à infância e assistência aos desamparados (BRASIL, 1988).

Porém, é na promulgação do Estatuto da Cidade, em 2001, que foram melhores estabelecidos princípios e diretrizes de ordenamento territorial e urbano com base na função social e ambiental de acordo com o Direito a Cidades Sustentáveis. Neste âmbito, é instituído como “o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”, juntamente estabelecendo instrumentos importantes de segurança de posse como o usucapião urbano e as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) (BRASIL, 2001; Spink *et al.*, 2020).

Atualmente, a Ficha Informativa Sobre Direitos Humanos nº 21 do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR) é o documento principal nas discussões sobre moradia adequada, apesar de diversas outras resoluções terem sido publicadas desde 2009. Nela, o morar básico de direito do ser humano não pode ser considerado algo restrito e aplicável a qualquer contexto pois transcende o meramente físico da residência, devendo ser um local seguro, pacífico e digno (OHCHR, 2009), caracterizada, então, conforme a Tabela 2.

Tabela 2: Conceito de moradia adequada da ONU

Segurança de posse	referindo-se à garantia e proteção legal contra despejos forçados, assédios e demais ameaças
Disponibilidade de serviços materiais, instalações e infraestrutura	referindo-se às condições mínimas de permanência na habitação, com acesso a água potável, saneamento, energia, iluminação e descarte de lixo adequados
Acessibilidade econômica	referindo-se aos aspectos de custo da moradia, que não devem cercear ou comprometer outros direitos humanos básicos (alimentação, emprego, educação etc)
Habitabilidade	referindo-se ao direito à segurança física, proteção térmica, acústica, de riscos estruturais e vetores patológicos
Acessibilidade	referindo-se à facilidade de acesso por toda população, em especial por todo e qualquer grupo vulnerável
Localização	referindo-se à oportunidade de acesso a locais de trabalho, de educação, serviços de saúde, entre outras instalações sociais, e distanciamento de áreas perigosas
Adequação cultural	referindo-se a expressão física em meio habitacional e urbano da identidade e cultura dos ocupantes

Fonte: tradução própria a partir de Organização das Nações Unidas (2009)

Embora garantidos por leis nacionais e internacionais, a prática em nosso país não revela o acesso da população a esses direitos, consolidando uma realidade ainda muito desigual e distante do cumprimento de todos esses critérios. De Martino e Freitas afirmam que se o direito à moradia sequer é garantido a todos, parece utópico falar moradia digna (De Martino; Freitas, 2018).

Em relatório recente, a Comissão de Meio Ambiente (CMA) registrou as desigualdades regionais após três anos da vigência do Marco Regulatório do Saneamento Básico, revelando um índice de 50% de cobertura de esgoto e resíduos sólidos, com 1,5 mil lixões a céu aberto e mais de 4 milhões de habitantes sem acesso a banheiro (Agência Senado, 2024). Em outro levantamento, dessa vez do Instituto Trata Brasil (ITB), foi contabilizado que a falta de acesso à água potável impacta quase 32 milhões de pessoas, e que aproximadamente 90 milhões de brasileiros não possuem acesso à rede formal de esgoto, o que reflete diretamente em problemas na saúde da população (Instituto Trata Brasil, 2024).

Os índices do último censo do IBGE seguem a mesma linha de resultados, demonstrando como o déficit habitacional no Brasil assume proporções alarmantes,

impactando diretamente a qualidade de vida de milhões de pessoas. Segundo dados recentes, 21,3% da população brasileira, equivalente a 45,2 milhões de indivíduos, vive em casas sem banheiro, construídas com materiais precários como restos de madeira, e sem documentos que comprovem a posse ou propriedade (IBGE, 2023).

No âmbito da acessibilidade, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) afirmam que o número de pessoas com deficiência no Brasil foi estimado em 18,6 milhões de pessoas acima de 2 anos, cerca de 8,9% do total de indivíduos, (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023). Além disso, os idosos já representam mais de 15% da população (IBGE, 2023), e assim como as pessoas com deficiência, muitas vezes enfrentam graves dificuldades em acessar serviços de saúde, sociais, entre outros, situação ainda mais pungente quando se trata de territórios carentes de infraestrutura urbana formal.

“Recorrer à informalidade não é uma opção, mas sim a única solução a essas pessoas” afirma Maricato (2003a), que levanta uma crítica ao fato de que dificilmente um indivíduo optaria por viver em condições de ausência tão severas se possuísse outra alterativa disponível.

Quando confrontada com debates acerca das segregações espaciais – de classes e funções sociais – no espaço urbano, Rolnik (2006) compara esse fenômeno com um imenso quebra-cabeças composto pelas mais variadas peças, no qual cada uma tem seu específico lugar e é estrangeira nos demais. A autora afirma que a segregação é produto e produtora de conflito social, uma vez que os elementos conflituosos são separados na malha urbana, e quanto mais separada é a cidade, mais visíveis são suas diferenças e mais acirrados seus confrontos.

A ausência de acesso satisfatório à moradia no Brasil está diretamente ligada à já abordada concentração fundiária (Maricato, 2011a). No livro Para Entender a Crise Urbana, Maricato relança um pensamento inicialmente de Marx, mas desenvolvido por Harvey, sobre o conflito ocasionado pela oposição do valor de troca da “cidade mercadoria” e o valor de uso da cidade (Harvey, 1982; Maricato, 2015), fazendo com que mesmo existindo um direito, é extremamente dificultado ou impossível o acesso a ele.

Em entrevista ao IPEA, Maricato afirma que antes do programa Minha Casa Minha Vida o mercado imobiliário atendia menos de 20% da população, excluindo até

a classe média. O programa começou a incluir a classe média, mas o déficit habitacional persiste entre aqueles que ganham de zero a três salários mínimos (Maricato, 2011a). A autora afirma que “[...] vivemos em uma sociedade em que uma parte da população se vira, ela não se integra ao mercado e não tem política pública para chegar nela”.

À luz dessas considerações, a urbanista compreende o Brasil como um país de capitalismo periférico, onde um trabalhador regularmente empregado, como no caso de um funcionário público, habita a favela por não ter acesso à moradia no mercado formal (Maricato, 2011b).

Boulos e Silva (2014) chamam a atenção para um usual, porém equivocado argumento sobre a falta de moradias no Brasil, quando na verdade há uma quase equivalência entre o número de imóveis ociosos e o número de famílias em situação de rua. Os autores sustentam que a construção de novos imóveis não é a solução para o déficit habitacional, considerando as muitas residências e terrenos desocupados para fins especulativos e lucrativos. Assim, emerge um conflito entre o direito à propriedade de uma minoria e o direito à moradia para milhões de pessoas.

Além disso, compreende-se que a simples distribuição de renda não assegura a justiça urbana, e é crucial redistribuir a cidade e o ambiente construído, que desde 1983 não possui uma política nacional de habitação pública, o que exclui uma enorme parcela da população dos mercados imobiliários e das políticas públicas (Maricato, 2011a). Por isso, as ocupações são uma resposta bastante clara à falta de alternativas habitacionais, e os que ocupam não estão cometendo um crime, mas exercendo um direito (Boulos; Silva, 2014).

Em relação à questão de terras, Maricato afirma que a "invasão" de áreas urbanas no Brasil constitui uma parte intrínseca do processo de urbanização. Esse fenômeno é de grande magnitude e, fundamentalmente, não resulta da ação de grupos de esquerda ou de movimentos sociais que buscam confrontar a lei, pelo contrário, trata-se de um processo estrutural e institucionalizado (Maricato, 2003a). Portanto, pode-se compreender que, sendo direito do cidadão habitar a cidade, a partir do momento em que são ultrapassados limites de posse, reforça-se a responsabilidade do Estado na resolução desses conflitos, considerando sua falha em inicialmente assegurar que houvesse uma garantia integral do acesso básico.

De Martino e Freitas (2018) corroboram com esse pensamento ao afirmar que o Estado não garante o direito tampouco o acesso à moradia digna ao se omitir frente a políticas públicas preventivas de habitação e tampouco se comprometer em realizar regularização fundiária ou outros instrumentos congêneres.

Ao ser questionada sobre soluções e perspectivas futuras, Maricato reforça que, para que a justiça urbana seja alcançada, é imperativa a implementação de uma política fundiária e imobiliária que inclua as classes mais desfavorecidas, aqueles que ganham de zero a três salários mínimos, implementando, assim, a função social da propriedade (Maricato, 2011a). No entanto, fica claro a partir dos últimos debates que essa fronteira entre cidade e não-cidade é delimitada por barreiras materiais e imateriais, pela divisa do asfalto com o chão de terra batido e pelo preconceito a partir do qual são vistas as comunidades. Logo, essas barreiras impedem aqueles que detém o poder decisório de contemplar, também como sua responsabilidade, a garantia do acesso à cidade e à moradia digna para as populações erroneamente taxadas como transgressoras da lei.

Nesse caso, fica bastante claro que quando o direito de um (à posse) transpassa o direito do outro (à moradia), as políticas públicas pendem, frequentemente, para um lado.

2.2.2 A Nova Agenda Urbana e as perspectivas de um desenvolvimento sustentável e resiliente nas comunidades vulneráveis

Os assentamentos informais, que há mais de 50 anos abrigam grandes parcelas da população urbana, não devem ser considerados meramente como uma fase transitória (Porter *et al.*, 2011). Embora frequentemente definidos por contravenções a normas e padrões estabelecidos, é crucial abordá-los sob uma perspectiva política, dada a frequente participação de suas populações em relações adversas e desiguais (Satterthwaite *et al.*, 2020).

De acordo com Cutter (2021) o desenvolvimento de estratégias para aumentar a resiliência em locais urbanos requer três conjuntos de informações: (1) as vulnerabilidades e exposições existentes e potenciais a riscos e perigos; (2) a resiliência ou capacidade inerente para lidar com tais riscos; e (3) medições empíricas,

a fim de avaliar o que, onde e como as estratégias de intervenção ou mitigação fortaleceriam ou enfraqueceriam a resiliência. Ademais, Integrar a compreensão da realidade com processos sociais participativos pode fomentar a conscientização, incentivar a mobilização social e viabilizar a tomada compartilhada de decisões sobre as ações a serem desenvolvidas, inclusive no âmbito da prevenção de riscos (Leite, 2023).

A construção da resiliência para um desenvolvimento urbano sustentável exige a integração dos diversos pilares das agendas globais de desenvolvimento sustentável, como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a Nova Agenda Urbana, o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres, a Agenda de Ação de Adis Abeba e o Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas.

A resiliência urbana, entendida como a capacidade de um sistema urbano resistir e se regenerar diante de uma variedade de choques (Cutter, 2021; Leichenko, 2011, p.164), é um processo multissetorial e multidimensional que exige uma mudança significativa em relação às abordagens anteriores. Esta mudança implica não apenas reconstruir melhor, mas fazê-lo de maneira a combater desigualdades e injustiças existentes (UN-HABITAT, 2022)

Satterthwaite sustenta que inserção de uma perspectiva de resiliência nos procedimentos de urbanização de favelas não tem sido, costumeiramente, uma prioridade nos programas governamentais até o momento. As respostas do governo aos assentamentos informais tendem a variar entre eliminá-los, ignorá-los ou aprimorá-los. Muitas vezes, todas essas estratégias são presentes em uma mesma cidade, considerando que cada comunidade terá características específicas que as diferem e definem a abordagem considerada mais cabível (Satterthwaite et al., 2018).

O Painel Intergovernamental para a Mudança de Clima (IPCC) já reconhece a importância do aprimoramento de favelas, principalmente face às alterações climáticas (Satterthwaite *et al.*, 2018), ressaltando que não são apenas uma questão ambiental, mas também uma questão de política pública, que está intimamente associada à equidade e à justiça ambiental nas hierarquias sociais urbanas (Ye; Niyogi, 2022).

Como abordado no capítulo anterior, a contínua sobreposição de impactos socioambientais sofridos pelas populações de baixos rendimentos contribuem para

um ciclo de retroalimentação que conduz a um acúmulo de injustiça ambiental. Por isso, é imprescindível capacitar o público e as diversas partes interessadas para combater ativamente as vulnerabilidades nas cidades, em especial as relacionadas às alterações climáticas, para assim atingir um desenvolvimento urbano sustentável (Ye; Niyogi, 2022)

Ye e Niyogi (2022) destacam as dificuldades na comunicação dos riscos climáticos extremos, devido à complexidade da pesquisa e ao rápido avanço dos estudos climáticos e urbanos. Esse desafio pode impedir que planejadores urbanos, governos e outras partes interessadas compreendam e respondam adequadamente às situações específicas de cada contexto.

Apesar desses desafios, as comunidades têm o potencial de reduzir significativamente suas vulnerabilidades e aumentar sua resiliência através de um planejamento adequado e um quadro integrado de ação (Ye; Niyogi, 2022).

Satterthwaite *et al.* (2018) compreendem que as cidades precisam combinar a agenda do “desenvolvimento tradicional”, caracterizado como serviços de infraestrutura, habitação, posse segura de terras fora de zonas de risco etc, com as agendas de redução de risco de desastre e de adaptação e mitigação climática. Para isso, é de consenso geral que esse avanço interconectado de agendas internacionais (ONU, 2017) exige conexão direta com o desenvolvimento urbano, composto pelo conjunto de ações exercidas por todos os seus integrantes, desde os governos e organizações até os cidadãos (Kraas *et al.*, 2016).

Em vista disso, a Nova Agenda Urbana da ONU estabelece uma visão compartilhada e um compromisso político para promover o desenvolvimento urbano sustentável, conectando-se com a Agenda 2030, mas com enfoque maior no Objetivo 11, relacionado às cidades e comunidades sustentáveis (ONU, 2017). A Nova Agenda Urbana foi criada com o objetivo de servir como uma ferramenta essencial para governos e partes interessadas alcançarem o desenvolvimento urbano sustentável, propondo uma mudança de paradigma baseada na ciência das cidades. Alguns princípios norteadores do documento englobam:

- a garantia do acesso à habitação adequada e a água potável, saneamento e serviços básicos de saúde, educação e infraestrutura;

- a participação e engajamento civil na criação de espaços públicos seguros, inclusivos e verdes, que favoreçam a coesão social de todos os habitantes;
- a igualdade de direitos relacionados a gênero, raça e quaisquer outros aspectos passíveis de discriminação ou violência;
- o crescimento econômico sustentável e inclusivo, com apoio à promoção de economias locais;
- o desenvolvimento urbano e territorial equilibrado e integrado;
- o planejamento e investimentos em mobilidade urbana sustentável, permitindo o acesso facilitado das pessoas às oportunidades;
- a implementação de práticas de redução e gestão de riscos de desastres, através da construção da resiliência e adaptação às mudanças climáticas;
- a proteção e conservação de ecossistemas, minimizando impactos e promovendo padrões sustentáveis de produção e consumo (ONU, 2017).

A partir desses princípios básicos, são estabelecidas diversas diretrizes essenciais para prevenir a segregação e garantir condições de vida dignas para todos, tendo foco na erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões. O documento reconhece que a pobreza extrema e a crescente desigualdade representam desafios significativos tanto para países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, e destaca a importância da organização espacial, acessibilidade, planejamento urbano e ambiental para além da infraestrutura e provisão de serviços básicos, visando promover a coesão social, a igualdade e a inclusão (ONU, 2017).

Na Agenda, a ONU (2017) também reafirma a importância das oportunidades e benefícios advindos da urbanização para todos os habitantes, independentemente de residirem em assentamentos formais ou informais, através da criação de políticas e mecanismos de financiamento para opções habitacionais acessíveis e sustentáveis, com especial atenção para a prevenção de segregação e deslocamentos arbitrários.

Adicionalmente, o documento enfatiza a necessidade de fortalecer a resiliência das cidades e assentamentos através do desenvolvimento de infraestrutura de qualidade e planejamento espacial integrado, contando, sempre que possível, com abordagens participativas. Destaca-se a importância da redução de riscos de

desastres e da adaptação às mudanças climáticas, incluindo a reabilitação de favelas e assentamentos informais (ONU, 2017).

Considerando que a população moradora de favelas cresceu mais do que a população total ou do que a população urbana entre 1980 e 2010 (IBGE, 2010; Maricato, 2015), a integração das comunidades à cidade é urgente. Do ponto de vista urbanístico, esse processo requer a implementação de diversos componentes de um programa de urbanização, como a melhoria da mobilidade e acessibilidade, saneamento básico, oferta de equipamentos públicos e manutenção urbana. Essa integração também está ligada ao padrão de ocupação consolidado, densidade populacional, qualidade das construções públicas e privadas e envolve aspectos culturais e sociais (Observatório de Favelas, 2009).

Assim, destaca-se que, antes de qualquer ação de urbanização ou aprimoramento urbano e ambiental visando assentamentos humanos mais seguros, inclusivos, sustentáveis e resilientes, como pede a Nova Agenda Urbana, é preciso compreender a cidade em sua pluralidade. Da mesma forma ocorre nas comunidades informais, favelas, cortiços e periferias, o que torna necessário reconhecer a especificidade de cada território e seus moradores, considerando-os como cidadãos que devem ter seus direitos sociais garantidos na forma de políticas públicas afeiçoadas aos seus territórios (Observatório de Favelas, 2009, p. 23).

Conforme Pinto, Kühner e Amorim (2019) a implementação da Nova Agenda Urbana (NAU) nas cidades brasileiras enfrenta uma série de desafios significativos. Os autores citam como exemplo as estruturas institucionais de governança nas regiões metropolitanas do Brasil, que carecem de elementos essenciais para a aplicação das diretrizes da NAU, dificultando o progresso das políticas de desenvolvimento urbano.

Além disso, para consolidar as iniciativas propostas na NAU, os autores afirmam que a tradicional dicotomia entre o urbano e o rural precisa ser superada, exigindo a incorporação da dimensão rural nos processos de planejamento, como também uma maior participação da sociedade, superando o baixo engajamento e falta de parcerias efetivas entre os diferentes níveis de governo e a sociedade. Ademais, a reafirmação dos direitos urbanos, como o acesso à habitação adequada e a serviços básicos, é necessária, assim como a criação de estruturas de financiamento

inovadoras, que contemplem as necessidades de diversos grupos sociais (Pinto; Kühner; Amorim, 2019).

Susan Cutter (2021) compreende ser fundamental que pesquisadores e profissionais que atuam na área de riscos urbanos e resiliência ampliem seu foco de estudo, considerando que tanto o sistema urbano quanto sua resiliência apresentam uma complexidade e multiplicidade de aspectos que exigem uma abordagem abrangente. Diante da complexidade e da urgência do tema, Cutter acredita que a pesquisa de convergência, que transcende as abordagens multi, inter e transdisciplinares, surge como um caminho promissor, desde que seja capaz de integrar de forma efetiva o conhecimento, métodos, experiência e valores socialmente relevantes.

2.2.3 O contexto da urbanização de favelas em Curitiba, e como a desatualização do discurso de “cidade modelo” impacta na população mais vulnerável

Curitiba é reconhecida há décadas por uma reputação internacional da imagem ideal do que deveria ser uma cidade, e inúmeras vezes premiada e referida como modelo de planejamento urbano eficiente, de desenvolvimento urbano ecologicamente correto, de um exímio planejamento ambiental, e até mesmo como “a melhor cidade do mundo” (Macedo, 2004). No entanto, autores e pesquisadores há tempos afirmam que o discurso de “cidade sustentável” segue sendo reproduzido através dos anos se pautando em uma imagem fixa do passado.

A negação em enxergar que Curitiba mudou ao longo do tempo e não é mais uma cidade modelo em sustentabilidade impede renovações e mudanças institucionais e políticas urgentes para o melhor enfrentamento dos desafios atuais. O discurso de caráter hegemônico quanto à sustentabilidade da capital, promovida e mantida entre a administração e os cidadãos, impede que Curitiba seja enxergada com base em sua realidade atual, uma realidade muito distante dos discursos otimistas propagados (Martínez et al., 2016).

Embora a cidade tenha conseguido reduzir pela metade a pobreza entre 2004 e 2009, uma vez que a classe média cresceu para 50% da população, as pessoas

abaixo da linha da pobreza permaneceram mais pobres do que a média nacional (Scoz, 2011), demonstrando uma aumento das disparidades socioeconômicas.

Martínez *et al.* (2016) afirma que uma combinação de fatores exógenos e endógenos pode explicar a sustentabilidade falha de Curitiba. Entre os fatores exógenos estão a migração rápida do campo para a cidade a partir dos anos 1970, colocando uma pressão crescente sobre os serviços públicos (como o BRT), combinada com problemas de pobreza e distribuição desigual de renda, contribuindo para a segregação social.

Em termos de forças endógenas, a análise dos autores se concentrou no papel explicativo do discurso, demonstrando como sua perpetuação imaculada pode obstruir mudanças necessárias. Em Curitiba, a realidade material sofreu mudanças ao longo do tempo, não mais a caracterizando como o modelo que foi. Por outro lado, o discurso da cidade sustentável continua sendo reproduzido por processos domésticos e transnacionais, garantindo uma imagem "fixa", o que impede a renovação e mudança institucional significativas para enfrentar melhor os desafios atuais de sustentabilidade (Martínez et al., 2016).

Dentro desse contexto, a capital paranaense apresenta deficiências substanciais no âmbito da gestão socioambiental e climática, agravando disparidades socioeconômicas e resultando em diversas perdas. Zanella (2006) afirma que as ocorrências hidrometeorologias excepcionais, de ocorrência frequente na capital paranaense, interagem com as vulnerabilidades socioeconômicas gerando riscos agravantes. Ademais, esse processo torna essas populações refém de disputas e promessas políticas da implementação incompleta dos serviços urbanos, perpetuando o processo de dominação e mantendo a precariedade existente nesses locais (Souza; Samora, 2022).

Conforme apontado pelo IPPUC (2020), houve uma expansão do número de assentamentos vulneráveis na capital, sendo a situação de risco mais comum à de inundação, constatado em quase 38% dos assentamentos irregulares. A seguir vem o risco de deslizamento ou existência de domicílios em encosta íngreme (maior que 30% de declividade) que atinge 16,17% destas áreas, assim como o atingimento por linhas de alta tensão, em 14,55% delas.

Para Souza e Samora (2022) a implementação incompleta dos serviços de infraestrutura ou a falta de programas de aprimoramento ou substituição de moradias precárias resultam em uma grande insatisfação e desconfiança em relação à eficácia das ações promovidas pela administração pública. Além disso, o modelo excludente de urbanização observado em Curitiba, resultado de um planejamento urbano que privilegia os bairros mais bem localizados em detrimento das áreas periféricas, incentiva a irregularidade nessas regiões (Souza; Samora, 2022), mantendo um ciclo de desigualdade maléfico aos que a vivem e à cidade como um todo.

O Programa de Aceleração do Crescimento – Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP), iniciado em 2007, representou um marco nas políticas de urbanização de favelas no Brasil. O programa ampliou e facilitou o acesso dos governos locais a recursos federais para a implementação de projetos de urbanização. No entanto, a partir de 2014, problemas na execução das obras, como atrasos e custos excessivos, culminaram na perda de relevância do programa dentro do Governo Federal (Souza; Samora, 2022).

No caso da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), o PAC-UAP teve um impacto significativo na política habitacional local. A Companhia de Habitação Popular do Paraná (COHAPAR) concentrou seus esforços na RMC, viabilizando a implementação de projetos e obras em 49 favelas de Curitiba. A convergência de recursos do PAC-UAP com o programa Minha Casa, Minha Vida possibilitou a remoção de até 50% dos moradores das áreas de intervenção para reassentamentos em conjuntos habitacionais, muitas vezes distantes da ocupação de origem. Essa estratégia, priorizada em detrimento da regularização fundiária e da melhoria das habitações no local, gerou críticas por parte de movimentos sociais e especialistas em urbanismo (Souza; Samora, 2022).

A pesquisa realizada por Souza e Samora (2022) acerca de processos de urbanização de comunidades em Curitiba resultou em uma percepção geral de insatisfação e incompletude das obras prometidas. Além disso, a falta de efetividade e manutenção de melhorias também foi citada, como exemplificado no caso da Vila Parolin, onde os serviços de infraestrutura implantados não solucionaram os problemas de alagamentos e enchentes na ocupação, e a situação, inclusive, se agravou. A priorização do reassentamento das famílias em conjuntos habitacionais em

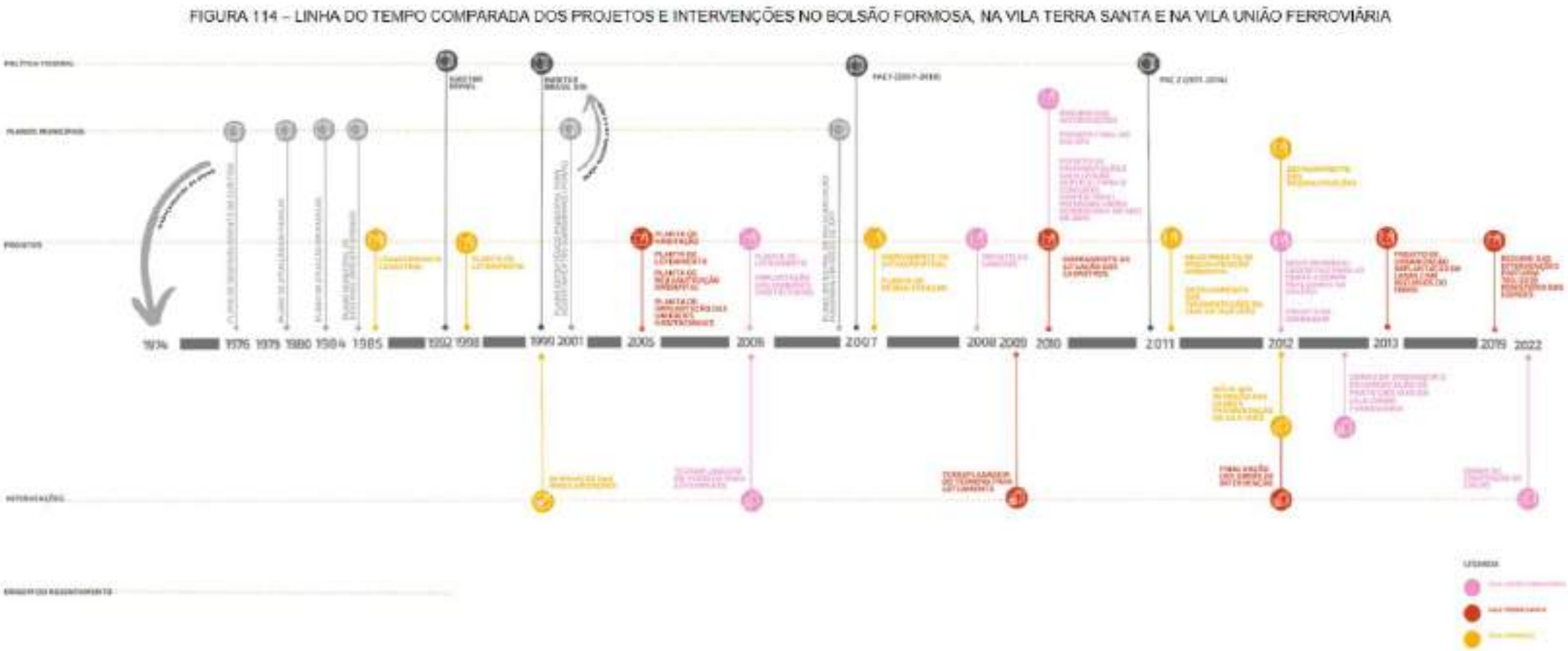
áreas periféricas em detrimento da realização de intervenções no local caracterizou a abordagem de Curitiba, postura que gerou descrédito entre os moradores em relação à efetividade das ações do Estado (Souza; Samora, 2022).

Análises da Rede Observatório das Metrópoles (Cardoso & Denaldi, 2018; Cardoso & Nunes da Silva, 2020) revelam que a destinação de recursos para a construção de conjuntos habitacionais, frequentemente em áreas distantes dos assentamentos originais, configura uma prática recorrente no município.

Tal enfoque contrasta com o discurso de requalificação ambiental e efetiva urbanização das favelas, evidenciando o caráter pontual, restrito e fragmentado das intervenções, além da descontinuidade dos programas e projetos implementados. A ênfase na construção de conjuntos habitacionais reforça a conclusão de que a estruturação de uma política de urbanização integral das favelas não se configura como prioridade para a gestão municipal de Curitiba (Texeira, 2022).

Texeira, em sua pesquisa sobre a abordagem de urbanização de favelas em Curitiba, utilizou-se das intervenções no Bolsão Formosa e nas Vilas União Ferroviária e Terra Santa para realizar as pretendidas análises. A Figura 6 faz parte da pesquisa da autora, e representa uma linha do tempo comparativa entre os projetos e intervenções nos locais de estudo. Na representação gráfica, os itens acima da linha do tempo descrevem planos municipais, projetos e políticas voltadas à urbanização de favelas em Curitiba, e abaixo, as ações de fato efetuadas.

Figura 6: Comparação entre projetos e intervenções



Fonte: Texeira, 2022

Em conclusão, a autora afirma que fica claro como a margem acima da linha, onde resumem-se os projetos, é carregada de informações, enquanto a parte de baixo é praticamente vazia. Sobre isso, constata, por fim, a ineficácia das práticas atualmente conduzidas, destacando alguns pontos principais.

Inicialmente, Texeira aponta uma priorização de ações infraestruturais à integração urbana e tratamento de déficits habitacionais, assim como a desconsideração dos critérios de segurança de posse e adequação cultural nos projetos, fatores essenciais em uma urbanização integral e justa. Além de não combater as incontáveis dimensões de vulnerabilidade, este modelo de processo por muitas vezes alavanca novas situações de fragilidade, como é o caso da violência doméstica.

Além disso, constata que embora existente, a abordagem municipal ainda é tímida e pontual, resultando em impactos pouco abrangentes e ainda longe de conceber a urbanização integral das favelas ao não combater as vulnerabilidades e desigualdades multidimensionais (Texeira, 2022).

Também cita a autora que a requalificação ambiental de IAPs com remoção do risco conduz a maior parte das intervenções, levando a remoções justificadas e realizadas, mas que, em contradição ao discurso original, não viabilizaram as ações de reabilitação ambiental planejadas. Para Texeira, isso comprova que o discurso é utilizado comumente como justificativa para remoção mais do que efetivamente para promoção da recuperação ambiental.

Por fim, Texeira argumenta que a requalificação ambiental, frequentemente utilizada como justificativa para intervenções em favelas pelo município, só será eficaz se integrada a uma política de urbanização integral, o que ainda está longe da realidade em Curitiba. A autora defende que tal política deve ir além de medidas pontuais e fragmentadas, e considerar as necessidades socioeconômicas e ambientais das comunidades (Texeira, 2022).

Compreende-se que a necessidade de participação concreta da população na formulação e implementação dos projetos de urbanização é dada como essencial para garantir a efetividade das intervenções, e minimizar as disparidades socioambientais. A requalificação urbana de regiões que abrigam a população em situação de pobreza ou pobreza extrema deve ser enxergada como não apenas de interesse da

comunidade em si, mas pública, dos governantes e de todos os cidadãos, visando permitir que a cidade acolha com segurança e dignidade todas as camadas sociais que a habitam e preserve seus recursos naturais.

2.3 ABORDAGENS PARTICIPATIVAS COMO FERRAMENTA PARA PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO DIGNOS SUSTENTÁVEIS E RESILIENTES A RISCOS SOCIOAMBIENTAIS

> “Numa época marcada pela incerteza e pelo obscurecimento das utopias, quando o futuro da humanidade se vê ameaçado pelo esgotamento dos recursos naturais e pelo aquecimento global do planeta, bem como pela insensatez das guerras e dos fundamentalismos (econômicos e religiosos), quando a nossa capacidade de desejar se amesquinha e se atrofia, reduzindo-se ao consumismo desenfreado e à busca da realização individual, talvez as favelas tenham algo valioso a nos ensinar.” (Souza e Silva; Observatório de Favelas, 2009, p. 61)”

Como ilustrado no caso de Curitiba, a abordagem das questões ambientais em intervenções comunitárias frequentemente desconsidera a presença das pessoas e o capital social existente. No entanto, é essencial reconhecer que já há uma infraestrutura material estabelecida, entendendo que houve investimentos significativos nessas áreas, as quais possuem valor intrínseco, mesmo em comparação com outros modelos de valorização imobiliária (Observatório de Favelas, 2009).

Portanto, para que se realizem intervenções urbanas, ambientais e habitacionais funcionais em comunidades informais é de extrema importância a introdução de abordagens participativas, permitindo que esse valor intrínseco seja a base para a construção de mudanças contextualizadas e eficazes em cada contexto.

2.3.1 Paradigma da Potência: o que as cidades podem aprender com as favelas

As favelas, paradoxalmente, são expressões da afirmação cotidiana do viver e da construção da cidade como uma obra humana compartilhada, de processo legítimo de habitação urbana, constituindo marcações simbólicas e movimentos de

pertencimento ao território (Barbosa; Souza e Silva, 2013). Barbosa e Souza e Silva afirmam que as comunidades urbanas não apenas ocupam o território, mas também o reinventam, moldando-o de acordo com suas necessidades e identidades, e refletindo sua diversidade e formas de interação com o espaço urbano.

Em concordância, o Observatório de Favelas (2009) assegura que a essência da solução para os desafios das favelas não se encontra fora delas, mas sim no reconhecimento de que essas comunidades representam uma "reinvenção" da própria cidade. As favelas, ao espelharem a sociodiversidade de uma sociedade desigual, não apenas refletem os problemas urbanos, mas se configuram como parte essencial das soluções que a cidade como um todo necessita para enfrentar suas dificuldades.

No entanto, como destaca o sociólogo Ricardo Linhares, a visão homogeneizante da favela, que desconsidera sua diversidade interna, inviabiliza a implementação de políticas públicas eficazes e a concepção de projetos de urbanização que considerem esses territórios como pontos de partida, em vez de apenas como pontos de chegada para intervenções arbitrárias (Observatório de Favelas, 2009; Souza e Silva; Fernandes; Barbosa, 2018). Essa perspectiva está enraizada em uma visão criminalizante e estigmatizante que reforça a apartação entre o "mundo da favela" e o "mundo do asfalto" (Observatório de Favelas, 2009).

Os autores de “As favelas como territórios de reinvenção da cidade” revelam que a observação detalhada da intensa vida social nas comunidades costuma demonstrar a presença de códigos, marcações, práticas de sociabilidade, acordos, regras e normas que regulam as interações e a convivência dos habitantes. Além disso, os modos de viver nessas áreas demonstram a apropriação do espaço de formas criativas e adaptativas, evidenciando a resiliência e inovação dos moradores, apesar das limitações impostas pelas condições geomorfológicas e pela falta de infraestrutura formal (Barbosa; Souza e Silva, 2013).

Ademais, a habitação nas favelas vai além dos padrões residenciais hegemônicos, desempenhando funções múltiplas, como oportunidades de geração de trabalho e renda através de pequenos negócios familiares, como mercearias, bares, salões de beleza e oficinas mecânicas, que se proliferam ilustrando a interação dinâmica entre habitação e economia local (Barbosa; Souza e Silva, 2013).

O reconhecimento do poder inventivo dos grupos socialmente desfavorecidos e estigmatizados, especialmente nas periferias urbanas, é crucial para a formulação do "Paradigma da Potência". Este paradigma não se limita a avaliar as condições de vida, mas valoriza o estilo de vida das periferias em seus próprios termos, sem compará-lo aos padrões dominantes na cidade. Assim, esse processo busca desafiar as dinâmicas que perpetuam o não reconhecimento da complexidade desses territórios, fomentando a construção de uma sociedade mais justa, afirmam Souza, Fernandes e Barbosa (2018).

É fundamental reconhecer e dar visibilidade à existência de situações de injustiça e desigualdade em comunidades informais, ao mesmo tempo respeitando que, na informalidade que se constituiu, cada comunidade foi tecida por dinâmicas, relações e sentimentos complexos que estão enraizados em sua construção e na vivência dos moradores (Rincón-Castellanos, 2018).

Portanto, é crucial destacar que, assim como os bairros urbanos, as favelas não são espaços homogêneos. Na considerada cidade formal, há variações significativas entre os bairros quanto à presença do poder regulador do Estado e de indicadores sociais e econômicos. Essa diversidade se reflete igualmente nas favelas, cujas condições cotidianas variam conforme a localização, os indicadores socioeconômicos, o acesso a serviços e equipamentos urbanos, e a presença de grupos criminosos (Souza e Silva; Barbosa; Simão, 2020).

As novas soluções para combater as desigualdades devem considerar essa potência e heterogeneidade local como um motor essencial para o desenvolvimento territorial. Além das variáveis citadas, é nas histórias individuais que se encontram os elementos mais urgentes e que podem iniciar um ciclo positivo de superação das vulnerabilidades, permitindo a construção de processos contextuados e eficientes de integração da comunidade à cidade (Leite, 2023).

2.3.2 Urbanismo social: bases conceituais e posicionamento

Antes de compreender-se as origens por trás do uso de novos termos, é válido relembrar que a valorização da experiência humana dentro do planejamento urbano

possui raízes muito antigas e respeitadas na área. Jan Gehl, autor da obra “Cidade para Pessoas” argumenta em seu discurso que o uso da dimensão humana como foco do urbanismo tem o potencial de gerar cidades mais saudáveis e inclusivas. Gehl compreende que somente assim pode-se proporcionar segurança, por meio da vivência nas ruas, superfícies e espaços acessíveis e convidativos a todos, e uma gestão socioambiental equilibrada por meio da presença de áreas verdes e conectividade com a natureza (Gehl, 2010).

Citando outro relevante nome ao tema, as críticas contundentes e até hoje pertinentes abordadas na obra “Morte e Vida das Grandes Cidades”, de Jane Jacobs, instigam uma reflexão sobre os princípios orientadores para o desenvolvimento urbano futuro. Elas advogam por um ambiente urbano menos individualista e mais inclusivo, caracterizado pela diversidade de habitantes e atividade, destacando também a importância de promover um forte senso de pertencimento entre os residentes locais (Jacobs, 2011). Jacobs defende a promoção da diversidade e da heterogeneidade urbanas como estratégia para abordar questões relativas à insegurança, desigualdade e monotonia nas cidades.

A importância da integração dos espaços formais e informais da cidade além de um movimento de respeito a todas as formas de manifestação e habitação humana é, também, um caminho necessário para cidades resilientes aos cenários contemporâneos. Deve-se compreender que essas zonas “inconscientes” da cidade, que escapam dos projetos formais, constituem algo que não é expresso nem traduzível nas representações formais (Careri, 2002), de onde mais provém seu valor.

Partindo desses pressupostos, o Urbanismo Social torna-se internacionalmente conhecido no início do século XXI por meio da divulgação das ações na urbanização de favelas na Colômbia, principalmente em Medellín. O caso de Medellín é hoje conhecido como o grande caso de “urbanismo social” na América Latina, trazendo pontos fortes do conceito em seu programa, como:

i. a continuidade do processo através de diferentes gestões municipais;

ii. a presença de uma entidade pública que coordena as políticas ações públicas e as engloba e concretiza em território nos PUIs (Projetos Urbanos Integrais);

iii. a formulação de estratégias de governança colaborativa que envolvem a administração pública, instituições acadêmicas e, principalmente, a comunidade local, conferindo-lhe protagonismo

iv. implementação efetiva de iniciativas, programas e infraestruturas em várias localidades, destacando-se a criação de importantes instalações públicas centrais;

v. a rápida entrega de espaços públicos de alta qualidade, integrados com outros elementos do ambiente urbano;

vi. o enfoque na redução da violência urbana, por meio de abordagens sociais e urbanas integradas à cultura a educação (Leite, 2023).

O termo foi popularizado pelo prefeito Sergio Fajardo e sua equipe em Medellín, adjetivando a palavra urbanismo para enfatizar sua demanda focada no impacto social. A partir do sucesso do programa, o conceito se difundiu em diversos outros programas conseguintes na América Latina.

O urbanismo social tem como foco promover estratégias de fomento à melhores condições de vida nas favelas através da qualificação integrada dos territórios precários, baseada na governança compartilhada entre a população local e a gestão pública. Leite argumenta que o urbanismo social é uma demanda social urgente no Brasil, em uma realidade onde estima-se que cerca de 17 milhões de pessoas, 8% da população, vivem em favelas (Leite, 2023; Meirelles; Athayde, 2014), e que o déficit habitacional no país é de aproximadamente 5,8 milhões de moradias, impactando cerca de 18,5 milhões de pessoas (Fundação João Pinheiro, 2021).

Na percepção de autores referência no tema, o conceito é considerado um importante aspecto da Nova Agenda Urbana (ONU, 2004) no tocante à inclusão social. No âmbito municipal, o urbanismo social abrange aspectos institucionais, financeiros e urbanos, destacando as ferramentas das políticas públicas, os instrumentos de financiamento, as abordagens de planejamento e os processos que integram a expertise técnica à participação da comunidade local. Essa integração, característica dos processos decisórios democráticos, é vista como a fonte da transformação das cidades (Acosta et al., 2022; Falcão; Silveira, 2022).

Para Sevilla et al. (2021), trata-se de um movimento emergente no início do atual século, apresentado como uma alternativa aos paradigmas urbanos estabelecidos, e surgindo em resposta a estatísticas que não conseguiram reverter processos de declínio econômico e outros fenômenos, como desigualdade, vulnerabilidade social, fragmentação comunitária e degradação ambiental.

Os autores compreendem o urbanismo social como uma corrente urbanística concebida como resultado de um consenso entre diversos profissionais de áreas multidisciplinares, incluindo arquitetura, engenharia, geografia, sociologia, direito, economia e ecologia, interessados em conceber espaços urbanos que promovam equidade e participação conjunta de uma variedade de atores sociais, tanto públicos quanto privados, com o objetivo de desenvolver soluções inovadoras e economicamente viáveis (Sevilla et al., 2021).

Falcão e Silveira citam a visão de Lina Ocampo (2019), que conceitua o urbanismo social como um conjunto dinâmico de oportunidades para remodelação urbana, não como uma corrente de pensamento estática ou um modelo prescritivo. A autora enfatiza que tais transformações representam uma sequência contínua de processos que se desdobram e são percebidos ao longo do tempo.

Complementando essa perspectiva, Quinchía-Roldán (2013) ressalta que o urbanismo social está intrinsecamente ligado à construção de um discurso que tem o poder de influenciar comportamentos e de legitimar, ou não, os diversos atores sociais envolvidos. Esse discurso está intimamente relacionado à concepção de um modelo ideal de cidade e à gestão do desenvolvimento urbano.

Em síntese, as visões de Ocampo e Roldán realçam a natureza processual e discursiva do urbanismo social. As transformações urbanas não se apresentam como um modelo estático a ser seguido, mas sim como um conjunto fluido de ações e ideias em evolução, moldando e sendo moldadas pelas interações dos diversos atores sociais que compõem o tecido urbano.

Leite (2023) afirma que assim como ocorre com o surgimento de qualquer termo semelhante, muitas críticas permeiam o uso de “urbanismo social”, principalmente justificando-se que todo urbanismo deve ser social. O autor afirma que o uso do termo, pelos que o decidem fazer, objetiva reconhecer essa prática a partir

das experiências obtidas em Medellín, não visando rivalizar ou deixar de reconhecer outras nomenclaturas e outros trabalhos igualmente efetivos e importantes.

No contexto deste estudo, o conceito de urbanismo social, quando empregado, não o será como uma estruturação única a ser adotada em iniciativas participativas para o desenvolvimento urbano de áreas informais, mas sim como um conjunto de princípios e abordagens previamente validados com sucesso no campo prático, e em constante refinamento em termos teóricos. A partir dessa perspectiva, a pesquisa visa contribuir com o objetivo de oferecer alternativas e contribuições aos modelos existentes de urbanização, em sua maioria de caráter exclusivo e fragmentado no âmbito socioambiental, já comprovadamente visto como uma solução não efetiva aos atuais desafios sociais e ambientais de nosso país.

Voltando à Gehl e Jacobs, ambos críticos da urbanização modernista e seus efeitos desumanizadores, defenderam a criação de espaços urbanos que promovessem a convivência, a segurança e a vitalidade social. Suas ideias, portanto, convergem no cerne do conceito de urbanismo social, que prioriza a escala humana, a participação comunitária e o desenvolvimento sustentável, propondo uma revalorização dos espaços públicos como locais de encontro e interação social, o que reitera que a concepção em questão sempre esteve presente de alguma forma na história urbana, alterada conforme sua época de vigência.

2.3.3 Abordagens participativas para transformação urbana em territórios informais

Quando falamos de urbanização ou processos de aprimoramento em territórios informais, a identificação de vulnerabilidades multidimensionais pode ser generalizada em diferentes lugares, mas as soluções específicas a serem desenvolvidas não podem seguir essa mesma lógica genérica. É essencial que essas soluções sejam elaboradas com base nas condições particulares de cada local e família, reconhecendo que as pessoas não são definidas apenas por suas vulnerabilidades (Leite, 2023).

Dentro dos moldes do urbanismo social, busca-se sempre valorizar a experiência e história local das comunidades. Para isso, o reconhecimento da potência desses territórios e das vozes da comunidade é indispensável. Nesse contexto, o fortalecimento das organizações locais, respeitando e estruturando sua atuação, se apresenta como um caminho eficaz para impulsionar projetos intersetoriais de transformação contínua e efetiva nos territórios (Leite, 2023).

Ao adotar uma abordagem centrada na perspectiva dos residentes locais, proporciona-se uma compreensão genuína e contextualizada das questões primordiais que permeiam a elaboração do diagnóstico local e diretrizes projetuais (Leite, 2023). Essa abordagem é muito importante quando se trata de urbanização participativa, uma vez que manifestam desejos de sujeitos concretos, expressando uma diversidade de modos de lidar com o espaço cotidiano que são distintas daquelas dominantes, podendo ser compreendidas como dinâmicas invisíveis, relacionadas às dimensões perceptivas e de apropriação do território (Nascimento Neto, 2019).

Tais procedimentos que incorporam uma abordagem profundamente participativa proporcionam uma oportunidade não apenas para transformar práticas e políticas governamentais, mas também para influenciar configurações urbanas, introduzir inovações tecnológicas, respaldar práticas alternativas de construção e adotar uma trajetória de desenvolvimento urbano mais sustentável e inclusiva (Almansi; Motta; Hardoy, 2020).

O Programa da Nações Unidas para os Assentamentos Humanos fortalece que, para enfrentar os desafios multifacetados da urbanização, o planejamento urbano deve agir por meio de estratégias espaciais juntamente com processos inclusivos que consideram os direitos humanos, o gênero, a idade e outras categorias de identidade, que permitem os gestores urbanos e outras partes interessadas estabelecem um quadro de participação e integração da sociedade na gestão pública (UN-HABITAT, 2021). Também se reitera que para que as cidades se desenvolvam de forma sustentável e inclusiva, devem tornar-se mais compactas, absorvendo o crescimento populacional através do aumento da sua densidade e otimização de recursos

Além da importância da participação civil em decisões quanto às políticas públicas ser indiscutível, neste caso a inclusão dos moradores é essencial, uma vez que eles, acima de qualquer outro envolvido, estão conscientes dos riscos crônicos

diários e perigos da sua experiência vivida, mas carecem de recursos para resolvê-los de forma independente (UN-HABITAT, 2022).

Carlos Leite (2023) ressalta que a participação comunitária não deve ser vista como um modelo fixo, mas sim como um conjunto de estratégias flexíveis que se adaptam às particularidades socioespaciais, com o objetivo de fortalecer as capacidades locais e promover uma contribuição autêntica e motivadora no processo. Além disso, o autor compreende ser crucial identificar e abordar os fatores que limitam essa participação, como a falta de confiança no próprio potencial e a ausência de experiências de coletividade, permitindo que esses pontos também sejam socialmente trabalhados no processo (Leite, 2023).

O termo "upgrading", compreendido como “aprimoramento” ou “requalificação”, refere-se às medidas governamentais para aprimorar a qualidade das estruturas habitacionais e a provisão de habitação, bem como a infraestrutura e serviços comunitários relacionados (como água encanada, eletricidade, pavimentação, esgoto e sistemas de drenagem) para assentamentos considerados favelas ou comunidades informais (Satterthwaite et al., 2018).

Bastante debatida em âmbito internacional, esse tipo de estratégia ultrapassa os limites do investimento infraestrutural provido pelos governos, e inclui planejamento conduzido e participação ativa da comunidade, além de ação realizada por meio de parcerias entre o governo local e organizações comunitárias.

As alternativas de ação para a urbanização de favelas podem variar, segundo Abiko (2009), de intervenções pontuais, como pequenas obras para resolver problemas específicos e imediatos, até ações mais abrangentes, como a realocação completa dos moradores para novas habitações, seja no mesmo local ou em outra área. O autor também afirma que é fundamental que tais intervenções estejam inseridas em um planejamento urbano mais amplo, garantindo que as melhorias habitacionais sejam parte de uma estratégia urbana integrada, voltada para a transformação abrangente do território.

Outrossim, a coleta de informações é crucial nesse processo, pois permite caracterizar a população com base em suas relações sociais, laços familiares, e vínculos econômicos e profissionais. Além disso, a identificação de lideranças locais e de pessoas de referência na comunidade oferece a oportunidade de selecionar

potenciais representantes para participar de conselhos de planejamento e para facilitar a comunicação durante a execução do projeto (Abiko, 2009). Além disso, o acompanhamento social, a mobilização para a obra, e a promoção de ações educativas e de sustentabilidade social são essenciais para garantir a inclusão social e econômica, incentivando o desenvolvimento de habilidades individuais, a organização comunitária e o fortalecimento da cidadania entre os moradores.

Esses parâmetros permitem considerar as abordagens participativas e o urbanismo social como meios de viabilizar um processo de requalificação urbana holística, que não atende apenas aos aspectos de ausência de *Urbe*, infraestruturas físicas e acesso a serviços, mas também atua na *Polis* do local, validando a potência das relações e dinâmicas existentes, enquanto também busca sanar carências e fomentar um maior desenvolvimento social e humano.

Além disso, ao envolver os moradores na concepção e implementação do plano de ação, o processo de urbanização se torna mais inclusivo e participativo, assegurando a sustentabilidade a longo prazo e promovendo um senso de responsabilidade compartilhada pelo desenvolvimento e manutenção do ambiente urbano (Leite, 2023). Essas estratégias de se fazer urbanismo, também chamada nas literaturas de abordagem “bottom-up – ou de baixo para cima, deve ser vista não como resultado (Hamra, 2018), mas como um processo holístico visando um objetivo que carece de perspectivas multidimensionais.

A cidade colombiana de Medellín, que nos anos 1990 atingiu seu ápice de violência ligada ao narcotráfico, alta taxa de homicídios e índices gritantes de segregação, corrupção e desigualdades, passou de cidade mais violenta do mundo a ser hoje conhecida como uma referência mundial em reinvenção socioeconômica e urbanismo social, com uma queda de 80% na violência urbana (Fonseca, 2018).

Foi em seu período mais hediondo que a gestão do Estado iniciou uma concentração de esforços para controle de milícias e recuperação dos espaços urbanos e da cidadania. Na busca pela melhoria da condição de vida dos habitantes dos territórios mais vulneráveis surge o PRIMED (Programa de Mejoramiento de Barrios Subnormales) que antecede o conceito de urbanismo social, e foi financiado pelo banco alemão KFW com o objetivo de melhorar a qualidade de vida em quinze bairros em encostas (Echeverri; Orsini, 2010).

Além de construir uma base técnica, capacitação e um aumento de confiança da população e equipes, os processos e aprendizados do PRIMED foram essenciais para as estratégias de urbanismo social que se iniciaram na década de 2000 (Leite, 2023). Nesse caso, foram estabelecidos três principais eixos de atuação:

1. Planejamento e intervenções específicas em cada território e executados de maneira simultânea, garantindo a construção da confiança entre o Estado e as comunidades;
2. Gestão e comunicação eficaz, assegurando a sustentabilidade das ações implementadas e mantendo um diálogo contínuo durante todo o processo de desenvolvimento e execução dos projetos;
3. Gestão técnica qualificadas e equipamentos arquitetônicos bem projetados para transformar zonas marginalizadas de forma duradoura.

O projeto piloto em Medellín, o Projeto Urbano Integral (PUI) Nororiental ocorreu entre 2004 e 2011, beneficiando catorze bairros, através de estratégias morfológicas, topográficas, técnicas e construções colaborativas entre poder público, técnico e comunidades, para posteriormente executá-las de forma organizada por priorização de urgências (Acosta *et al.*, 2022; Leite, 2023). Ao final, ainda prezou-se por um momento de Sustentabilidade e Apropriação, intencionando enraizar na cultura da comunidade um senso de responsabilidade e a importância da relação saudável com o meio ambiente por meio de formações e instruções (Acosta *et al.*, 2022; Cárdenas, 2006; Leite, 2023).

Além das vantagens mais evidentes e já citadas é importante salientar outros resultados positivos desse tipo de processo, como a racionalização dos bens públicos, a melhoria do contexto econômico favorecendo-o a investimentos internos e externos, o fomento à pesquisa acadêmica, à economia local e geração de empregos, a valorização do entorno por meio de infraestrutura e arquitetura de qualidade, a transformação holística das populações e, por consequência, das cidades como um todo (Echeverri; Orsini, 2010; Leite, 2023). Assim, Medellín se torna berço do urbanismo social e exemplo de abordagens participativas e integradas capazes de transformar contextos de graves ausências multidimensionais.

Ainda que o caso de Medellín seja amplamente reconhecido como um exemplo de sucesso em urbanismo social na América Latina e no mundo, aqui no Brasil o programa Favela-Bairro, desenvolvido no Rio de Janeiro na década de 1990, foi também bastante relevante ao atender 170 comunidades entre 1993 e 2008 em um contexto em que 16% da população do Rio de Janeiro vivia em favelas (Leite, 2023; Silva; Cardoso; Denaldi, 2022). O Favela-Bairro buscou uma urbanização integral por meio da integração das favelas ao tecido urbano, reconhecendo-as como bairros da cidade por meio da construção de infraestrutura essencial e melhorias ambientais (Leite, 2023; Prefeitura do Rio de Janeiro, 1995).

Em um exemplo bastante positivo, diferente de outras tentativas de urbanização, o programa não priorizou a construção de novas habitações, mas sim a realização de obras infraestruturais que permitissem aos moradores manter seus laços sociais e familiares dentro das comunidades, minimizando o reassentamento e focando na melhoria da qualidade de vida (Cardoso, 2005).

Um dos aspectos mais importantes do Programa Favela-Bairro foi o planejamento das intervenções em estreita consulta com cada comunidade. Para cada favela, realizava-se um estudo urbanístico que avaliava as características socioeconômicas, os déficits de infraestrutura e as ameaças ambientais. Com base nesses diagnósticos, era elaborado um plano de intervenção urbana, assegurando que as intervenções atendessem às necessidades dos moradores (Cardoso, 2005; Leite, 2023).

Por outro lado, alguns aprendizados devem ser levados em consideração, como a baixa escala de aplicação por meio de recursos e políticas públicas, dependendo de parcerias externas; a falta de um olhar mais holístico ao tratamento da população local, buscando um enfoque além do físico-urbanístico que impulsione o desenvolvimento social, familiar e individual; e a timidez da participação popular em diversos momentos (Cardoso, 2005), fato este que deve ser trabalhado e incentivado em diversas frentes visando aumentar a confiança e a autoestima dos indivíduos como atores de mudança.

Silva, Cardoso e Denaldi acrescentam que houve falta de atenção à precariedade habitacional nas moradias individuais, e as melhorias foram, em grande parte, delegadas aos próprios moradores, sem suporte do setor público ou assistência

técnica, o que acentuou a exclusão das famílias mais vulneráveis. Além disso, os programas falharam em concluir a regularização fundiária e tiveram avanços limitados na regularização urbanística, deixando questões fundamentais sem resolução (Silva; Cardoso; Denaldi, 2022).

Em Buenos Aires, também lar de um importante déficit de moradia de aproximadamente 300 mil pessoas, o Barrio – termo local para referir-se a favela – 20 é o quarto mais populoso da cidade, com 75% dos seus trinta mil habitantes vivendo em situação de pobreza (Leite, 2023). Lá, inicia-se em 2016 um modelo de planejamento “processo projecto”, considerando que o produto final não é algo pré-definido, mas resultado de um processo participativo e a construção de um consenso (Almansi; Motta; Hardoy, 2020). O projeto teve origem em três elementos principais: a organização e experiência prévia da comunidade com processos de urbanização; a priorização e investimento do Estado na intervenção de comunidades vulneráveis; e uma equipe técnica com foco na participação popular e articulação de interesses (Leite, 2023).

Diferentemente do Programa Favela-Bairro, na Villa 20 incluiu em seu planejamento a construção de novas moradias, além da melhoria de antigas, em conjunto com a integração urbana de vias, saneamento, regularização fundiária, criação de espaços públicos de lazer, centros de saúde e educação, e apoio ao emprego e empreendedorismo local.

Como resultantes positivas desse processo-projeto, Almansi, Motta e Hardoy (2020) destacam o cessamento da invasão de terrenos, 97,6% de aceitação nas realocações, a abertura de 400 metros lineares de ruas, reparos emergenciais em 153 moradias precárias, estabelecimento progressivo de infraestruturas de água, esgoto, eletricidade e drenagem, e uma ampla participação comunitária ao longo do planejamento e posterior execução dos projetos.

Além de provar a eficiência da participação social como eixo estruturante de intervenção para garantir o exercício de direitos, transparência e sustentabilidade dos processos, a experiência do Barrio 20 mostra que a colaboração e respeito aos critérios entre a equipe técnica, a comunidade e o Estado são essenciais para o sucesso da iniciativa (Leite, 2023).

No contexto da crescente favelização e dos desafios associados, Silva, Cardoso e Denaldi compreendem que algumas lições valiosas foram extraídas das políticas e ações direcionadas a assentamentos urbanos precários, embora nem todas tenham sido plenamente implementadas. Uma dessas lições envolve a necessidade de ações de desenvolvimento institucional alinhadas à política habitacional, incluindo a criação de sistemas de informação e monitoramento, a formulação de normas e a capacitação de recursos humanos permanentes. Também se destaca a importância da diversificação das ações pelas instituições de habitação, considerando a diversidade dos assentamentos (Silva; Cardoso; Denaldi, 2022).

Além disso, os autores afirmam que a intersetorialidade nos projetos é fundamental para garantir o direito à moradia digna, e a utilização de instrumentos urbanísticos como as ZEIS pode facilitar a democratização do acesso à terra urbanizada. A estratégia de reassentar famílias nas proximidades dos locais removidos, bem como a incorporação de projetos de ONGs como políticas públicas — incluindo programas de melhorias habitacionais com assessoria técnica e microcrédito — são abordagens que podem fortalecer as iniciativas de urbanização, promovendo maior eficácia e inclusão social (Silva; Cardoso; Denaldi, 2022).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo se insere na Linha II do Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental da Universidade Positivo: Planejamento, Conservação e Desenvolvimento Socioambiental. Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada e descritiva, de caráter qualitativo, buscando a compreensão e o estudo de uma situação complexa Günther (2006), com foco na interpretação de uma realidade social e da experiência dos indivíduos. A pesquisa qualitativa considera que o conhecimento e a prática são contextuais e locais (Geertz, 1989), utilizando a vivência como base para o entendimento.

3.1 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

O presente estudo, configurado como uma pesquisa que envolve a participação de seres humanos, seguiu as disposições de sigilo e codificação de dados contidas na Resolução 196, intitulada "Diretrizes e Normas Regulamentadoras para Pesquisas Envolvendo Seres Humanos," datada de 10 de outubro de 1996, a qual foi elaborada e divulgada pelo Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde e CONEP.

O projeto foi devidamente aprovado através do número de parecer 6.833.405 em avaliação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Positivo, por meio da plataforma Brasil – SISNEP.

3.2 MÉTODOS FILOSÓFICOS

Para o desenvolvimento da pesquisa, utiliza-se uma abordagem baseada na Teoria Crítica-dialética, que considera os valores como determinantes do conhecimento e entende a realidade como dinâmica e interativa (Miranda, 2008). Essa perspectiva filosófica busca compreender as relações de poder, as dinâmicas sociais e as estruturas subjacentes que influenciam as condições sociais, abordando também

as desigualdades a partir de uma base materialista. Assim, as análises dentro desse paradigma incluem:

I. Identificação das causas estruturais da vulnerabilidade socioambiental, como políticas públicas e práticas discriminatórias;

II. Envolvimento participativo, incorporando as vozes das comunidades e desafiando a tradicional hierarquia pesquisador-participante;

III. Exploração de implicações sociais, ambientais e econômicas, compreendendo a desigualdade ambiental em seus diversos aspectos (Spirkine; Yakhot, 1975).

3.3 FONTES DE PESQUISA

A pesquisa se baseia em levantamento bibliográfico, documental e de campo, tendo como território de estudo a comunidade Jardim Santos Andrade localizada no bairro Campo Comprido, no município de Curitiba.

A técnica do procedimento bibliográfico será explicada na subseção 3.3.1 Bibliometria, e seus resultados demonstrados no Apêndice E, assim como serão melhor detalhados os procedimentos da coleta em campo na subseção 3.3.2.

Já a pesquisa documental conta com a análise de documentações e relatórios do município de estudo, como o PlanClima, Plano Setorial para Habitação e Regularização Fundiária e a Avaliação de Vulnerabilidade Ambiental e Socioeconômica. Da mesma forma, documentos nacionais e internacionais de entidades como a ONU-HABITAT, Insper, World Bank, e o WRI serão investigados, citando alguns, Guia de Urbanismo Social (Leite, 2023), *World Cities Report 2022: Envisaging Cities for the Future* (UN-HABITAT, 2022) e o *Pro-poor Climate Action in Informal Settlements* (UN-HABITAT, 2018).

3.3.1 Bibliometria

Os procedimentos de investigação bibliométrica nesta pesquisa ocorreram em duas fases. Primeiro, foram analisadas teses e dissertações pelo Catálogo da CAPES, focando em temáticas acadêmicas semelhantes, além de documentos de entidades de referência. Após a coleta dos documentos relevantes, aplicou-se uma análise bibliométrica com filtros específicos.

Esse processo envolveu a busca por publicações relacionadas ao tema em periódicos e bases de dados relevantes, com o objetivo de identificar lacunas e oportunidades para o avanço científico. A pesquisa bibliométrica foi organizada pela definição do problema, palavras-chave e bases de dados. Em seguida, foram realizadas buscas quanto à incidência das palavras-chave e suas combinações, com os resultados filtrados por leitura e análise dos títulos e resumos, relevância dos periódicos e destaque dos artigos. Esse processo é demonstrado graficamente na Figura 7 e detalhado nas tabelas do Apêndice E.

Figura 7: Esquema explicativo do funil de delimitação dos artigos coletados.

Fonte: da autora

São expostos a seguir os protocolos bibliométricos de definição das palavras-chave, bases de dados e dos critérios de inclusão e exclusão dos artigos coletados, o que serviu como embasamento para o processo demonstrado na Figura 7.

3.3.1.1 Definição das Palavras-chave

Com base em pesquisas prévias acerca da temática, foram determinadas as seguintes palavras-chave como de maior relevância para a realização da pesquisa bibliográfica: “Urbanização de favelas” ou “*slum upgrading*”; “Vulnerabilidade socioambiental” ou “*socio-environmental vulnerability*”; “Resiliência urbana” ou “*urban resilience*”; “Planejamento participativo” ou “*participatory planning*”; “Habitabilidade” ou “*habitability*”. Os títulos foram pesquisados na língua portuguesa na base nacional,

Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, e na língua inglesa nas bases internacionais, Web of Science e Scopus, visando uma melhor abrangência de resultados.

Posteriormente ao processo exposto, o uso do termo “planejamento participativo” foi revogado devido a controvérsias existentes na literatura acerca de sua aplicação, e substituído pela expressão “abordagens participativas”.

3.3.1.2 Definição das Bases de Dados

Quanto às Bases de Dados empregadas para as buscas expostas nas próximas páginas, foram escolhidas: Portal de Periódicos da Capes, Scopus e Web of Science. Para a definição dessas bases de dados utilizadas no processo bibliométrico, foram considerados i) a quantidade de artigos relevantes em cada plataforma, e ii) a possibilidade de obter resultados nacionais e internacionais, de maneira alinhada ao caráter da pesquisa como um todo.

3.3.1.3 Critérios de inclusão, exclusão e resultados

Durante a condução da bibliometria, artigos que não apresentavam informações relevantes para o trabalho foram excluídos após avaliação. Os artigos restantes foram analisados mais detalhadamente para uso na Revisão de Literatura. Os critérios de inclusão exigiam que os artigos fizessem referência às palavras-chave, fossem pertinentes aos objetivos do estudo e aplicáveis ao contexto da pesquisa. Já os critérios de exclusão eliminavam artigos que não abordassem as palavras-chave, estivessem fora do contexto ou área de pesquisa ou fossem duplicatas.

Ao final, foram contabilizados 27 artigos de interesse para leitura acerca do tema em estudo. Em conjunto com os documentos encontrados de maneira exploratória, foi viável considerar existir uma base robusta de informações para caracterização da Revisão de Literatura.

3.3.2 Pesquisa de Campo

Para a etapa de pesquisa de campo, foram realizados levantamentos e observações em Curitiba, na comunidade Jardim Santos Andrade, melhor detalhados em tópicos posteriores. No que se tratou da atuação em campo, dois aspectos importantes devem ser ressaltados de forma a elucidar os procedimentos metodológicos de forma plena.

Em primeiro lugar, de maneira a intermediar o contato inicial com a comunidade, foi firmado um Acordo de Cooperação Técnica e Científica com a organização sem fins lucrativos UM TETO PARA O MEU PAÍS – BRASIL, responsável pela atuação frente à desigualdade e carência urbano-habitacional nas favelas de nosso país, assim como em diversos outros da América Latina. Ademais, sendo a pesquisadora voluntária fixa da TETO, o contato com a comunidade estreitou-se para além das dinâmicas específicas do trabalho, uma vez que a pesquisadora também esteve presente quinzenalmente junto às colegas de Equipe de Comunidade (EdC) da TETO visando outras demandas.

O segundo aspecto bastante relevante da pesquisa de campo é a atuação em colaboração com a disciplina de Assentamentos Urbanos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Positivo, da qual a pesquisadora atuou em prática de docência. Tendo em vista o alinhamento curricular da disciplina com os objetivos da investigação, as dinâmicas participativas na comunidade foram realizadas em parceria. Dessa forma foi possível estruturar atividades mais elaboradas, com mais indivíduos, e maior interação e riqueza de resultados.

Portanto, a pesquisadora estabeleceu uma conexão tripla com o campo de estudo ao longo do processo: através da condução da pesquisa, do voluntariado pela TETO e do seu papel auxiliar na disciplina de Assentamentos Urbanos. Essa abordagem diversificada proporcionou oportunidades significativamente mais abrangentes para interação e fortalecimento dos resultados obtidos neste estudo.

3.4 TÉCNICAS DE COLETA

Hammersley e Atkinson (1995) afirmam que o trabalho de campo exige métodos e procedimentos nos quais temos que ser bastante indutivos para a seleção do que é importante para a pesquisa. Os autores compreendem que, em vez de escolher categorias ou temas previamente, conforme a pesquisa progride a reflexão constante sobre o trabalho de campo ajusta e orienta a coleta de dados, moldando a forma como estes dados respondem às questões de pesquisa (Hammersley; Atkinson, 1995; Mattos; Castro, 2011).

Considerando essa plasticidade do trabalho em campo, e tendo em vista a diversidade de vínculos da pesquisadora com o território e a influência desses vínculos na coleta e análise dos dados em campo, a pesquisa é um estudo de caso tendo como estratégia metodológica principal a etnografia.

Yin enfatiza que o estudo de caso emerge da necessidade de compreender fenômenos sociais complexos, como as relações desiguais observadas nas favelas. O autor sustenta que, ainda que seja importante adotar uma metodologia principal, a integração de outras técnicas pode enriquecer significativamente a pesquisa (Yin, 2001). Portanto, essa definição metodológica considera a composição de abordagens participativas que são, além do principal método de coleta em campo, também a maneira de atuação da própria pesquisadora, que interage e influencia no meio (Gil, 2002) através desses diferentes elos.

Assim, a etnografia desempenha um papel fundamental uma vez que seus princípios recaem em amplificar a voz de uma minoria frequentemente silenciada. Nesse âmbito, a pesquisa emprega a observação participante, a abordagem lúdico-vivencial e a execução de entrevistas semiestruturadas, indispensáveis para a imersão no contexto da comunidade ao permitir a captura das nuances culturais e sociais, além das interações entre os atores locais (Mattos & Castro, 2011).

Conforme Willis (2000) e Mattos e Castro (2011) a etnografia envolve o pesquisador na vida cotidiana da comunidade estudada para captar sua totalidade e significados além de construir relações de confiança, elementos evidentemente presentes na pesquisa. Conforme mencionado, dentro do cenário etnográfico e visando uma abordagem que enfatiza a interpretação e a compreensão da existência humana em determinado contexto, realiza-se também uma observação participante, comumente utilizada em pesquisas qualitativas. Flick caracteriza a observação

participante como um estudo no qual o pesquisador mergulha de cabeça no campo, observando a partir de uma perspectiva de membro e, também, influencia o meio com sua participação (Flick, 2009). Brandão agrega que a pesquisa participante, como uma abordagem que vai além da observação e análise, envolve um compromisso ativo com os projetos e lutas dos grupos estudados (Brandão, 1987).

Quanto às estratégias lúdico-vivenciais, conforme Brougère (1997), que vê o brincar como uma forma de integração social e transformação do ambiente, a utilização de estratégias lúdico-vivenciais nas metodologias participativas permite que os indivíduos atuem como agentes ativos. No caso deste estudo, isso não apenas facilita a integração social, mas também enriquece o diagnóstico participativo ao permitir que os moradores cocriem soluções urbanas mais eficazes ao contexto.

No que tange à coleta via observação, realiza-se em momentos diversos por meio de visitas com acompanhamento da líder comunitária, mediante nome fictício de Dona Antonieta, ou morador(a) voluntário(a) da Associação de moradores, seguindo o discriminado no Apêndice B. Já as entrevistas semiestruturadas se dão por meio do exposto no Apêndice C, e efetuadas sob concessão via Termo de Autorização de Uso de Imagem e Voz – Apêndice A.

As dinâmicas participativas estão descritas no roteiro previamente estabelecido (Apêndice D), e foram embasadas em documentos específicos do tema. Entre outros exemplos, o “Manual Colaborativo: Aplicação do Mapeamento Participativo-Dialógico” da FGV, TETO e FAPESP; o “Manual de Metodologias Participativas para o Desenvolvimento Comunitário”, da USP, ECOAR e Universidade de YORK; o “Guia de Urbanismo Social”, da Insper, ArqFuturo e Diagonal etc.

3.4.1 Abordagens participativas e procedimentos de campo aplicados no Estudo de Caso

Conforme proposto por Vargas *et al.* (2022), de forma a iniciar o contato com a comunidade antes da proposição e aplicação de atividades, foram realizadas algumas visitas com caminhadas e conversas informais, para assim conceber uma noção do território e seus principais atores. Assim, foi possível iniciar esse entendimento local,

principalmente dentro da Associação de Moradores, de representação e papel muito importante para a comunidade.

Após a consolidação de uma relação, foram realizadas algumas discussões sobre as intenções de atividades dentro e com a comunidade, dentre elas, visitas para reconhecimento do território e fomento de relações de confiança e amizade.

Conforme descrito nos Apêndices, as abordagens participativas inicialmente previstas para o trabalho em campo resumem-se em:

1. Roteiro de Observação: analisado a partir de visitas sempre acompanhadas de uma liderança comunitária ou voluntário da Associação, os seguintes itens:
    - Características físicas (encostas, margens, infraestrutura urbana, vegetação e vulnerabilidade);
    - Características sociais (dinâmicas, percepções, hierarquias, atores de destaque, uso do espaço público, cultura e auxílio social).
2. Roteiro de Entrevistas: roteiro semiestruturado visando conversas informais e que propiciem uma abertura por parte do morador, buscando compreender o histórico da pessoa na comunidade, alegrias e desafios de viver no local.
3. Roteiro de Dinâmicas de Participação Comunitária: estruturação de dinâmicas participativas embasadas e ordenadas em local, divulgação e engajamento.

Devido ao acompanhamento da disciplina de Assentamentos Urbanos e da colaboração entre a pesquisa, as atividades da matéria e a atuação da TETO na comunidade, as dinâmicas programadas foram adaptadas de forma a alinhar objetivos, calendários e maximizar os resultados. Assim, as principais práticas participativas de campo que fundamentaram a pesquisa foram realizadas dado o exposto a seguir.

3.4.1.1 Atividade 01: Entrevistas semiestruturadas e escuta ativa

Ocorrida no dia 27 de abril de 2024, a Atividade 01 consistiu em uma escuta ativa por meio de entrevistas semiestruturadas, conduzidas pelos alunos da disciplina de Assentamentos Urbanos e o apoio de voluntários da TETO, em um percurso pela

comunidade. O objetivo foi levantar e compreender as vivências dos moradores a partir de suas próprias narrativas, incluindo histórias de vida e percepções positivas e negativas sobre o contexto em que vivem.

Para facilitar a identificação do projeto em campo e promover engajamento entre os moradores, o nome "Nossa Voz, Nossa Comunidade" foi escolhido como título popular desta pesquisa, visando um conceito com sensação de identidade e pertencimento. Além disso, foi criada uma identidade visual para os convites nos grupos de WhatsApp da comunidade. A Figura 8 exibe as credenciais impressas para identificação dos participantes (à esquerda), e o cartaz digital (à direita).

Figura 8: Credenciais e cartaz digital usados para identificação e divulgação

Fonte: da autora

Em organização conjunta com a disciplina de Assentamentos Urbanos do curso de Arquitetura e Urbanismo, o mapa da comunidade foi dividido em dez setores utilizando o *software* QGIS, cada qual com cerca de 4 alunos. Cada um dos dez grupos foi acompanhado por um integrante da TETO ou morador voluntário. A partir desse mapeamento, os alunos receberam de três a cinco casas cada, nas quais deveriam bater à porta convidando para uma conversa, a entrevista semiestruturada.

Enquanto os alunos realizavam as entrevistas seguindo a ordem mapeada, os organizadores mantiveram a atenção em quaisquer situações adversas. Posteriormente, o material coletado foi utilizado para embasamento da pesquisa e atividades de espacialização em sala de aula.

3.4.1.2 De critérios de análise à Unidades de Registro: o direito à moradia adequada e ao meio urbano de qualidade na comunidade Santos Andrade

Para fins de organização e compreensão dos padrões de repetição, todas as informações coletadas na Atividade 01 foram organizadas em uma planilha e posteriormente segregadas em grupos conforme a temática. Nessa primeira etapa de triagem, foram identificados os seguintes temas, por ordem de constância:

i. Falta ou déficit nas infraestruturas urbanas (saneamento, iluminação pública, lazer e segurança, acessibilidade, mobilidade e equipamentos públicos/sociais);

ii. Vulnerabilidade e exposição a riscos socioambientais (ocorrência de doenças por roedores, cobras e insetos; exposição a inundações e deslizamentos; contaminação exposição a resíduos);

iii. Insegurança de posse (desconfiança de agentes políticos e de entidades privadas, medo e incerteza da situação, medo de ordens de despejo);

iv. Falta de higiene e limpeza (por motivo do descuido dos moradores, excesso de lixo, falta de lixeiras e de serviço de coleta público);

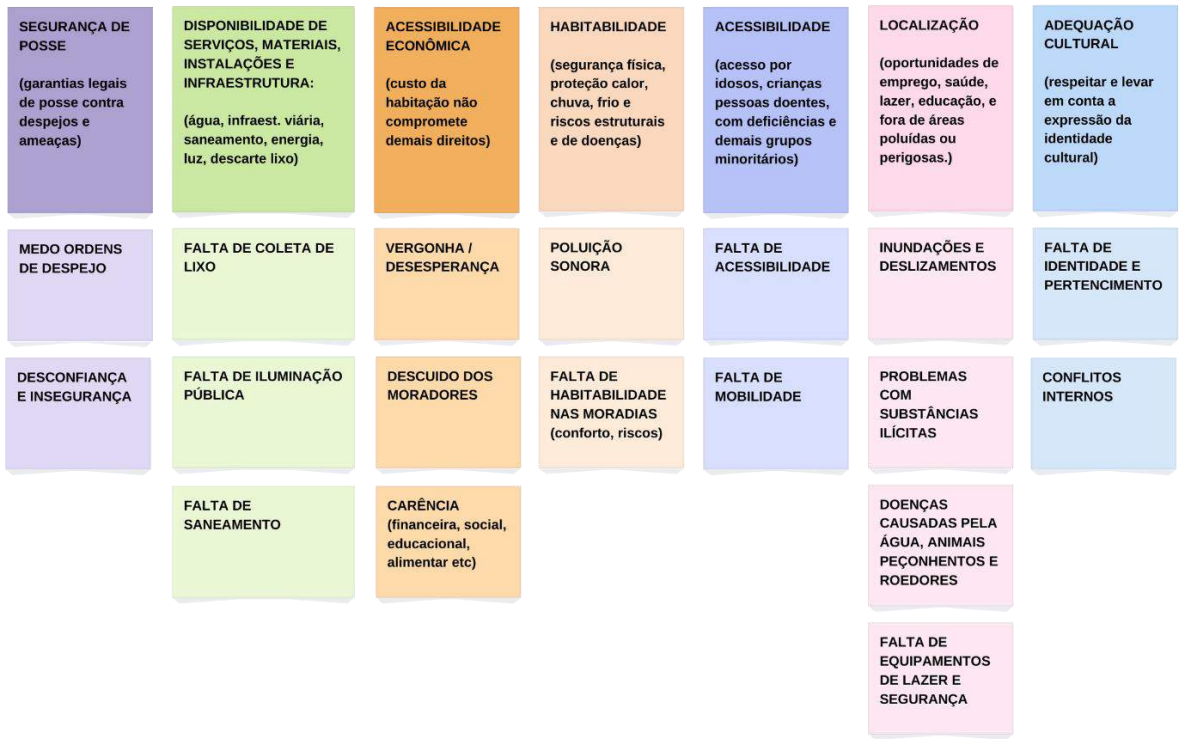
v. Falta de identidade e pertencimento (problemas pela inexistência de endereço registrado com CEP, cerceamento de facilidades como transporte por aplicativo, entrega de comida por aplicativo e impossibilidade de recebimento de correspondência diretamente em casa);

vi. Habitabilidade fragilizada (residências com infraestrutura deficiente, falta de banheiros em muitas casas, fiação elétrica precária e perigosa, falta de conforto térmico e acústico);

vii. Vergonha e desesperança (estagnação, tristeza, insatisfação com a situação do local etc.).

Em seguida, essas apurações foram categorizadas com base nos conceitos de moradia adequada da ONU, escolhidos como balizadores das análises desta pesquisa devido à sua ampla aceitação internacional. Esses critérios, descritos em detalhes no Quadro 2, são, em suma: segurança de posse, disponibilidade de serviços materiais, instalações e infraestrutura, acessibilidade econômica, habitabilidade, acessibilidade, localização e adequação cultural. A Figura 9 resume a organização dessa primeira coleta, detalhando em subtópicos as principais nuances coletadas na Atividade 01.

Figura 9: Principais temáticas abordadas em campo dentro dos 7 critérios da ONU

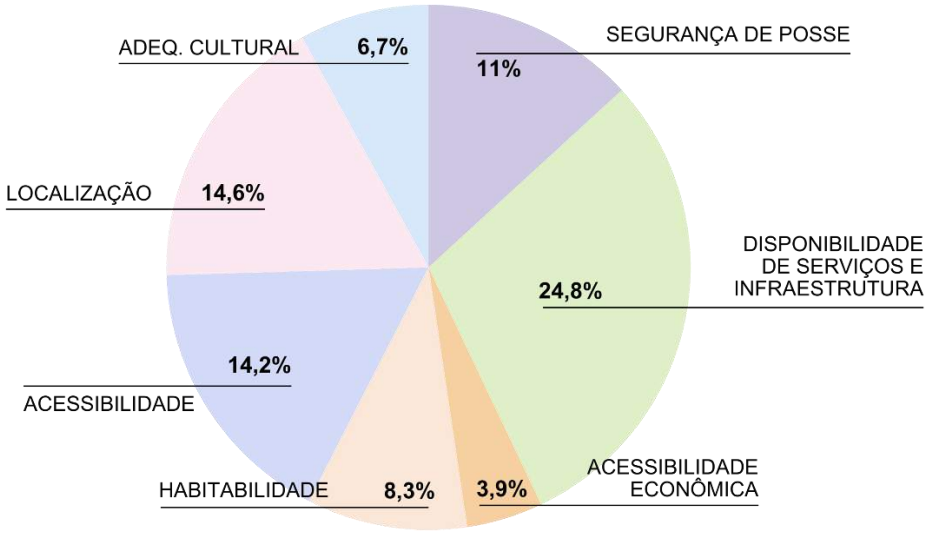


Fonte: da autora

Conforme a Figura 9, pode-se constatar a complexidade das questões que englobam a adequabilidade da moradia em si – representada pelo conceito de habitabilidade – e do meio urbano no qual ela se insere, representado pelas demais sete categorias. Complementando a percepção da importância de cada categoria para

os moradores da comunidade Santos Andrade, a Figura 10 faz essa organização em gráfico, visando elucidar o peso de cada questão para as pessoas entrevistadas.

Figura 10: Gráfico representativo do peso de cada categoria conforme Atividade 01



Fonte: da autora

Fica explícito por meio desta visualização o impacto da carência urbana, majoritariamente representada pelos itens “localização”, “disponibilidade de serviços e infraestrutura”, “segurança de posse” e “acessibilidade”, que juntos compõe mais de 60% de direitos básicos cerceados na comunidade Santos Andrade.

Objetivando a maneira mais adequada do tratamento dessas coletas, optou-se por utilizar o sistema de Unidades de Registro. As Unidades de Registro, propostas por Laurence Bardin, são unidades de codificação que correspondem ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, intencionando categorizar as informações coletadas (Bardin, 1977).

Seguindo esse princípio, os dados coletados a partir da Atividade 01 foram utilizados – sendo eles as principais percepções dos moradores – junto ao referencial de moradia adequada da ONU para estruturar as Unidades de Registro. A Tabela 3 explicita as sete Unidades de Registro delimitadas por esse processo, e suas bases teórico-conceituais a partir da Revisão de Literatura.

Tabela 3: Unidades de Registro delimitadas a partir do processo de escuta

UNIDADES DE REGISTRO	BASE TEÓRICO-CONCEITUAL
Segurança de posse	[...] no âmbito social e psicológico, a desigualdade ambiental aliada à falta de segurança de posse gera uma maior incidência de doenças físicas e mentais, agravadas pela baixa autoestima e uma produção habitacional baseada principalmente na autoconstrução; fortes riscos quanto à segurança alimentar devido a dificuldades produtivas; aumento do número de mortes prematuras; além de discriminações raciais, de gênero; dificultado acesso à justiça, saúde e lazer; falta de voz e impotência nos sistemas políticos e processos de governação (IDMC; NRC, 2023; Maricato, 2003b; UN-HABITAT, 2022).”
Infraestrutura urbana	“[...] considera-se como urbanização o conceito de promover a inserção da população residente em territórios vulneráveis no contexto legal da cidade por meio de ações como a implantação de infraestrutura urbana básica (água, saneamento, energia, pavimentação), obras de recuperação ambiental, reassentamento de famílias em áreas de risco, regularização fundiária, tratamento e readequação habitacional, educação ambiental, acompanhamento social, entre outros (Prefeitura da Cidade de São Paulo, 2021).”
Acessibilidade econômica	“Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1999, acredita que a pobreza deve ser vista como uma privação de capacidades básicas, e não apenas como baixa renda. Ele argumenta que a privação dessas capacidades pode resultar em consequências severas como mortalidade prematura, subnutrição significativa (especialmente de crianças), morbidez persistente, analfabetismo muito disseminado entre outras doenças (Sen, 2000).”
Habitabilidade	“[...] as más condições de habitabilidade, conjunto de condições necessárias para que uma habitação seja considerada adequada à vida humana, como condições extremas de temperatura, superlotação, excesso de ruídos e até mesmo a falta de privacidade afetam significativamente a qualidade vida familiar, profissional, educacional, podendo fomentar situações de violência entre casais e abuso contra crianças (Rincón-Castellanos, 2018; UN-HABITAT, 2022).”
Acessibilidade	“[...] é recorrente que, em razão da estigmatização advinda dos preconceitos sistemáticos da sociedade, os moradores de comunidades informalmente constituídas enfrentem também dificuldade para obtenção de empregos formais, ou até mesmo para mantê-los devido a problemáticas nas questões de acessibilidade e mobilidade (UN-HABITAT, 2018).”
Localização e entorno	“A desigualdade ambiental é, ao mesmo tempo, resultante e promotora da desigualdade, fomentada pela dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.), menos oportunidades de empregos formais e maior exposição à violência, discriminação racial, de gênero, além do dificultado acesso à justiça, saúde e lazer (Maricato, 2003).”
Integração cultural e pertencimento	“[...] conforme Texeira (2022) as ações executadas nos territórios vulneráveis de Curitiba não combateram todas as dimensões da precariedade e caracterizaram-se por uma abordagem do tipo realocação total ou urbanização parcial, desconsiderando elementos cruciais para moradia adequada, como segurança da posse e adequação cultural.”

Fonte da autora

3.4.1.3 Atividade 02: Mapeamento afetivo e dinâmica de percepção sobre vulnerabilidades e riscos socioambientais

Com o objetivo de experimentar abordagens participativas de maneira diferenciada em relação às demais atividades, a Atividade 02 foi aplicada em um grupo reduzido de cinco moradores. Realizada na Associação de Moradores no dia 17 de maio de 2024, a dinâmica foi dividida em dois momentos: inicialmente, um mapeamento afetivo, seguido pela análise da percepção de riscos socioambientais. Tendo em vista a restrição de integrantes, pode-se afirmar que o caráter mais intimista da atividade possibilitou uma redução da inibição dos participantes, que demonstraram maior confiança e menor constrangimento ao compartilhar suas opiniões.

Os moradores participantes foram selecionados com base em sua maior familiaridade com a pesquisadora, adquirida em visitas anteriores à comunidade, e também por serem de diferentes zonas, garantindo uma representação diversificada. Os cinco participantes da dinâmica são, além disso, voluntários da Associação em eventos e atividades rotineiras e auxiliaram na organização da Atividade 01, o que facilitou sua aceitação neste momento.

Para o mapeamento afetivo, alguns materiais foram utilizados como referência, como o Manual Colaborativo: Aplicação do Mapeamento Participativo-Dialógico (Vargas *et al.*, 2022), e o Manual de Metodologias Participativas (Instituto Ecoar *et al.*, 2008) entre outros, de forma a consolidar a metodologia e aplicá-la eficazmente.

A atividade do Mapeamento objetivou que os moradores entendessem o espaço a partir do reconhecimento de lugares de afeto e a espacialização dos principais problemas e situações que caracterizam a comunidade. Para isso, a pesquisadora realizou perguntas incitadoras a partir das sete Unidades de Registro, gerando simbologias, escritos e desenhos no mapa impresso da comunidade.

No segundo momento da atividade, foi realizada a dinâmica “Árvores de Problemas e Soluções” com a intenção de identificar, em conjunto com os moradores, as demandas prioritárias sobre projetos de infraestrutura urbana, resiliência socioambiental e moradia. Para isso, foram utilizadas como base sete folhas tamanho A3, uma para cada Unidade de Registro, cada qual com duas árvores impressas,

representando os problemas, suas causas e efeitos, e as soluções, suas maneiras de resolver e possíveis resultados.

Para condução desta atividade, um roteiro de execução foi elaborado para garantir uma orientação e aplicação eficaz junto aos moradores. Este roteiro, ilustrado na Figura 11, detalha as instruções e a base utilizada para a atividade, que foram desenvolvidas pela autora com base nas referências consultadas. O material também incluía tópicos para questionamentos específicos da dinâmica de riscos socioambientais, abrangendo as sete temáticas que orientam as análises da pesquisa.

Figura 11: Manual utilizado pela pesquisadora na condução da Atividade 02

Fonte: da autora

Durante esta etapa, a pesquisadora preencheu as lacunas em cada “árvore” conforme as respostas fornecidas pelos moradores participantes, fazendo perguntas que os ajudassem a compreender a origem, os efeitos e as formas de lidar com as situações mais comuns em suas experiências diárias. A pesquisadora empenhou-se em facilitar o progresso da atividade sem influenciar as respostas, garantindo que a coleta refletisse genuinamente as percepções individuais e coletivas dos participantes.

3.4.1.4 Escutando Comunidades (ECO) da TETO

Questionário censitário da ONG TETO aplicado no dia 6 de junho de 2024 na comunidade com voluntários pontuais da TETO atuando junto aos moradores. O questionário visa consolidar uma base informativa sobre a comunidade, permitindo que esses dados sejam utilizados para promover mudanças positivas contextualizadas. Embora seja uma atividade organizacional da TETO, foi relevante à pesquisa pelo acesso aos dados atualizados e pela experiência da pesquisadora como cartógrafa e coorganizadora do evento.

3.4.1.5 Atividade 03: Exposição de projetos de aprimoramento urbano

Neste terceiro momento de atuação junto aos alunos de Assentamentos Urbanos e apoio de voluntários da TETO, no dia 17 de agosto de 2024, a dinâmica ocorreu também dentro da Associação de Moradores. Nesta abordagem, os moradores foram convidados a ouvir e votar em algumas ideias propostas pela turma de Assentamentos Urbanos para direcionar o desenho final a ser preparado pelos alunos de projeto de melhorias para a comunidade.

As nove equipes de estudantes organizaram seus trabalhos em uma exposição disposta nas paredes da Associação, permitindo que os moradores percorressem e votassem em todos os projetos apresentados. Cada equipe exibiu dez propostas variadas, englobando hortas comunitárias, iluminação pública, espaços de lazer, soluções para problemas de resíduos e poluição do rio. Os residentes foram, então, individualmente solicitados a escolher as três propostas mais relevantes.

Posteriormente, os alunos apresentaram três imagens ilustrativas para cada uma das três ideias selecionadas pelos moradores, solicitando que marcassem a opção que julgassem mais pertinente com adesivos. Para garantir a participação completa, um bilhete de controle foi distribuído, permitindo que os moradores registrassem a visita a cada estação e controlassem sua participação integral.

O objetivo principal da dinâmica foi assegurar que as propostas fossem formuladas com base nas experiências e aspirações dos moradores da comunidade.

A atividade, que incluiu um momento final de café e confraternização com os residentes, foi intitulada "Feira de Projetos" para facilitar a divulgação. Além disso, o evento fortaleceu o vínculo entre a universidade e a comunidade, evidenciando o compromisso com a participação ativa dos moradores no processo de desenvolvimento urbano e na construção de soluções que refletem seus reais interesses e desafios. A Figura 12 apresenta o material de divulgação (à esquerda) e os bilhetes de controle utilizado (à direita).

Figura 12: Material de divulgação e bilhete de controle da Atividade 03

Fonte: da autora

Além desses quatro momentos, outras visitas individuais e em conjunto com a TETO se sucederam ao decorrer desses meses, permitindo outras conversas e momentos de escuta com os moradores.

3.5 ANÁLISE DE CONTEÚDO

A análise qualitativa é de distinta relevância no estudo de relações sociais por conta da pluralização das esferas da vida (Flick, 2009), e podem corroborar para a validação das metodologias participativas como processos de diagnóstico e planejamento que contemplam todas as camadas existentes em contextos vulneráveis, o que se faz necessário para uma urbanização eficiente e duradoura.

Portanto, quanto ao tratamento dos dados coletados, conforme explicado anteriormente, em um primeiro momento criam-se as sete Unidades de Registro (Bardin, 1977) baseadas nos critérios da ONU de moradia e meio urbano dignos (Quadro 2), para apurar as informações contextuais de campo.

Em um segundo momento, os resultados são analisados e ordenados conforme as temáticas, e a posteriori avaliados através de Diagramas de Loop de Causalidade, método gráfico usado para entender e explorar sistemas complexos por meio da identificação de variáveis-chave em um sistema e seus relacionamentos de causa e efeito. Considerando a convergência das sete temáticas e a indissociabilidade de algumas em específico, a análise é resumida em três diagramas abordando os aspectos mais relevantes das coletas em campo. Nessa mesma etapa, adota-se a exploração do conteúdo de forma qualitativa através de um discurso etnográfico, por vezes em primeira pessoa, compreendendo a emoção do observador participante como parte importante do processo (Angrosino, 2009; Flick, 2009).

A etnografia considera que o ato de escrever a respeito do que foi coletado e estudado é tão importante quanto a coleta e a análise dos dados em si, indo além do fato de tornar claro e plausível ao leitor os procedimentos e resultados obtidos (Flick, 2009). Assim, considerando que o pesquisador qualitativo não é um observador objetivo e neutro que ocupa um lugar externo ao texto escrito (Bruner, 1993), optou-se por utilizar essa escrita mais pessoal, compreendendo o envolvimento da pesquisadora e visando permitir que se posicione explicitamente dentro do texto, tornando visível sua reflexão pessoal e incitando também a do leitor.

Conforme a legenda apresentada, os conteúdos dos diagramas que se encontram nos Resultados desta pesquisa estão organizados da seguinte forma:

- em azul: conteúdos teóricos abordados na Revisão de Literatura;

- em verde: falas diretas de moradores da comunidade obtidos por meio das entrevistas e dinâmicas;
- em roxo: constatações a partir dos processos de observação participante;
- e em rosa: trechos da obra literária “Quarto de Despejo – Diário de uma favelada”, da escritora brasileira Carolina Maria de Jesus.

A opção pela inclusão da literatura de Carolina no desenvolvimento desta pesquisa parte do pressuposto da imutabilidade das condições de vida das camadas mais pobres no Brasil, mesmo após sessenta e nove anos do início dos textos de Carolina. O livro “Quarto de Despejo”, publicado em 1960 a partir de uma seleção de escritos dos diários de Carolina naquela década, relata a rotina com os três filhos na extinta favela do Canindé, em São Paulo.

Ademais, permito-me emprestar os nomes dos “personagens” da obra de Carolina, seus vizinhos e familiares, como pseudônimos dos nomes verdadeiros dos moradores da comunidade Santos Andrade, que confiaram à esta pesquisa suas histórias, reservando-lhes o prometido direito da confidencialidade conforme previsto pelo Comitê de Ética.

Em entrevista, a filha de Carolina e hoje professora, Vera Eunice de Jesus, muito presente nos relatos da mãe que cruzava a metrópole paulista catando recicláveis para sustentar os filhos, afirma que se a mãe hoje levantasse do túmulo, escreveria Quarto de Despejo sem mudar uma palavra, e completa que “muito pouco mudou no Brasil. Os negros mudaram, estão mais fortes, têm mais conhecimento. Mas a fome e a periferia continuam iguais.”

Os duros trechos da vida de Carolina, Vera e seus irmãos trazem à tona o lado excluído da sociedade urbana, margeado aos locais mais vulneráveis da cidade pela perpetuação de uma desigualdade socioambiental, talvez ainda mais presente atualmente do que nos tempos de Carolina.

Por fim, pode-se resumir avaliação cruzada dos dados coletados conforme o resumo gráfico na Figura 13, assim realizada para fortalecer a validade e confiabilidade dos resultados ao comparar e contrastar as coletas de fontes variadas.

Figura 13: Resumo da análise e cruzamento dos dados coletados

Fonte: da autora

Os dados da pesquisa serão cruzados integrando observação participante e abordagens participativas estilo oficinas lúdico-vivenciais, visando não apenas coletar informações sobre a realidade da comunidade, mas também promover a conscientização coletiva sobre os problemas locais. Esse cruzamento de dados permitirá identificar uma convergência de soluções potencialmente eficazes a partir da participação ativa dos moradores, enriquecendo os resultados finais da pesquisa.

3.6 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Conforme Gil (2002), para analisar os fatos do ponto de vista empírico e confrontar a visão teórica com dados da realidade, é necessário traçar um modelo conceitual e operativo da pesquisa. Para tal fim, a presente pesquisa foi dividida em cinco etapas, descritas a seguir:

I. Bibliografia, Documentos e Processos: Leitura e pesquisa acerca do Estado da Arte, além do estudo de casos e processos social-participativos correlatos e que obtiveram sucesso, visando compreender o que pode ser adaptado ao contexto.

II. Estudo de Caso, Entrevistas e Dinâmicas: Essa fase, realizada essencialmente em campo, visa a coleta de dados através da perspectiva local e observação participante da pesquisadora.

III. Análise de dados especializados: Análise de documentos públicos e dados especializados a partir de mapeamentos governamentais e do levantamento Escutando Comunidades da TETO, com atenção aos dados de déficits habitacionais e urbanos como fomentadores de vulnerabilidades socioambientais.

IV. Análise dos conteúdos coletados: Triagem das coletas conforme as temáticas e análise geral dos resultados obtidos.

V. Avaliação Contextualizada das Abordagens Social-Participativas: Por fim, avalia-se, através de diagramas e escrita etnográfica, as particularidades e potencialidades do território evidenciadas pelas abordagens participativas.

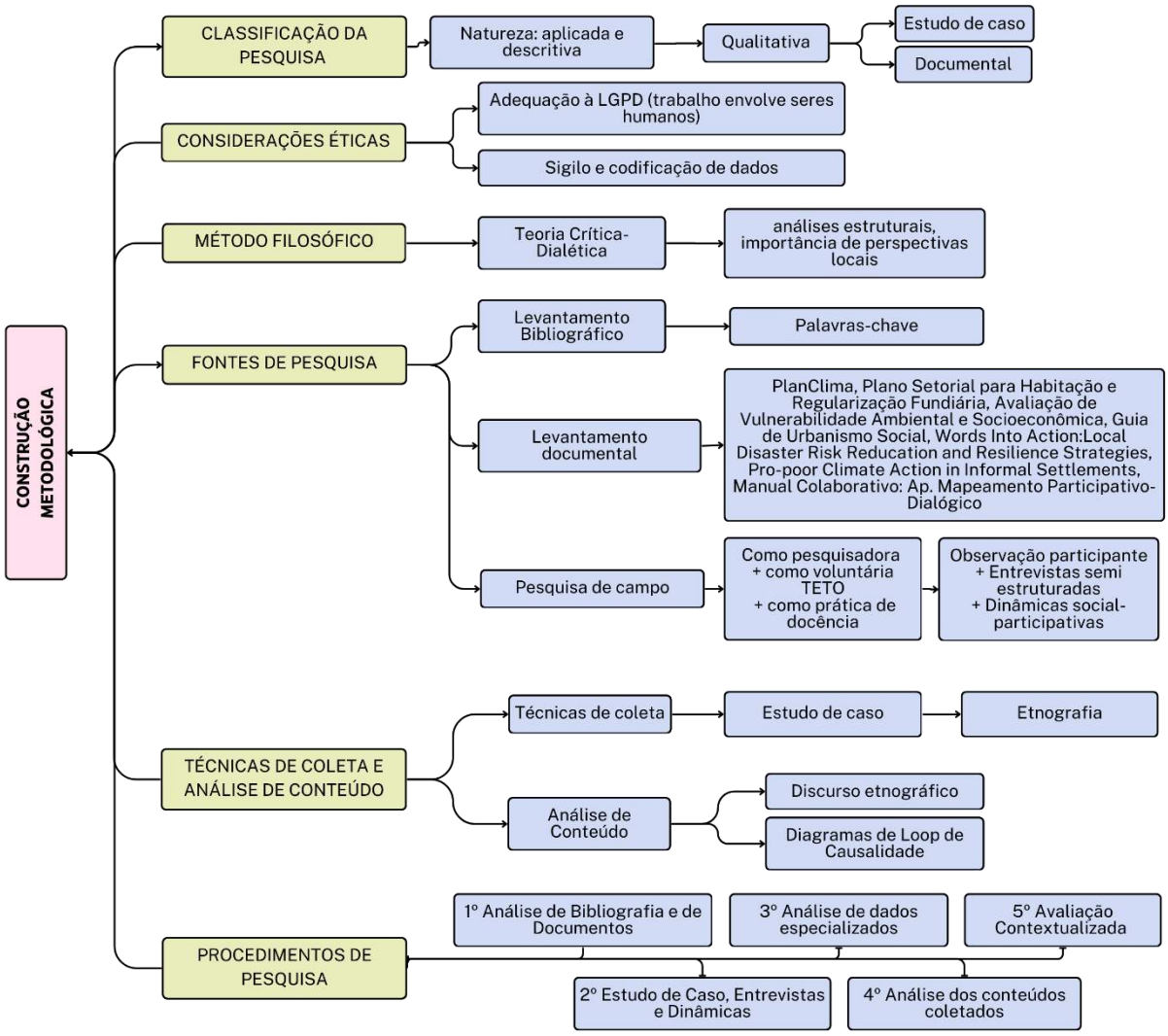
3.7 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA

No que tange à análise de dados censitários, o atraso do Censo do IBGE 2022 delimitou as atualizações comparativas com os dados do Censo de 2010. Ademais, compreende-se a importância de uma detalhada análise jurídica e legislativa da situação na qual a comunidade se insere, principalmente por conta das situações de despejo. Porém, por questões de tempo e escopo, estas não puderam ser abordadas no desenvolvimento desta pesquisa, e ficam como sugestão de futuros aprofundamentos. O engajamento dos moradores da Santos Andrade também foi de extrema relevância para o alcance de resultados, e a parceria com a TETO, entidade de confiança dos moradores, auxiliou bastante neste quesito.

3.8 REVISÃO DA CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA

Para melhor compreensão, a Figura 14 resume graficamente a linha metodológica:

Figura 14: Construção metodológica resumida



Fonte: da autora

3.9 A COMUNIDADE JARDIM SANTOS ANDRADE

Compreende-se que para implementar um projeto de intervenção de qualidade em um território, é essencial reconhecer adequadamente o local usando dados

fundamentados. Contudo, frequentemente faltam dados atualizados e abrangentes sobre as comunidades, comprometendo diagnósticos e ações eficazes. Por isso a própria comunidade se torna uma fonte tão valiosa de dados primários atualizados (Leite, 2023). A seguir é explicado o contexto e histórico de ocupação do Jardim Santos Andrade a partir de documentações, mapeamentos públicos e análises locais, de forma a contribuir para a compreensão dos resultados e do discurso dos moradores sobre o local.

3.9.1 Contexto, dados e histórico de ocupação da Comunidade Santos Andrade

O Jardim Santos Andrade, comunidade na qual se centraliza o estudo de caso, foi definida com base em alguns critérios técnicos e sensíveis, melhor explicados a seguir. Para fins de simplificação, a comunidade será majoritariamente referida apenas como Santos Andrade, como é popularmente chamada por seus moradores e parceiros.

3.9.1.1 Seleção do recorte de estudo e breve contexto

Para a seleção da área de estudo desta pesquisa, foi solicitada orientação da Coordenadora Social da TETO Paraná, Larissa Ribeiro, buscando uma comunidade que se melhor encaixasse dentro de alguns critérios de inclusão pré-estabelecidos, sendo eles:

- Porte em torno de 100 unidades habitacionais;
- Proximidade geográfica para a pesquisadora, visando possibilitar visitas frequentes;
- Existência de elemento(s) de tensão socioambiental (córrego, aterro sanitário etc.);
- Líder comunitária e comunidade acessível e com engajamento.

Em relação ao último tópico, um histórico de participação da comunidade em outros projetos sociais, a disposição da liderança em divulgar e auxiliar no

engajamento dos moradores e a existência de um espaço comunitário reconhecido foram parâmetros para balizar este item. Por fim, a partir do satisfatório alinhamento aos pontos expostos, a comunidade adotada como área de estudo para o presente projeto foi o Jardim Santos Andrade, localizado no bairro Campo Comprido, na Regional Portão, em Curitiba. A Figura 15 demonstra esse recorte territorial em contexto regional.

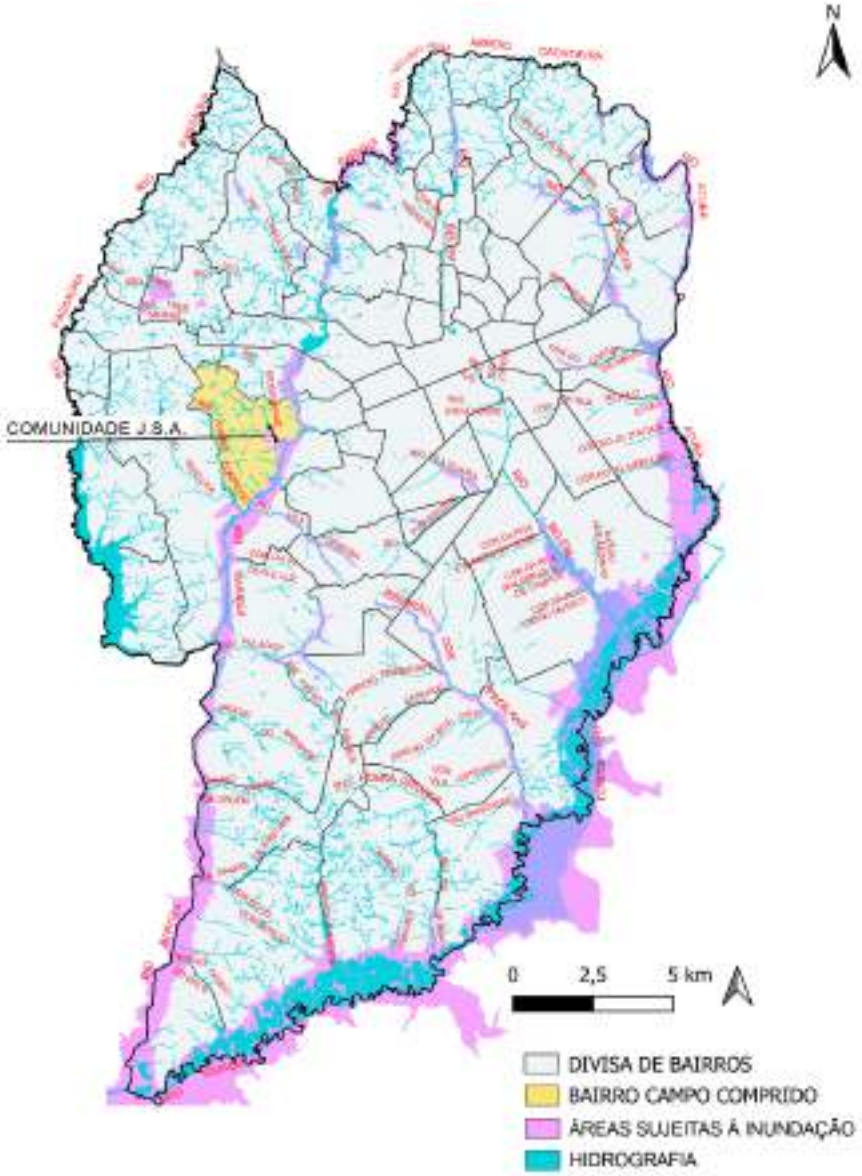
Figura 15: Mapa de Curitiba com delimitação das Regionais

Fonte: Criado pela autora Software QGIS com dados do IPPUC

Apesar de localizado em região central, a baixa topografia coloca a região do bairro Campo Comprido, delimitado em amarelo no mapa da Figura 16, em área sujeita a inundações, da mesma forma que ocorre nas regiões limítrofes à sudoeste, leste e sudeste da capital, próximo às principais bacias hidrográficas. No caso da

Santos Andrade, essa situação é amplificada principalmente pela ocupação às margens do rio Mossunguê.

Figura 16: Mapa de Curitiba com delimitação dos Bairros e áreas sujeitas à inundação



Fonte: Criado pela autora no Software QGIS com dados e sobreposição de mapa do IPPUC (2001)

Localizada em altitude em torno de 875 a 899 acima do nível do mar (IPPUC, 2023), a área é amplamente permeada por cursos d'água, o que também influencia em um maior risco socioambiental. Na figura 16, as áreas sujeitas à inundação – em rosa – se sobrepõe ao bairro Campo Comprido – em amarelo –, exatamente aonde está o polígono da comunidade, demarcado em preto e permeado pelo Rio Mossunguê, uma Área de Preservação Permanente. Em nota quanto à citação de

Deschamps (2004), são nessas áreas expostas de Curitiba que, assim como na maioria das cidades, costumeiramente vivem as populações mais vulneráveis, fato que somado à ocupação de áreas de preservação, exacerba os riscos socioambientais.

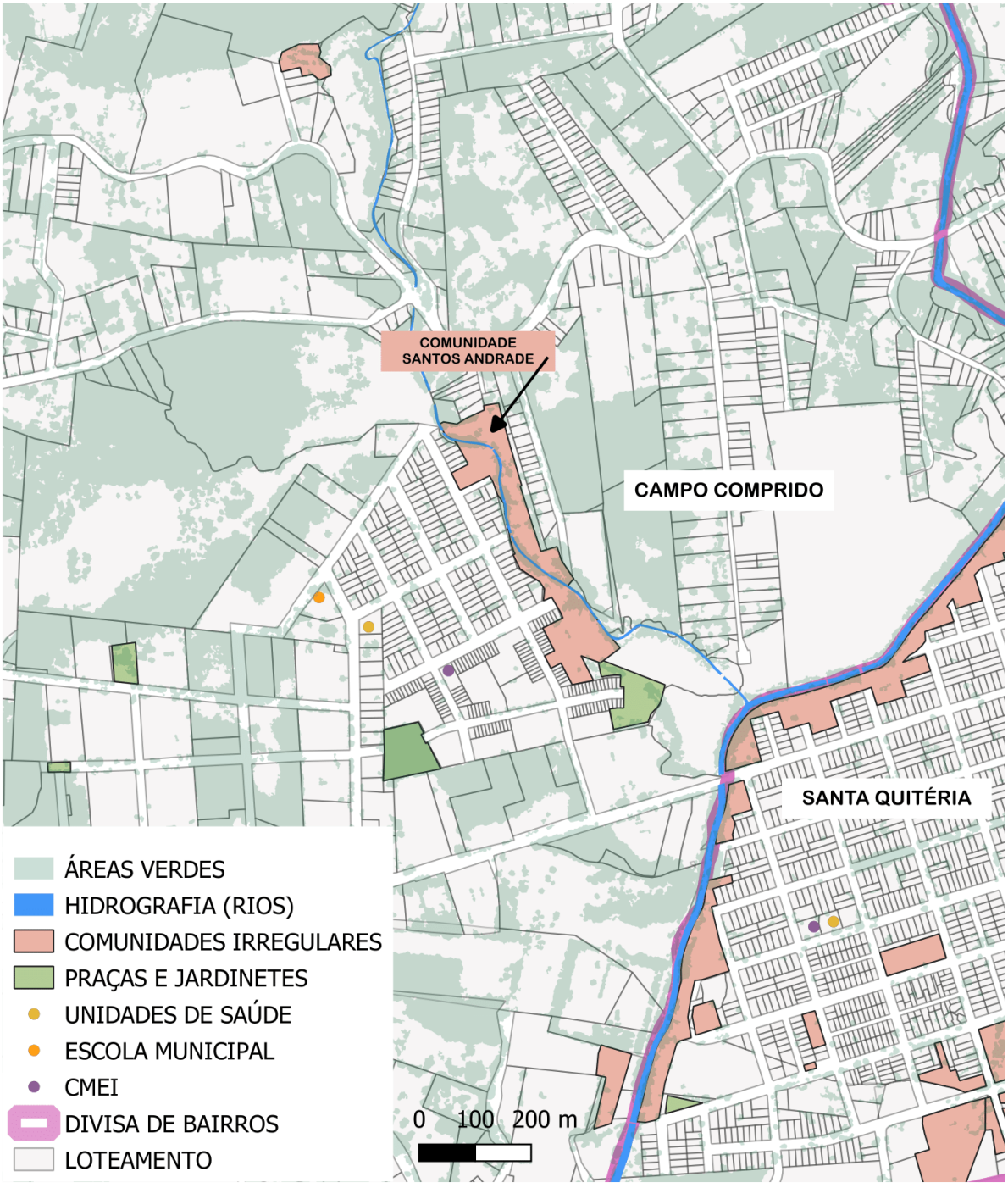
A Santos Andrade possui sede da Associação Comunitária na Rua Astolpho Nogueira, 131, em terreno particular adquirido pela Associação e devidamente registrado. Neste espaço são realizados encontros, reuniões, refeições e recebimento de doações de organizações diversas. O centro comunitário possui atividades em prol da manutenção da comunidade, como um bazar de roupas provindas de doação, aulas de costura, e uma sala em processo de reforma para receber profissionais voluntários de odontologia para tratamentos de saúde oral dos moradores.

O espaço possui também apoio social da ONG TETO, da qual a pesquisadora participa da equipe fixa que atende a comunidade, e do Instituto Incanto, que ampara por meio de atividades culturais no contraturno crianças da Santos Andrade assim como de outras comunidades no entorno, do qual a pesquisadora também é ativa como professora voluntária de inglês em ONG parceira.

Em relação ao meio urbano do entorno imediato, o local é bastante arborizado e majoritariamente residencial, com muitos condomínios horizontais, residências de um a dois pavimentos e pequenos comércios e serviços. Além disso, a localização não periférica torna essa comunidade diferente da grande maioria, tendo melhor acessibilidade ao centro e locais de lazer como parques e centros comerciais, embora a circulação de transporte público na via principal da comunidade seja escassa, passando aproximadamente em intervalos de hora em hora.

É possível perceber, através da Figura 17, um déficit de equipamentos públicos nesse entorno, que conta com uma Unidade de Saúde, uma CMEI e uma Escola Municipal atendendo não apenas a massa urbana onde se insere a comunidade, mas toda circunvizinhança.

Figura 17: Mapa do entorno imediato da Comunidade Santos Andrade



Fonte: Criado pela autora no Software QGIS com dados do IPPUC

Conforme levantamento da prefeitura, atualizado em 2019, a Santos Andrade contempla aproximadamente 55.991,30 m² de área, e cerca de 53 anos de existência (GEO/PEHIS, 2019). Sendo singular em alguns aspectos quando comparada a outras comunidades, a área que engloba todos os pertencentes ao coletivo reconhecido

como “Comunidade Jardim Santos Andrade” é em sua maioria cidade formal, ou seja, sua malha e infraestrutura urbana estão regularizadas quanto à lei, e as residências são de posse legal de seus moradores.

A área de favela da Santos Andrade é delimitada pelo conceito compreendido pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) como um conjunto de no mínimo 10 domicílios que ocupam terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e majoritariamente precários e carentes de serviços públicos essenciais (COHAPAR, 2023). Essa porção é registrada no mapa interativo do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná (PEHIS) pelo código F265, com 110 domicílios considerados nessa aferição (GEO/PEHIS, 2019).

Outro registro, desta vez da Rede de Participação Política em novembro de 2008, aponta que o local abrigava na época seis mil moradores em 120 núcleos unifamiliares (Rede de Participação Política, 2008). A aferição realizada pela pesquisadora através de fotos de drone e visitas *in loco* contabilizou 210 residências nessa porção.

Neste trecho, os serviços e infraestruturas urbanas são de caráter informal, há carência graves na acessibilidade e qualidade das moradias, e algumas famílias atualmente enfrentam ordens de despejo. No restante da área compreendida como parte da comunidade, a infraestrutura é formalizada e conta com saneamento básico, iluminação pública, pavimentação, calçadas, entre outros serviços. Por essa razão, para esta pesquisa será considerada e denominada “comunidade” apenas a área em situação de irregularidade, recorte também feito pelos órgãos municipais e pelos próprios moradores, que em muitos momentos se referem a ela como a área de “ocupação” ou “beira rio”.

A Figura 18 traz uma comparação entre a infraestrutura das duas porções, regular e irregular, do Jardim Santos Andrade.

Figura 18: Contraste da parte regular e irregular da comunidade

Fotos da autora

As imagens permitem a percepção acerca do claro contraste entre as duas regiões, ainda que os moradores de ambas as áreas se identifiquem como parte do mesmo todo, assumindo-se como parte do coletivo acolhido pela Associação de Moradores e por suas lideranças. Mesmo existindo esse reconhecimento de coletividade na Santos Andrade, ficam evidentes conflitos explícitos e também velados, principalmente em torno de questões de convivência e identidade, o que será explorado no decorrer do trabalho.

Devido a especulações de uma possível regularização e readequação da área de preservação, moradores relataram ter sido recentemente realizado no local um levantamento e mapeamento das moradias pela COHAB, que até o momento não teve desdobramentos adicionais. Em conjunto com a coordenação da TETO, houve tentativas de acesso a este mapeamento da Companhia de Habitação do Paraná já iniciado, porém sem sucesso, o que indicou a necessidade de um novo levantamento do local para o proceder da pesquisa e demais atividades.

Portanto, a Figura 19 representa o mapa da comunidade, de autoria própria, desenhado a partir de imagens de drone e visitas *in loco*. O perímetro total do que se considera Jardim Santos Andrade está demarcado com tracejado em diagonal, enquanto o perímetro da parcela irregular da comunidade é representado em pontilhado vermelho. Em azul, é caracterizado o rio que norteia a seção da comunidade a ser trabalhada, o Rio Mossunguê, com quatro pontes representadas em marrom atravessando seu leito em diferentes trechos.

Figura 19: Comunidade Jardim Santos Andrade

Fonte: da autora produzido no QGIS

Situadas majoritariamente em região marginal ao Rio Mossunguê, as casas compreendidas no mapeamento encontram-se em um cenário de carência, poluição e incontáveis riscos socioambientais. Uma reportagem do jornal Gazeta do Povo em setembro de 2009 relatou os graves eventos vividos pelos moradores após chuvas intensas ocasionarem em uma inundação que vitimizou e ilhou 70 pessoas de 18 famílias.

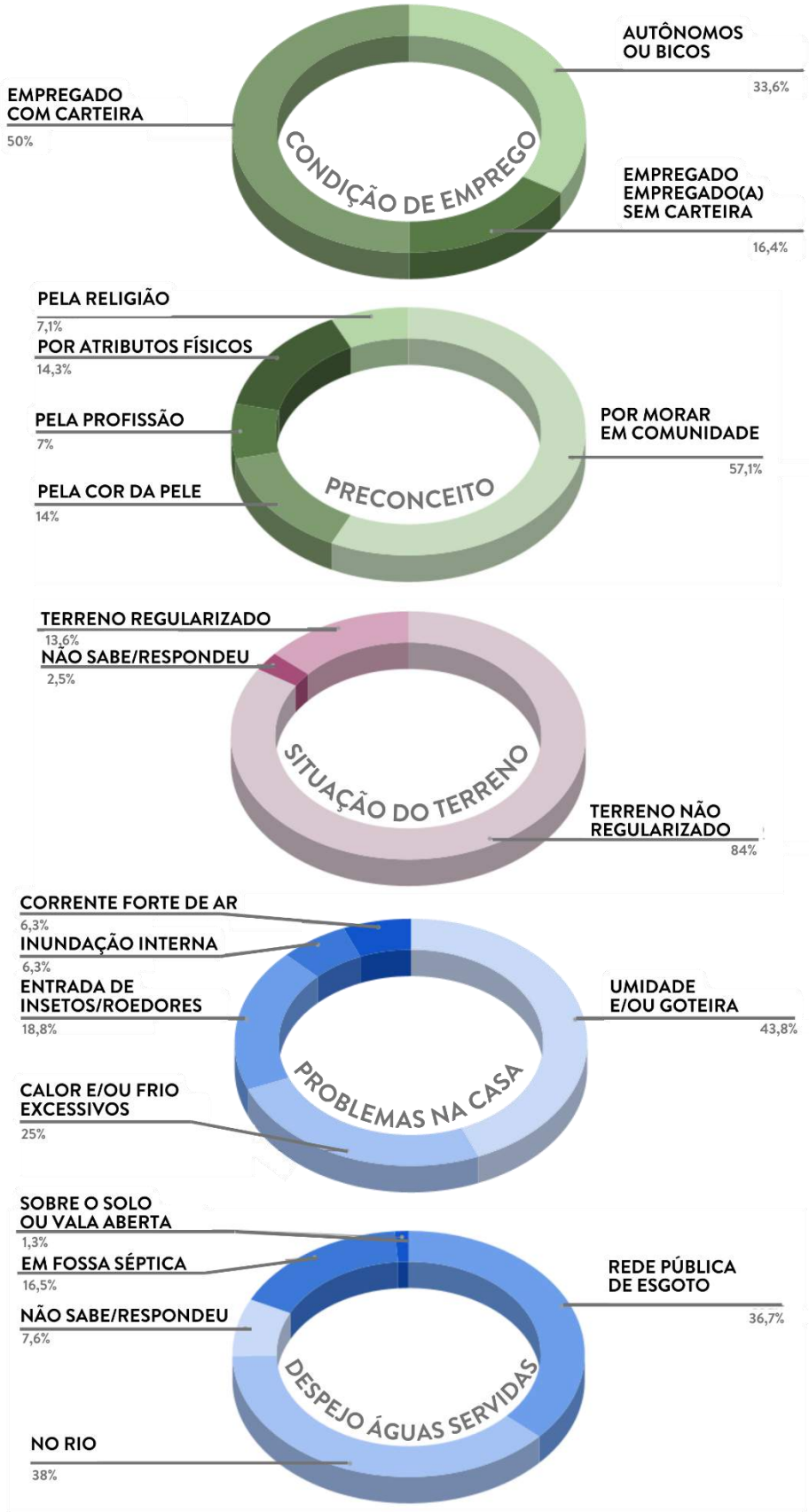
No episódio, cinco famílias foram abrigadas pela Fundação de Ação Social (FAS) enquanto as restantes buscaram abrigo na casa de amigos e familiares. Os moradores que tiveram suas casas atingidas perderam móveis, roupas e eletrodomésticos, situação relatada na matéria como recorrente em dias de chuvas mais abundantes (Peres, 2009).

Além disso, parte da comunidade tem processo de reintegração de posse tramitando no Cejusc Fundiários do TJ Pr (SUDIS PR, 2023), situação igualmente comum em áreas irregulares, e de delicados impactos sociais a serem explorados ao decorrer dos resultados desta pesquisa.

O levantamento ECO, realizado pela TETO em junho deste ano de 2024, destacou uma série de dados específicos que, por meio das respostas dos próprios moradores, corroboram a percepção das características e vulnerabilidades contextuais da comunidade. Este levantamento, que funciona de forma semelhante a um censo, proporcionou um panorama detalhado dos aspectos físicos, infraestruturais, urbanos, sociais e econômicos da Santos Andrade.

Dado seu caráter aprofundado, a ECO é uma ferramenta valiosa para a compreensão integral das condições de vida na comunidade, oferecendo perspectivas essenciais para a pesquisa. Pensando nos objetivos específicos deste estudo, os dados mais relevantes foram organizados em um esquema gráfico, Figura 20, para facilitar a visualização e análise. Adicionalmente, outras informações coletadas serão integradas ao corpo do texto, conforme sua relevância ao tema central do trabalho, garantindo uma abordagem coerente e alinhada com os objetivos da pesquisa.

Figura 20: dados mais relevantes da ECO



Fonte: elaborado pela autora com dados da ECO (TETO)

3.9.1.2 Histórico de ocupação

De formação inicial datada pelos levantamentos da prefeitura como da década de 1970, a comunidade Santos Andrade se insere como uma das mais antigas de Curitiba. A Figura 21 representa a evolução, entre 1969 e 1985, da comunidade Santos Andrade em torno do Rio Mossunguê, em imagens de satélite do IPPUC.

Figura 21: Evolução da Santos Andrade em torno do Rio Mossunguê, 1969 e 1985

Fonte: editado a partir de arquivo da IPPUC

A Figura explicita uma evolução rápida na proporção de ocupação da região, tanto na área formalizada quanto nas margens do Rio Mossunguê, passando de uma região majoritariamente rural, com poucas residências, para uma região mais adensada. Registros posteriores seguem o mesmo padrão da segunda foto, com um crescimento visível com o passar do tempo, embora não tão agressivo quanto nesta comparação.

Na foto aérea da Figura 22, tirada com drone em abril de 2024, pode-se compreender a situação geral da Santos Andrade atualizada, após tentativas de retirada e realocação relatadas por moradores, e o reestabelecimento das famílias descontentes e também de recém chegados. Esses movimentos, aliados a processos

graduais de aprofundamento das desigualdades, exacerbados pela pandemia de COVID-19, resultaram em uma concentração ainda maior de população nas proximidades do rio e nas áreas mais baixas, onde os terrenos estão sob litígio judicial de despejo.

Figura 22: Perspectiva aérea da comunidade Santos Andrade via drone, abril de 2024

Fonte: imagem de drone por Gustavo Zavatti

A partir da Figura 22, pode-se perceber o adensamento robusto no entorno do rio, demarcado pela presença de vegetação nas duas margens, formando um “S” no centro da imagem. Além do crescimento da comunidade informal em si, é possível notar as adequações da infraestrutura urbana no entorno, trazendo um contraste claro entre as vias asfaltadas – a parte formalizada da comunidade – e as vias de terra – próximas ao rio. Outro contraste importante na cena é a presença de um condomínio de luxo ao lado da comunidade, à direita dela na imagem, duas realidades opostas separadas por uma breve encosta e muros altos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo são apresentados os resultados atingidos pela pesquisa, os quais acredito terem sido bastante frutíferos considerando os seis meses de contato com o campo e o porte das dinâmicas contando com a participação de moradores e uma média de cinquenta alunos da Universidade Positivo. Ressalto que é importante manter em mente que todos os resultados expostos a seguir, tanto das dinâmicas quanto das análises realizadas fora de campo, são referentes a este período de tempo e as pessoas envolvidas.

Ao me utilizar da etnografia como ferramenta, compreendo que as experiências resultantes desta pesquisa foram diferentes para mim do que foram para os alunos, as colegas voluntárias da TETO e demais envolvidos. Isso se deve às diferentes formas e frequências das interações que cada um de nós teve com a comunidade, resultando em perspectivas e vivências únicas ao longo do processo.

4.1 DINÂMICAS PARTICIPATIVAS: RESULTADOS

Com base nos resultados das três atividades de abordagem participativa em campo em conjunto com a disciplina de Assentamentos Urbanos e apoio da TETO, posso afirmar que a coleta superou minhas expectativas. A comunidade é, em comparação a outras semelhantes, bastante acolhedora e aberta a práticas propostas por entidades e organizações externas, o que facilita a obtenção de resultados satisfatórios.

Devo evidenciar que, considerando o total de moradores da comunidade, apenas uma porção de fato costuma engajar nos eventos comunitários na Associação. Dona Antonieta, líder da comunidade, compartilhou comigo que essa evasão por grande parte da comunidade em participar de reuniões, atividades e eventos sempre ocorreu, e se dá por questões como desânimo com a própria vida, desinteresse na comunidade como coletivo, descrença na possibilidade de melhora e até mesmo questões mais pungentes como a dependência química.

A comunidade, ao se delinear ao longo de um grande trecho do Rio Mossunguê, acaba produzindo espaços muito variados dentro da mesma comunidade, zonas completamente heterogêneas quanto a seus habitantes, a organização do território, características físicas e costumes. Assim, era uma inquietação minha que as atividades realizadas ao longo desta pesquisa contassem com a presença de indivíduos de todas as partes, promovendo representatividade para maior precisão da compreensão do contexto local de forma integral, o que foi felizmente concretizado.

A seguir, apresento os resultados obtidos em cada uma das três atividades propostas dentro desta pesquisa, e como tudo foi abordado tanto por mim quanto em sala de aula com os alunos

4.1.1 Atividade 01: Resultados

Concretizamos a Atividade 01 no final de abril de 2024, e ela nos proporcionou não apenas a coleta de dados, mas também a oportunidade de conhecermos de forma descontraída diversas histórias do território, suas origens, contextos atuais e perspectivas futuras. Além disso, os estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo, majoritariamente oriundos de realidades privilegiadas, puderam conhecer e vivenciar um cenário marcado por vulnerabilidades, situado a poucos minutos da universidade privada que frequentam diariamente.

Tenho convicção que essa experiência ampliou suas perspectivas sobre os contrastes sociais e as desigualdades urbanas, assim como aconteceu comigo na primeira vez que pisei em uma comunidade no ano passado. Notei também muita sensibilidade de alguns estudantes, que além da imersão em campo, levaram de volta à sala de aula o reflexo dessa vivência. A Figura 23, em formato de mosaico, representa alguns dos momentos que vivenciamos no processo dessa primeira atividade.

Figura 23: Mosaico de fotos tiradas no dia da Atividade 01

Fotos tiradas pela pesquisadora e alunos de Assentamentos Urbanos

Após a coleta em campo por meio das entrevistas realizadas pelos alunos, cada equipe dedicou-se, nos dias seguintes, à elaboração de um esquema diagramático das percepções e dados obtidos, organizando-os em torno do mapa da comunidade para demonstrar a espacialização dessas coletas. Para embasar esse exercício, foi indicado que os alunos tivessem como partido os conceitos de “concebido”, “percebido” e “vivido”. A tríade de conceitos, proposta por Henri Lefebvre, é uma ferramenta interessante para compreensão da produção do espaço social, porque

permite analisar como o espaço é idealizado inicialmente, captado pelos atores envolvidos, e experienciado numa "*daily basis*", a realidade diária que envolve os contextos, percepções e apropriações individuais e de grupo.

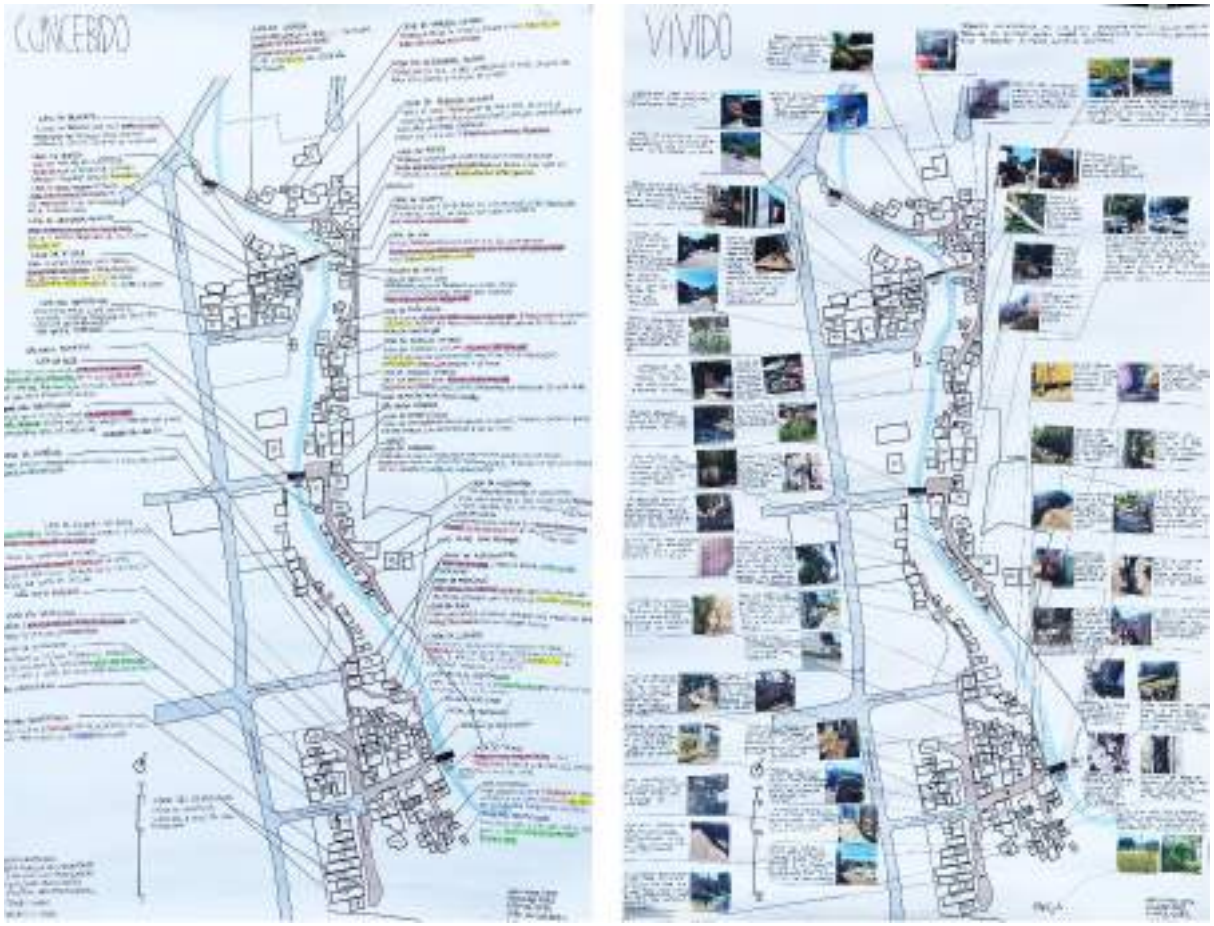
O espaço concebido refere-se à forma como é pensado e projetado por aqueles que detêm o poder de decisão, e possui representação abstrata, imóvel, distante do real. Por outro lado, o espaço percebido diz respeito à interpretação e experiência individual do espaço no dia a dia das pessoas, e é influenciado por fatores como cultura, classe social e experiências pessoais, podendo ser entendido como as impressões sensoriais que as pessoas têm ao interagir com o espaço. Já o espaço vivido é a forma como o espaço é apropriado e transformado pelas práticas sociais cotidianas, como no trabalho, lazer, relacionamentos e manifestações culturais, sendo o espaço onde as relações sociais se desenvolvem e os conflitos se manifestam (Lefebvre, 1974; Souza, 2009)

Esses três elementos estão em constante interação e transformação, formando uma tríade dialética. O espaço concebido influencia o espaço percebido, que por sua vez influencia o espaço vivido. E esse último, por sua vez, pode desafiar e reconfigurar o espaço concebido. A tríade de Lefebvre é um instrumento eficaz para analisarmos criticamente a produção do espaço social, uma vez que nos permite identificar contradições e desigualdades no espaço urbano, fomentando o pensamento voltado para a construção de cidades mais justas, democráticas e inclusivas.

Considerando que costumeiramente as apropriações formais do território são concebidas pelos planejadores urbanos, porém percebidas e experienciadas pelos habitantes de diferentes maneiras em suas experiências diárias, é possível obter percepções mais holísticas sobre os desafios e oportunidades de urbanização ao se colocar quem vivencia o espaço dentro do poder de decisão do "concebido".

A Figura 24 traz fotografias que exemplificam o trabalho realizado pelas equipes acerca do "concebido", através de descrições mais diretas sobre os moradores e a residência em si; e do "vivido", contendo imagens e anotações que ilustram as problemáticas apontadas pelos moradores em relação ao meio urbano e habitacional.

Figura 24: Espacialização dos dados coletados pelos estudantes no mapa da comunidade



Fotos tiradas pela autora

Depois das apresentações de cada equipe acerca de seu levantamento em campo por meio da tríade de Lefebvre, foi possível caracterizar a comunidade Santos Andrade de forma mais holística, contando com a rica voz de vivência dos moradores e a percepção dos alunos sendo visitantes pela primeira vez no território. Assim, os mapas permitiram a concretização das mais diversas camadas envolvidas no contexto vulnerabilizado da Santos Andrade, abordando situações físicas, sociais e emocionais que consolidam o espaço heterogêneo que é a comunidade.

Muitos alunos trouxeram para os debates em sala a questão de existir tanta pluralidade dentro de um contexto que, visto de fora, parece um só, permeado pela pobreza, pela precariedade e por riscos socioambientais. Algumas áreas, conforme demarcado nos trabalhos da disciplina, são específicas de populações que compartilham mesma origem, mesma cultura, e até o mesmo tempo de moradia no

local, considerando que a ocupação da área ocorreu de cima para baixo, sendo a parte mais antiga, acima, melhor desenvolvida e a mais nova, mais abaixo, a mais vulnerável em contexto geral.

Em uma síntese final sobre a Atividade 01 em campo e seus resultados em sala de aula, considero que foi obtido um ótimo diagnóstico, que também é mérito e resultado da participação e colaboração dos moradores entrevistados. O contraste do mapeamento do espaço idealizado normativamente, do que é compreendido e da sensibilidade da vivência real trouxe à tona a complexidade de esferas presentes quando se estuda uma sociedade e seu meio, e a importância de análises holísticas para compreensão plena das condicionantes e demandas reais daquele lugar.

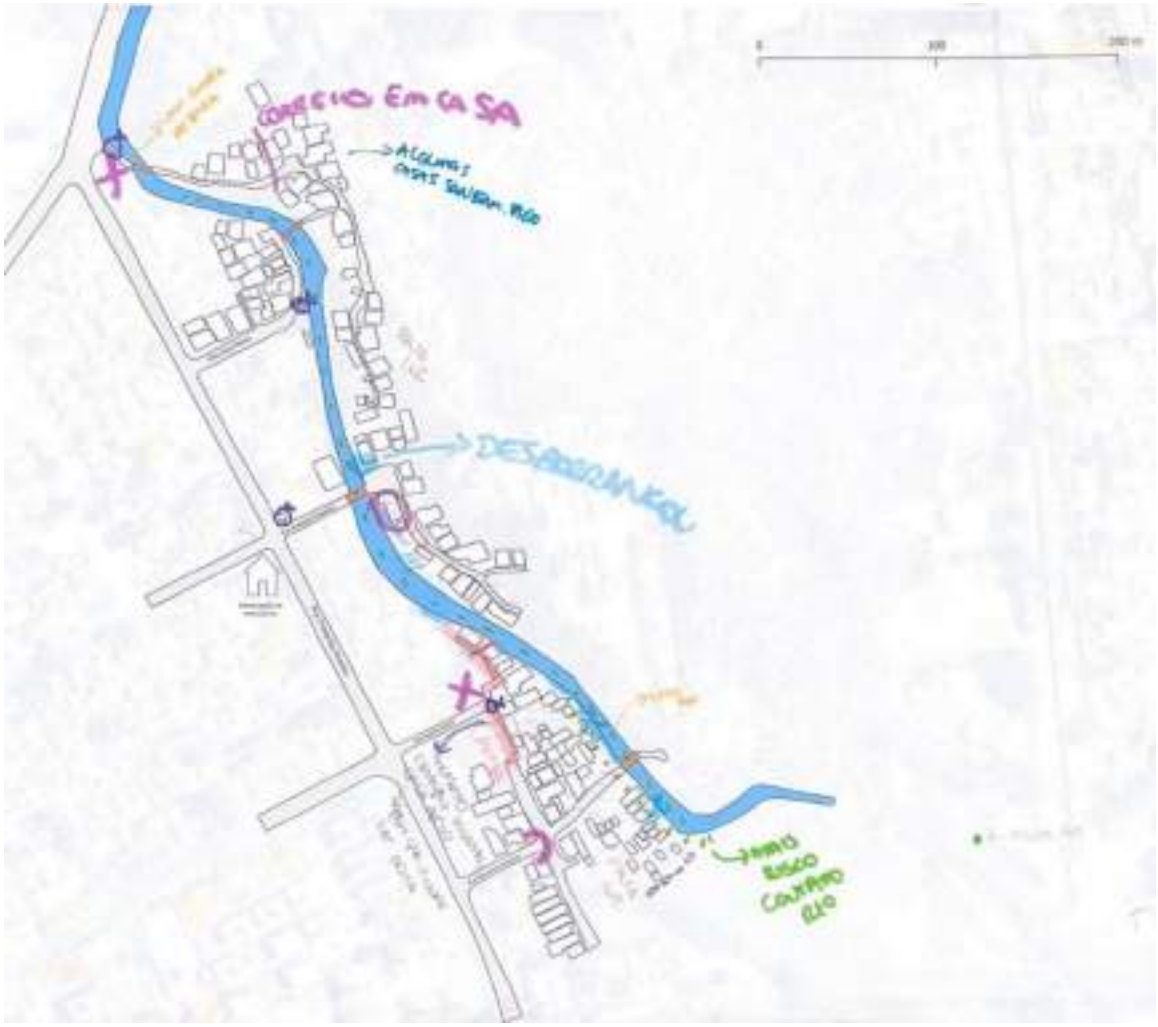
4.1.2 Atividade 02: Resultados

Eu tinha em mente que a segunda dinâmica poderia ser mais desafiadora ou mais fácil, pois mesmo se tratando de um grupo menor, a atividade demandava outras formas de condução. Ao final, considerei o processo em si bastante satisfatório e sensível, gerando respostas ricas e uma contextualização aprofundada sob variados pontos de vista. Na primeira parte da atividade, o mapeamento afetivo, houve um desafio maior em explicar o funcionamento da dinâmica, principalmente devido à dificuldade de leitura de mapas. Três dos cinco moradores não se sentiram confiantes para marcar o mapa por conta própria, como originalmente planejado, optando por se comunicar verbalmente enquanto os outros dois participantes demarcavam as questões instigadas por mim, usando diferentes cores de caneta.

Ademais, o analfabetismo de uma das integrantes foi outro fator inibidor, o que sinalizou a necessidade da busca por maneiras mais intuitivas de realizar esse tipo de atividade futuramente, de forma a não depender de leitura de mapas ou de fatores como a alfabetização completa.

O desenho final do Mapa Afetivo, Figura 25, caracteriza a discussão central que tivemos na ocasião pontuando os maiores incômodos da população, como a desordem dos pontos de coleta de lixo, a precariedade de iluminação e as ameaças diárias do contato com o rio.

Figura 25: Resultado do Mapeamento Afetivo



Fonte: da autora

Em relação ao levantamento exposto na Figura 23, foram demarcados:

- em verde: as áreas de maior índice de doenças e riscos socioambientais;
- em rosa escuro: os locais onde são recebidas as correspondências de todos os moradores que não têm endereço regular para recebê-las;
- em rosa claro: os locais de mais difícil acessibilidade por questões de acúmulo de lama;
- em roxo escuro (pequeno símbolo): os pontos de coleta de lixo dos moradores, lixeiras na rua colocadas pelos próprios habitantes de cada área;

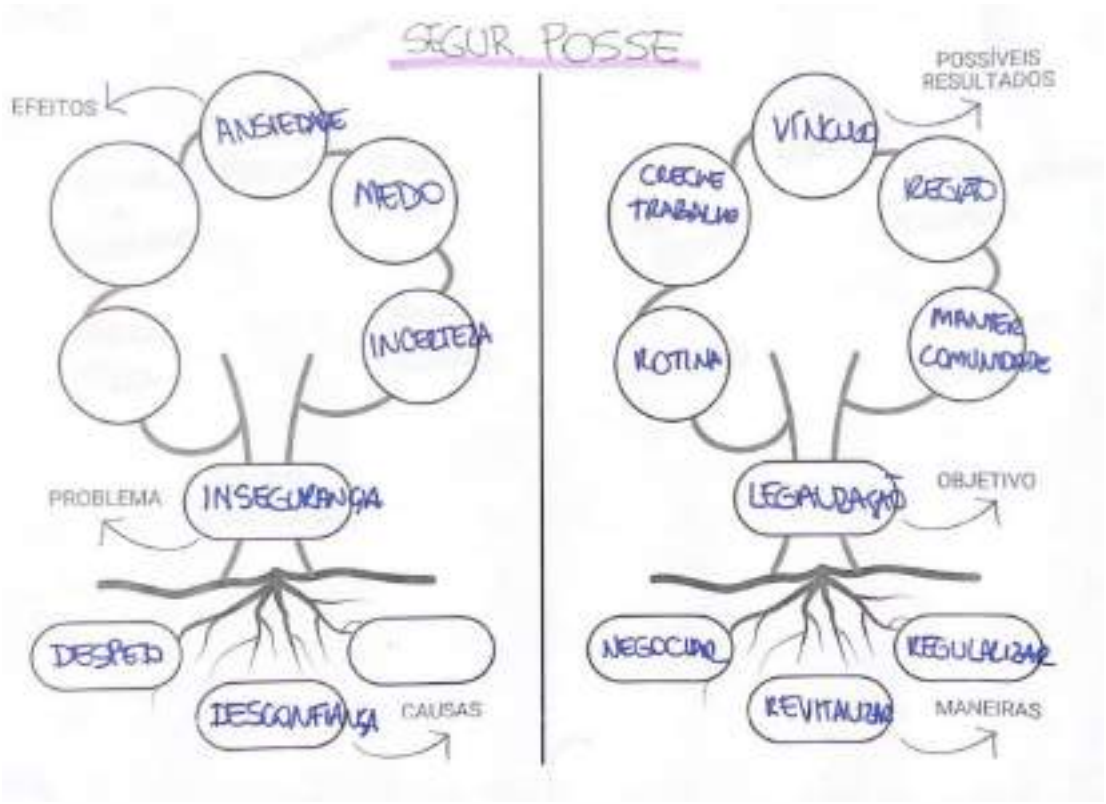
- em amarelo: os locais de maior acúmulo de lixo;
- em azul escuro: a região onde tem as únicas casas regularizadas (com documentação e infraestrutura formal) dentro da área de “comunidade”;
- em azul claro: os locais mais propensos a deslizamentos/onde já ocorreram.

A partir desse levantamento, pude perceber que as áreas mais próximas às margens do rio foram as demarcadas como mais problemáticas, e também como se conectam diretamente a maioria dos problemas relatados em relação à resíduos sólidos, doenças, contaminação e riscos de inundação e desmoronamento de encostas.

No segundo momento, realizamos a atividade da Árvore de Problemas e Soluções, na qual eu pude guiar a atividade a partir das sete temáticas delimitadas, sem influenciar nas respostas. Essa atividade foi mais intuitiva e fácil de aplicar, uma vez que seu formato mais lúdico em “árvore”, uma figura simples, pareceu promover uma compreensão mais assertiva. Outrossim, a identificação das causas e efeitos dos problemas abordados do Mapa Afetivo é um exercício de lógica que está atrelado às situações vividas diariamente pelos moradores, então inevitavelmente torna-se mais fácil e ágil de trabalhar.

Outro fator que facilitou esta atividade foi a participação exclusivamente verbal dos moradores, enquanto eu era responsável por registrar as observações feitas. Essa abordagem evitou a inibição observada na etapa anterior do mapeamento, permitindo um fluxo mais intenso de ideias. A Figura 26 ilustra o resultado de uma das sete temáticas, relacionada à categoria "Segurança de Posse", exemplificando os achados que obtivemos.

Figura 26: Resultado das “Árvores de Problemas e Soluções - Segurança de Posse"



Fonte: da autora

Com base nesse exemplo de resultado, é possível identificar uma série de questões relacionadas às vulnerabilidades físicas e psicológicas no contexto da segurança de posse, que se repetem em diferentes camadas das outras temáticas abordadas. Inicialmente, programei que a atividade durasse cerca de duas horas, considerando também a inclusão de um lanche para tornar o ambiente mais descontraído.

No entanto, para a minha surpresa, moderar um grupo reduzido se revelou mais desafiador do que conduzir as demais dinâmicas com mais de cinquenta participantes, pelo fato de o grupo menor sentir-se mais à vontade para discutir os tópicos em profundidade. Assim, tive a chance de exercitar minha capacidade de resgate da atenção dos participantes, que respondiam com agilidade. Memos assim, acredito que a dinâmica foi extremamente produtiva, gerando resultados pertinentes.

Como aprendizado para futuras aplicações, seria interessante readequar a metodologia de mapeamento participativo para garantir que todos os participantes se

sintam à vontade para contribuir com o desenho no mapa. Uma possibilidade seria utilizar fotos que identifiquem pontos de referência no mapa, facilitando sua leitura. A atividade da "Árvore de Problemas e Soluções" permitiu não apenas a coleta de dados relevantes, mas também promoveu uma reflexão entre os moradores sobre as relações de causa e efeito das situações que vivenciam, o que foi bastante proveitoso. Concluo que ficou bastante clara a capacidade dos moradores de compreender as raízes dos problemas que mais afetam suas vidas diárias e seus efeitos, o que possibilita uma maior compreensão contextual e, no âmbito educacional, uma oportunidade de fomentar novas culturas.

4.1.3 Atividade 03: Resultados

A terceira atividade, superou nossas expectativas tanto em termos de participação quanto de elogios recebidos. Iniciamos a dinâmica com uma explicação dos objetivos e do funcionamento da feira de exposição de projetos, e em seguida distribuímos os bilhetes individuais de controle. A atividade contou com a presença de cerca de quarenta pessoas, representando todas as zonas da comunidade, e foi marcada por uma diversidade significativa.

Vários moradores vieram nos procurar durante o processo para expressar grande apreço pela nossa intenção junto à comunidade e pelo formato lúdico da atividade, que utilizou apresentações orais dos alunos, imagens e adesivos para que os participantes pudessem indicar as propostas que consideravam prioritárias, conforme pode-se constatar com o resultado de um dos grupos, na Figura 27.

Figura 27: Trabalho de alunos na Atividade 03

Fonte: da autora, retratando trabalho de equipe

O trabalho exposto cumpre bem o propósito da atividade, apresentando o mapa geral da comunidade com desenhos que demarcam a espacialização das ideias. Os alunos também incluíram fotos de pontos críticos identificados pelos moradores, sobrepostos por desenhos das propostas de melhoria.

Embora a maneira de apresentar tenha variado, todos os grupos conseguiram evidenciar claramente a relação entre problema e solução através de cores, números, descrição e fotos, como ilustra o mosaico na Figura 28, que reúne exemplos dos resultados da Atividade 03.

Figura 28: Votação dos moradores na Atividade 03

Fonte: da autora, retratando trabalho de variadas equipes

Para facilitar a visualização das propostas preferidas por cada indivíduo, os alunos apresentaram três imagens de ideias de execução, que permitiram uma compreensão mais concreta das propostas. A Figura 29 ilustra duas dessas propostas visuais: uma para “caminhos permeáveis”, que visa melhorar a acessibilidade através de ruas de terra batida, e outra para a “identificação de ruas e ponto comunitário de correspondência”, que busca promover maior pertencimento e independência entre os moradores que atualmente dependem de pontos de coleta afastados.

Figura 29: Propostas em imagens para a votação

Fonte: da autora, retratando trabalho de equipe

Como abordado pelos moradores, constato que o formato lúdico proposto para a dinâmica foi muito promissor e facilitou a adesão e o engajamento, permitindo que pessoas de todas as idades participassem ativamente na votação das propostas. Considerando que o ponto central da dinâmica foi a apresentação das ideias pelos alunos, foi muito importante preparar os alunos a adaptar todo discurso a um formato menos técnico, garantindo uma compreensão clara por parte de todos os ouvintes.

Em suma, a eficácia da dinâmica ficou evidente na capacidade de envolver de maneira ativa e inclusiva os moradores na tomada de decisões. A experiência também é rica ao gerar oportunidade de a turma desenvolver habilidades para comunicar suas propostas de forma acessível e empática. A terceira atividade reafirmou o valor das abordagens participativas que, além de promover o engajamento comunitário, auxilia no crescimento profissional dos alunos como futuros arquitetos e urbanistas.

Após a dinâmica, a discussão em sala de aula abordou alguns aspectos interessantes captados pela percepção dos alunos durante a atividade. Alguns relatos afirmam que, no geral, os moradores votavam em opções que poderiam ser mais abrangentes e benéficas para todos da comunidade. No entanto, ao relacionar a zona de moradia de cada participante com sua preferência de voto, os moradores das áreas mais ao norte da comunidade – a área mais antiga e menos carente – tendiam a votar em ideias que fossem de interesse comum de todas as zonas, enquanto os moradores da região sul -- a área mais carente em todos os sentidos – tendiam a optar por ideias

que fossem mais interessantes a eles ou mais próximas de suas residências. Esse padrão pode demonstrar as diferenças socioculturais existentes dentro da comunidade, e como cada grupo percebe a si mesmo e aos outros a sua volta como parte de uma mesma comunidade.

4.2 O CENÁRIO DO ACESSO AO MEIO URBANO E À MORADIA NA COMUNIDADE JARDIM SANTOS ANDRADE

Apenas levando em conta os últimos meses em que tive a oportunidade de estar em contato com essa população, posso afirmar que percebo uma mudança positiva na confiança e forma que os moradores nos enxergam como pessoas de fora atuando dentro da comunidade, tendo em vista experiências negativas em seu passado que trouxeram traumas e receios diversos.

Assim, tendo em mãos todas as informações que foi possível coletar em conjunto com meus parceiros nesse curto período de tempo, posso compreender o impacto das abordagens participativas através do contexto da comunidade Santos Andrade, que, com tanto carinho, abriu suas portas para mim e para todos que escolheram enxergá-la através de novas lentes.

4.2.1 A Segurança de Posse, Integração Cultural e Pertencimento na Comunidade Santos Andrade

Desde minha primeira visita à comunidade, em meados de fevereiro de 2024, foi bastante claro que a questão do despejo era para alguns um tópico proibido, um tabu do qual se tem medo de falar, enquanto para outros, o único assunto possível diante de uma sensação de indignação. Antes de falar sobre a situação da ordem de despejo de trinta e três famílias consolidadas na Santos Andrade, preciso falar sobre como elas foram parar ali.

Assim como trazido por Maricato (2003b) e Rolnik (2006) não é uma opção, mas uma consequência da falta de opções a ocupação de áreas urbanas

vulnerabilizadas. Esse instinto de sobrevivência acompanha contextos costumeiramente muito difíceis, e que carregam a falta de acesso ao direito à cidade e à moradia digna de forma aguda. Na Santos Andrade, aproximadamente 84% das famílias vivem em situação de irregularidade e suportam o peso dessas incertezas diariamente, sendo que metade delas morava anteriormente em bairros regularizados onde, em certo momento, não conseguiram mais se manter (TETO, 2024).

A maioria das histórias ouvidas por mim e pelos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo durante as dinâmicas começa com um ponto de virada: o Seu Milton sendo despedido do emprego depois de anos de estabilidade; a Gabriele tendo que parar de trabalhar para cuidar dos filhos porque o marido abandonou a família; a Dona Odete que fugiu dos abusos do marido; e o Sebastião que tinha uma condição de vida boa, mas perdeu tudo quando vendeu a casa onde moravam para bancar o vício em drogas. Esses nomes são inventados, mas as histórias se repetem muito dentro de qualquer comunidade, e na Santos Andrade não é diferente.

Muitas pessoas que conheci, quando confrontadas com situações financeiras ou de vida adversas, se encontraram na encruzilhada entre viver em situação de rua ou buscar uma ocupação informal para habitar. Não é exagero assumir que em tantas dessas situações as opções são, de fato, apenas essas, uma vez que nem o mercado imobiliário nem as políticas públicas conseguem amparar o déficit habitacional das populações mais vulneráveis das cidades (Rolnik, 2006).

A comunidade Santos Andrade engloba, conforme levantamentos da própria prefeitura, uma das mais antigas áreas de favela de Curitiba, com mais de cinquenta anos de existência. Após o contato próximo com o território e seus habitantes, acredito que uma das situações mais angustiantes que qualquer pessoa que ouça as histórias locais encontrará é sobre o despejo das trinta e três famílias. Apesar de despejos negociados e forçados ocorrerem com bastante frequência na dita “cidade modelo” em troca de soluções quase sempre insustentáveis a longo prazo (Texeira, 2022), o relato de Seu Francisco traz junto das sequelas do planejamento urbano excludente também a dor da quebra de confiança que tanto permeia a vida desses indivíduos.

Sendo um dos primeiros ocupantes da área, Seu Francisco alega que há mais de cinquenta anos participou das negociações com o proprietário do terreno, que teria permitido que as famílias se estabelecem ali desde que respeitassem um limite físico

– delimitado com pedras e peças de concreto – e não permitissem que pessoas de fora ocupassem ali.

Em relatos diversos de moradores, várias tentativas de ocupação forçada por grupos muitas vezes despejados de outras comunidades foram contidas por aquelas famílias da Santos Andrade, buscando cumprir sempre o combinado que declaram ter feito com o proprietário do terreno. Agora, após tantos anos cumprindo com o seu lado do acordo, essas pessoas sentem-se moralmente lesadas e enganadas pelo proprietário do terreno que hoje alega nunca ter havido combinado algum. Por toda comunidade, para muito longe dessa área em risco, ecoam lamentos como o do morador João José: *"O problema é que se aproveitam dos pobres, e a gente não pensou em registrar, em gravar ou assinar, a gente confiou na palavra dele."* Por conta dessa e de outras situações de quebra de confiança, que hoje quase toda interação com pessoas de fora é registrada em vídeos pelos moradores e enviada para a líder comunitária. O retrato do medo que eles têm de serem enganados mais uma vez.

Seu Francisco, criou toda sua família na comunidade, e alega se sentir como um "guardião" do tratado que trazia a eles a segurança de posse que na cidade e no mercado imobiliário legal não conseguiram obter. Uma de suas falas inicia com revolta e termina com tristeza, relatando que não compreende por que agora eles devem sair dali, e lamenta a separação dos vínculos afetivos de tantos anos caso o despejo se concretize: *"Nós somos uma tribo, que nem índio, daí um vai pra um lado, outro pro outro... [...] perde o sentido da vida, pra mim acaba tudo [...] pode vir o trator que vai passar em cima de mim, eu morro mas vou morrer aonde eu conquistei."*

Ainda que eu tenha mencionado trinta e três famílias que correm grave risco de serem despejadas à força e de forma desumana como ocorreu em junho deste ano na Tiradentes II, não são apenas essas pessoas que são afetas por essas ameaças. Rodrigo, um dos responsáveis pelo barracão de reciclagem que solicitamente me levou para conhecer todas as instalações de coleta do local, também me mostrou o espaço, agora vazio, onde quatro casas de madeira foram desmontadas recentemente. Essa região não está dentro do perímetro sob ordem de despejo, mas está próxima o bastante para amedrontar as famílias que decidiram desmontar e guardar os materiais com os quais suas residências eram construídas *"antes que um*

trator chegue e destrua o pouco que tem", relatou o morador. Essa percepção do medo sentido pelos moradores é percebida em quase toda conversa dentro da comunidade.

Mesmo sem a leitura de Maricato, Santos e Rolnik, para os moradores a causa desse "despejo parcial" e da dissolução do pacto feito há tanto tempo é bastante clara. Enquanto a comunidade segue existindo às margens da infraestrutura urbana do elitizado bairro do Campo Comprido, tapumes escondendo o início de novos empreendimentos imobiliários parecem se multiplicar por toda parte. A Figura 30 demonstra duas visões contrastantes da proximidade entre o formal e o informal.

Figura 30: visões contrastantes entre formal e informal

Fotos autorais

O que Milton Santos (1993), chama de "*marketing* urbano", Dona Antonieta, uma das lideranças locais, entende como algo muito óbvio: *"tá cheio de prédio, de condomínio surgindo aí... E o pessoal do rio eles não querem tirar, sabem que não dá pra fazer nada ali porque tem o rio, então não tem interesse".* Até essa fala de Dona Antonieta, eu não havia prestado atenção, mas é de fato bastante coerente que a única porção da comunidade sob risco de despejo seja a que ocupa uma área aproveitável do terreno, ignorando as residências próximas ao rio, local de APP sem valor exploratório pelo mercado formal.

Falando de legislação, ponto crítico quando se trata de ocupações irregulares, embora a lei brasileira endosse a desocupação de um terreno particular através de instrumentos como a Lei do Parcelamento do Solo Urbano (6.766 /1979) e a Lei do Inquilinato, lei nº8.245 de 1991, mediante despejo forçado no caso do descumprimento da ordem (BRASIL, 1991), possíveis controvérsias podem ser exploradas. No Estatuto da Cidade, validado a partir de 2001 como parte dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal Brasileira, estabelecem-se normas de ordem pública e interesse social relacionadas ao tópico em questão.

Estas normas regulam o uso de propriedades urbanas em prol do coletivo e bem estar dos cidadãos, considerando a garantia do direito a cidades sustentáveis, compreendida como “o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2001).

Com base nisso, penso que as legislações de um mesmo instrumento se configuram em controvérsia de direitos, uma vez que dá o direito de despejo ao proprietário, sem garantir, no entanto, que o indivíduo despejado tenha seu direito à moradia digna garantido. Enquanto o direito à propriedade privada é indiscutivelmente de garantia a quem adquiriu sua posse de maneira legal, essa garantia não deveria tangenciar o direito de outros cidadãos à cidade e à moradia adequada, uma vez que não garantidos pelo poder público. Ocorre que, na cidade, a invasão de terras acaba tornando-se regra, não exceção, uma vez que é ditada pela falta de alternativas, não pelo afrontamento à legislação como costuma ser visto (Maricato, 2003a).

Embora as políticas públicas de Curitiba disponham de diversas ferramentas de facilitação de moradia, de aluguel social e empréstimos diversificados, o fato de o mercado legal não chegar até as camadas socioeconômicas mais vulneráveis acaba incentivando e perpetuando a presença de milhares de pessoas em áreas irregulares e de risco (Maricato, 2003a). Assim, quando sobreposta a outras situações relacionadas ao direito de posse, a lei frequentemente acaba por priorizar o lado dos “*visinhos de alvenaria*”, como escreveu Carolina Maria de Jesus.

O que resta para essa parcela marginalizada da população é o medo, a incerteza, a ansiedade e a insegurança do dia de amanhã, como relatou Dona Julita quando me disse que “*chega a sonhar que algo acontece com a casa, de tanto que*

se preocupa de dia". Foi muito duro ouvir isso vivendo uma realidade tão diferente, na qual nunca temi pela minha casa, nunca tive que me preocupar se dormiria na rua no dia seguinte, mas o que mais me impactou foi que ela me falou isso rindo, como se aquela situação que para mim é tão absurda, para ela fosse tão normal que ela conseguiu fazer graça.

Por conta disso, considero que essa discussão pode ser resumida em uma questão que transcende a dicotomia do que é legalmente certo ou errado em relação à posse de terra. Trata-se de uma reflexão sobre os direitos humanos fundamentais que deveriam ser assegurados desde o início, mas que em sua falta, desencadeiam-se uma série de opressões adicionais, impactando outras leis e direitos. No final, cabe à população resolver um conflito extremamente profundo e que não deveria fazer parte de sua gama de responsabilidades como cidadão, independente em qual "lado da lei" está.

Outra questão que ficou bastante explícita na minha percepção, e que permeia diariamente a vivência das pessoas em situação de ocupação irregular, é quanto aos atritos externos e internos ocasionados pela estigmatização territorial. O que Souza e Silva, Barbosa e Simão (2020) chamam de "paradigma da ausência", recai sobre a construção de uma visão estigmatizada das favelas e seus moradores que não compreende a complexidade das práticas e experiências vividas ali. Os autores afirmam que a visão dos que estão fora dessa realidade, os habitantes da cidade formal, é de um espaço majoritariamente carente e problemático, um câncer urbano, o que reflete na desigualdade social e até mesmo na proposição de políticas públicas.

A partir de minha convivência e todas as histórias que ouvi nos últimos meses, penso que esses preconceitos e segregações se dão de duas maneiras na Santos Andrade. Em primeiro lugar, há o estigma vindo de fora, e quando digo de fora não é nem necessariamente dos condomínios de luxo no entorno da comunidade, mas até mesmo na linha tênue que segrega o fim do asfalto do chão de terra nos acessos da Santos Andrade, e também as relações entre as pessoas que se consideram parte ou não da comunidade.

É muito claro, principalmente nesses trechos, os contrastes físicos e sociais, e não foram poucas vezes que ouvimos de algumas pessoas que *"as nossas casas foi a COHAB que deu, não somos parte da comunidade não",* ou *"eu moro ali pra cima,*

não faço parte dessa favela, mas venho na Associação porque sempre tem ajuda, e ajuda todos nós precisamos", na maioria das vezes com certo preconceito na fala.

Em uma esfera mais óbvia, podemos pensar nos preconceitos das pessoas mais abastadas que sempre que vi passarem próximo à comunidade com seus carros luxuosos estavam em alta velocidade e com os vidros erguidos. Embora o "evitar ver" seja uma reação bastante enraizada em uma sociedade que não quer enxergar a realidade das favelas como problema seu, vários moradores afirmaram que quando há a necessidade de despejar seu esgoto, seu lixo, seus móveis velhos e até mesmo abandonar cães em época das férias de ano novo, os territórios informais são sempre lembrados.

Por último, e talvez o mais importante por ser o tipo de desigualdade menos vista e falada, em relação aos conflitos entre diferentes grupos dentro da própria comunidade. Conforme Leite (2023), quando se busca trabalhar em comunidades informais, é considerar a heterogeneidade local, pois são nas histórias individuais que se encontram os elementos mais urgentes e complexos.

Além de algumas questões mais escancaradas como brigas entre os que tentam manter o lixo mais organizado, e os que jogam pelo chão ou no rio; ou os olhares enviesados para as pessoas que são conhecidamente usuárias de substâncias ilícitas; também existem questões territoriais. Por exemplo, um aspecto bastante característico na Santos Andrade é a presença do "Território das Baianas", também chamado de "área das baianas" ou simplesmente "lá nas baianas", um núcleo de habitações de quatro famílias vindas da Bahia aglomeradas em torno de um espaço aberto comum.

Esse local estilo "*cluster*" não possui características físicas específicas que demarque essa apropriação específica além das trocas culturais que as famílias fazem no dia a dia. Mesmo assim, o Território das Baianas tem até um portão próprio, que na minha compreensão nada tem a ver com segurança, mas com pertencimento. Sandra, uma das baianas moradoras da comunidade, me contou que "*o pessoal lá de baixo, principalmente, não gosta da gente. Eles não gostam da gente e a gente não gosta deles*". Quando lhe perguntei se havia ocorrido algum desentendimento ela riu e balançou a cabeça, me explicando que algumas pessoas se incomodaram logo

quando as primeiras famílias chegaram, alegando que vinham "*roubar tudo que era deles, espaço, emprego..."* e a partir daí a relação ficou conflituosa.

Quando a Sandra se referiu aos *"lá de baixo",* ela se referiu aos moradores da parte mais ao sul do mapa da comunidade, onde também é o local das ordens de despejo e onde há a maior problemática acerca de tráfico e consumo de ilícitos. Uma curiosidade que me chamou a atenção é que, embora o perímetro considerado favela pelo levantamento da prefeitura pegue todo entorno do rio, quase todos na comunidade compreendem como favela apenas essa área "de baixo".

Na Atividade 01 uma aluna anotou o comentário de uma moradora que entrevistou: *"Eu não vou lá porque só tem noia"*, palavra muito usada dentro da comunidade para se referir aos usuários de drogas. Embora o problema das drogas não escolha condição financeira, é inegável que em ambientes informais como favelas, até pela ausência de ordem e lei formal, a situação se torna mais explícita. Muitos registros dos alunos, como podemos ver na Figura 31, contavam com fotos de entulhos jogados no chão, dentre eles brinquedos infantis, garrafas de bebida e até mesmo agulhas e frascos vazios de medicamentos, um registro triste da exposição das faces mais duras da sociedade, que embora existam por toda parte, nas favelas são escancaradas.

Figura 31: Exposição de brinquedos, garrafas vazias e caixas de cigarro em um mesmo contexto

Fotos de estudantes, tiradas na Atividade 01

Mendes, Ronzani e Paiva (2019) afirmam que, em contextos de extrema pobreza, a análise do uso de drogas não deve ser feita de forma isolada, considerando que a complexidade da vida nas ruas, caracterizada por fome, frio e ausência de abrigo, dificulta a definição clara do que constitui um consumo problemático. Nesse cenário, o uso de drogas pode ser compreendido como uma resposta às condições de vida adversas, revelando uma interdependência entre a vulnerabilidade social e o comportamento de consumo. Ainda assim, a maior visibilidade desse tipo de situação tem impacto direto nos índices de violência locais e regionais (Barros, 2011), o que gera uma repercussão direta nos outros moradores, em especial nas crianças e jovens que crescem muitas vezes em um âmbito de normalização e até mesmo romantização das drogas e do mundo do crime.

Ainda que a falta de segurança de posse assim como a estigmatização auxiliem na perpetuação das desigualdades urbanas fora e dentro desses territórios, também devemos ter consciência de que não se pode romantizar muitos contextos ali presentes, mas compreendê-los para buscar soluções contextuais e holísticas, que para além do tratamento urbano, tenham alcance social. Embora exista sim uma caracterização de violência e abusos diversos nos territórios informais, principalmente relacionados ao consumo de álcool, drogas ilícitas e ao tráfico, que muitas vezes comanda esses espaços e impede a aproximação de organizações de auxílio, a injustiça das políticas públicas e dos sistemas falhos de acesso à moradia e à uma vida digna são a base do problema.

Os testemunhos de situações de preconceito entre os próprios moradores e a votação em propostas de expressão cultural e integração comunitária na Atividade 03 trouxeram uma percepção de causa e efeito bastante clara. Devido às inseguranças e incertezas de se morar em um território de “não-cidade”, em especial em uma capital de urbanização excludente e um planejamento urbano que privilegia os bairros mais ricos (Souza; Samora, 2022), a posse dos espaços informais, ou seja, a posse de onde não há posse, se torna uma batalha de “quem merece mais”.

Corroborando com essa constatação, conforme Dona Antonieta, em todas as atividades, reuniões e possibilidades de benfeitorias à comunidade, são costumeiramente os mesmos moradores que participam, representando apenas uma

pequena parcela do total. Segundo a moradora, a maioria das pessoas, devido a sua situação de vulnerabilidade, não tem *"ânimo nem esperança para lutar por nada".* Penso que, considerando todo o exposto como uma pré-disposição a tantos riscos socioambientais, essa situação acaba por segregar ainda mais a população local, para além da heterogeneidade comum a qualquer assentamento humano, o que adiciona uma nova camada de problemáticas multidimensionais na vida dessas pessoas.

Por fim, é impossível não se perceber ao caminhar pelos diversos setores da comunidade, diversas demonstrações de apropriação, um aparente desejo de expressar o pertencimento dentro de um *lugar* que de fora é visto como mero *espaço,* seguindo a lógica de Tuan (1983). A Figura 32 demonstra alguns desses elementos percebidos ao longo da pesquisa em campo, uma casa com um pequeno quadro de uma cuia de chimarrão, tornando fácil para nós de fora facilmente encontrarmos o "gaúcho" quando alguém citava seu nome. Numa casa vizinha, amuletos da sorte se misturam com um aviso de "cuidado, cão brincalhão", medida de apropriação e expressão da cultura daquele núcleo familiar, assim como ocorre com a foto à direita, onde desenhos infantis adornam as paredes de suas casas.

Figura 32: Representações de pertencimento na comunidade

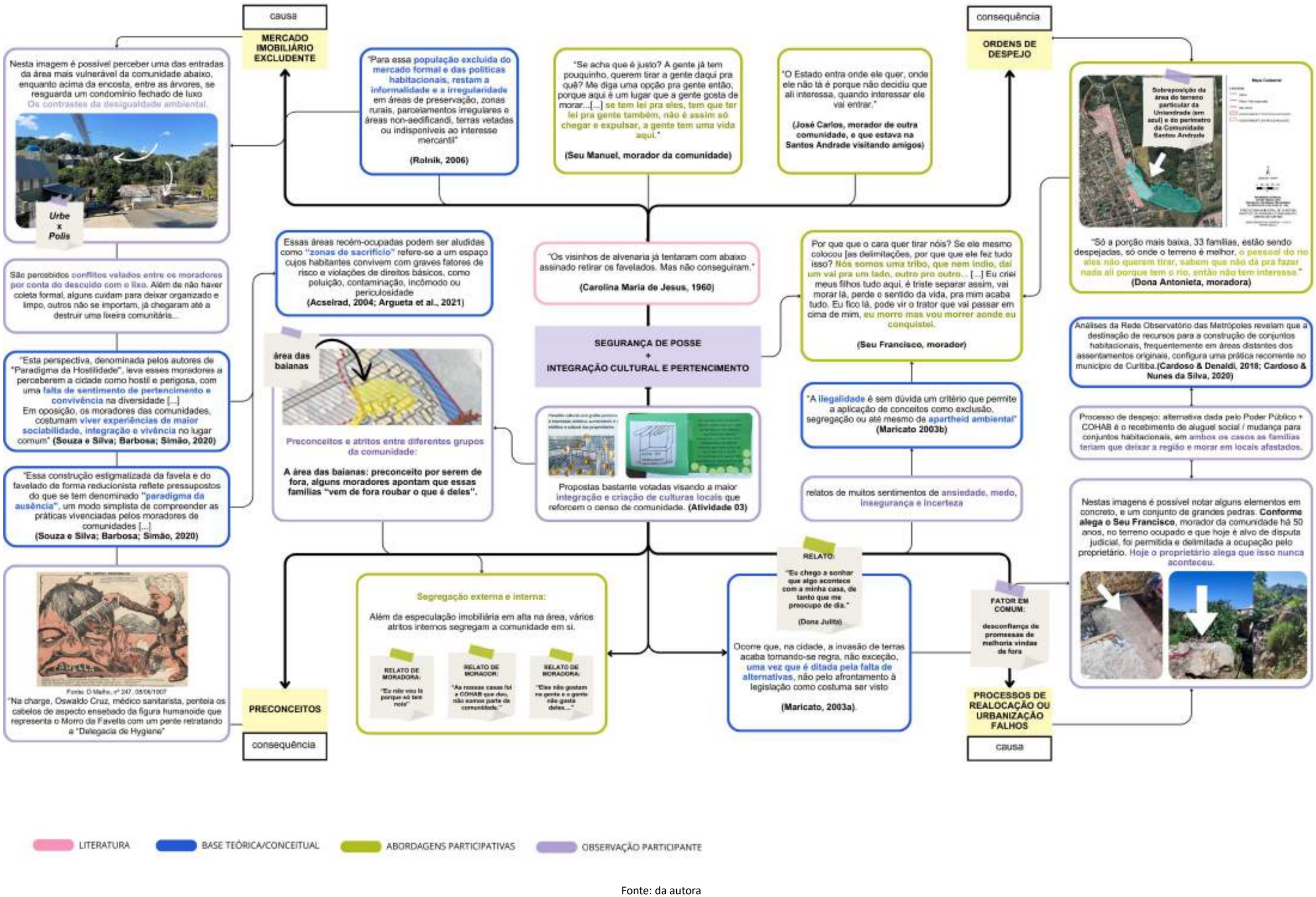
Fotos autorais

Na minha visão particular, esses símbolos tão específicos podem ser a forma que as pessoas encontram de se sentir um pouco mais parte daquele cenário, para muitos um cenário de desconforto e até desgosto. Essa humanização de um local

desumanizado pela sociedade é um dos pontos mais marcantes para mim, entendendo a necessidade e a força da vontade de pertencer. Essas expressões simbólicas, exemplares das muitas histórias, culturas e até mesmo pequenas comunidades dentro de uma mesma comunidade, tornam claro o vínculo afetivo existente com o lugar as memórias construídas ali, ainda que muitos vivam há meses sob a tensão de uma ordem de despejo, há enorme valor intrínseco.

A Figura 33 retrata graficamente essas relações discutidas, visando demonstrar as relações de causa e efeito presentes na segurança de posse e os conflitos internos e externos que impedem a Santos Andrade a ser uma comunidade mais unida frente à luta por seus direitos.

Figura 33: Diagrama de Segurança de Posse, Integração Cultural e Pertencimento na Comunidade Santos Andrade



Fonte: da autora

4.2.2 Infraestrutura Urbana e Habitabilidade na Comunidade Santos Andrade

Na Santos Andrade, mesmo dentro da área considerada favela onde não há provisão alguma de recursos públicos, existe uma diversidade na condição das habitações, onde vemos desde casas em alvenaria, com muros, cercas e carro na garagem; até barracos frágeis de madeira e lona, com o piso direto na terra e frestas por todos os lados, permitindo a entrada do frio, de animais e insetos.

Tendo em vista um cenário geral, pode-se afirmar que quanto às condições mínimas de permanência na habitação previstas pela ONU (2009), encontra-se na comunidade Santos Andrade a quase total ausência desse tipo de suporte. Quando uma estudante questionou um morador sobre o que mais o incomodava em comparação à “cidade formal”, ele respondeu: “o mau cheiro, a desorganização das casas, a falta de iluminação e de ruas asfaltadas”, ou seja, o que deveria ser o básico.

Conforme o levantado na ECO (2024), cerca de 68,9% dos moradores utilizam energia elétrica de fonte irregular – conhecidos popularmente por “gatos” –, e 49% possuem a mesma situação de irregularidade em relação à água. O lixo, conforme anotações dos próprios alunos, é costumeiramente despejado no rio ou nos pontos de coleta comunitários, insuficientes para o volume. A situação do esgoto é também delicada, representando cerca de 38% de despejo no rio, em comparação a 31% de forma regular, além de alguns apontamentos sobre fossa séptica ou vala aberta. Mesmo assim, o item mais citado como incômodo aos moradores é a dificuldade de conviver com as ruas de terra, principalmente em dias de chuva, onde fica quase impossível transitar sem se sujar, dificultando a acessibilidade.

Sobre as moradias em si, tanto nas conversas e dinâmicas realizadas quanto posteriormente na ECO, as principais reclamações são sobre a presença de umidade e goteiras (43,8%), o excesso de frio ou calor (25%) e a entrada de insetos e roedores (18,8%) (ECO, 2024). A Figura 34 traz um exemplo de uma moradia de baixa habitabilidade, com frestas e riscos diversos, e à direita outra ancorada perigosamente junto ao rio.

Figura 34: Exemplo de moradias sob riscos

Fotos autorais

Na última atividade realizada em campo, a Atividade 03, estes itens básicos foram também os mais populares entre os votos dos moradores de todas as idades, com destaque para o aprimoramento das ruas, iluminação e saneamento, colocação de lixeiras comunitárias e a limpeza do rio. Os moradores também compreenderam como importante a realização de oficinas de conscientização sobre os riscos da poluição do rio, alegando que não adiantaria nada limpar se as pessoas não mudassem de hábito.

Como vimos nos dados da ECO, embora algumas poucas casas da comunidade tenham posse legal do terreno e também a recepção formal de água, energia e saneamento, a grande maioria tem sua infraestrutura urbana informalizada e, consequentemente, insegura. Através das dinâmicas participativas, ouvimos muito sobre os riscos inerentes à fiação elétrica tipo “gato”, presente na maioria das residências. *“Esses dias deu curto em todos os fios lá de casa, sorte que não pegou fogo no forro, porque ia pegar fogo em tudo, a casa é toda de madeira”*, me disse Dona Julita mais uma vez tirando sarro da situação de extrema vulnerabilidade de sua residência.

O bom humor de Dona Julita, que já havia me surpreendido rindo da possibilidade de despejo, mais uma vez me deixou surpresa, mas entendi que sua

forma de sorrir diante do trágico é uma leveza adquirida depois de muitos anos vivendo à margem de todos os direitos que deviam ser-lhe assegurados. Dona Julita vive em uma residência que embora não seja nem de longe a mais vulnerável da comunidade, possui rachaduras, problemas elétricos entre outros, e não por acaso, das várias vezes que a encontrei, na maioria delas me relatou que ela e a família estavam com uma gripe ou resfriado, reflexos de uma casa sem habitabilidade.

Outra situação que chamou nossa atenção e foi muito exposta como incômodo pelos moradores é a coleta de lixo, ou no caso a falta dela, e como isso influencia até mesmo na relação dos vizinhos, que muitas vezes tem desavenças devido à bagunça e sujeira de resíduos no espaço público. Sabemos que além de fomentar a poluição dos solos e recursos hídricos, esses resíduos expõe a população a presença de roedores transmissores de doenças (Davis, 2006), como diversas vezes nos relataram.

No galpão de coleta de recicláveis, na parte mais ao sul da comunidade, mesmo tentando manter uma organização diária, a quantidade de resíduos supera a capacidade de trabalho e de infraestrutura, uma vez que existem contratos de coleta com vários prédios da região, superlotando o espaço. O maior problema, me informou o responsável pelo espaço, é em dias de chuva, pois o estoque separado em sacos acaba se espalhando pelos arredores e até mesmo no rio. Duas moças que no dia de minha visita trabalhavam no local alegaram precisar usar botas altas de borracha nos dias em que o local alaga, com medo da contaminação e da quantidade de ratos.

Para tentar resolver o problema do excesso de lixo e de desavenças quanto a organização, algumas lixeiras comunitárias são parte de um acordo informal de coleta, localizadas, mais uma vez, nos limites do asfalto e de onde os caminhões de coleta adentram. Apesar de tantas fragilidades, é possível perceber tentativas de organização e melhorias internas por parte da comunidade, o que infelizmente não é suficiente para manter os ratos longe e o ambiente minimamente organizado. Conforme nos contaram, apenas uma pequena parcela dos moradores de fato tem interesse em cuidar, enquanto a maioria prefere jogar seu lixo no chão ou no rio.

O Rio Mossunguê, margeado por dezenas de habitações, é alvo e também fator de problema ao bem-estar das pessoas que ali vivem. Segundo os dados coletados e o relato da maioria dos moradores, o despejo das águas servidas no rio é um

incômodo consensual, que além dos malefícios ambientais, traz doenças, mal cheiro e animais transmissores de enfermidades ao local. No entanto, na ausência de outras alternativas, o rio segue sendo o elemento de maior risco, mas supostamente não apenas na comunidade.

Não sei estimar quantas vezes ouvi moradores afirmarem que casas e até condomínios de fora da comunidade também usam o rio como local de descarte irregular. *"Os condomínios de lá de cima, esses que não param de aparecer, também jogam 'água preta' todo dia no rio, e a água já chega aqui escura e fica uns 40 minutos fedendo"*, afirmou Seu Manuel. Eurípedes, um jovem criado na comunidade, em conversa enquanto caminhávamos pela região do rio e conversávamos sobre o mesmo tópico, afirmou que é tudo verdade, e complementou que *"a corda sempre arrebenta pro lado dos mais fracos, mas os ricos também fazem errado*". Evidentemente, não posso afirmar com certeza que essa situação relatada é verídica, mas posso relatar que vi lixo e móveis grandes despejados em um trecho do rio anterior ao início das primeiras casas da comunidade, mas já dentro de seu perímetro.

Carolina Maria de Jesus relata no livro Quarto de Despejo como sempre sentiu que a cidade era como uma luxuosa casa, e a favela o quintal onde jogavam os lixos. Como já comentei anteriormente, Seu Manuel assim como outras pessoas afirmaram que é bastante comum o abandono de cães durante épocas festivas por indivíduos irresponsáveis que enxergam na comunidade uma oportunidade para um descarte inconsequente. Ali, onde as leis urbanas não se aplicam, também é comum pessoas de fora pararem seus carros próximo ao início do rio e jogarem eletrodomésticos, sofás e seu próprio lixo residencial, no mesmo local onde o suposto esgoto vindo dos condomínios de luxo já é notado pelos moradores.

Valle, Misaka e Freitas (2018) compreendem que não há uma fórmula causadora, mas sim um emaranhado de complexidades urbanas e sociais que explicam esse comportamento. Para mim, a justificativa é bastante simples, e se dá pelo fato de o local já ser irregular, já ser poluído e já ser visto como o "quarto de despejo" da cidade, como sabiamente apontou Carolina quando ainda morava na favela do Canindé e vivenciava as mesmas situações existentes nas favelas da atualidade.

Da mesma maneira que os governos costumam ignorar as favelas até que haja a necessidade de eliminá-las, ou, raramente, aprimorá-las (Satterthwaite et al., 2018), aqueles locais se tornam também para os civis espaços mortos da cidade, quase como sumidouros de tudo que não é desejável se ver ou lidar. Sobre isso, creio caber muito bem a Teoria da Janela Quebrada, criada em 1982 a partir da publicação dos criminólogos James Wilson e George Kelling (do Valle; Misaka; Freitas, 2018). Nela, compreende-se que, em um ambiente de desleixo e abandono há falta de coesão social, o que gera a sensação de afrouxamento do controle social e falta de consequências, fomentando, assim, o agravamento da situação em questão. Assim, se torna quase que automático visualizar essas ocupações como espaços em que a única solução é sua extinção.

Desde o começo dos trabalhos em campo, um dos símbolos concretos da desigualdade que mais me marcaram foram as fronteiras do fim do asfaltamento da prefeitura com o início do barro do chão da comunidade. Além de impactante, é bastante curioso analisar a complexidade do simples ato de negar asfalto a uma parte da cidade, a uma parte da população, nitidamente delimitado conforme a Figura 35 do final da Rua Aidé Gomes Golçalves. Essa negação me parece claramente a forma da cidade rejeitar a favela e deixar claro para os cidadãos o que é considerado o certo e o que não, ainda que direitos civis estejam sendo cerceados através dessa renúncia.

Figura 35: Contrastes do limite da cidade formal

Foto autoral

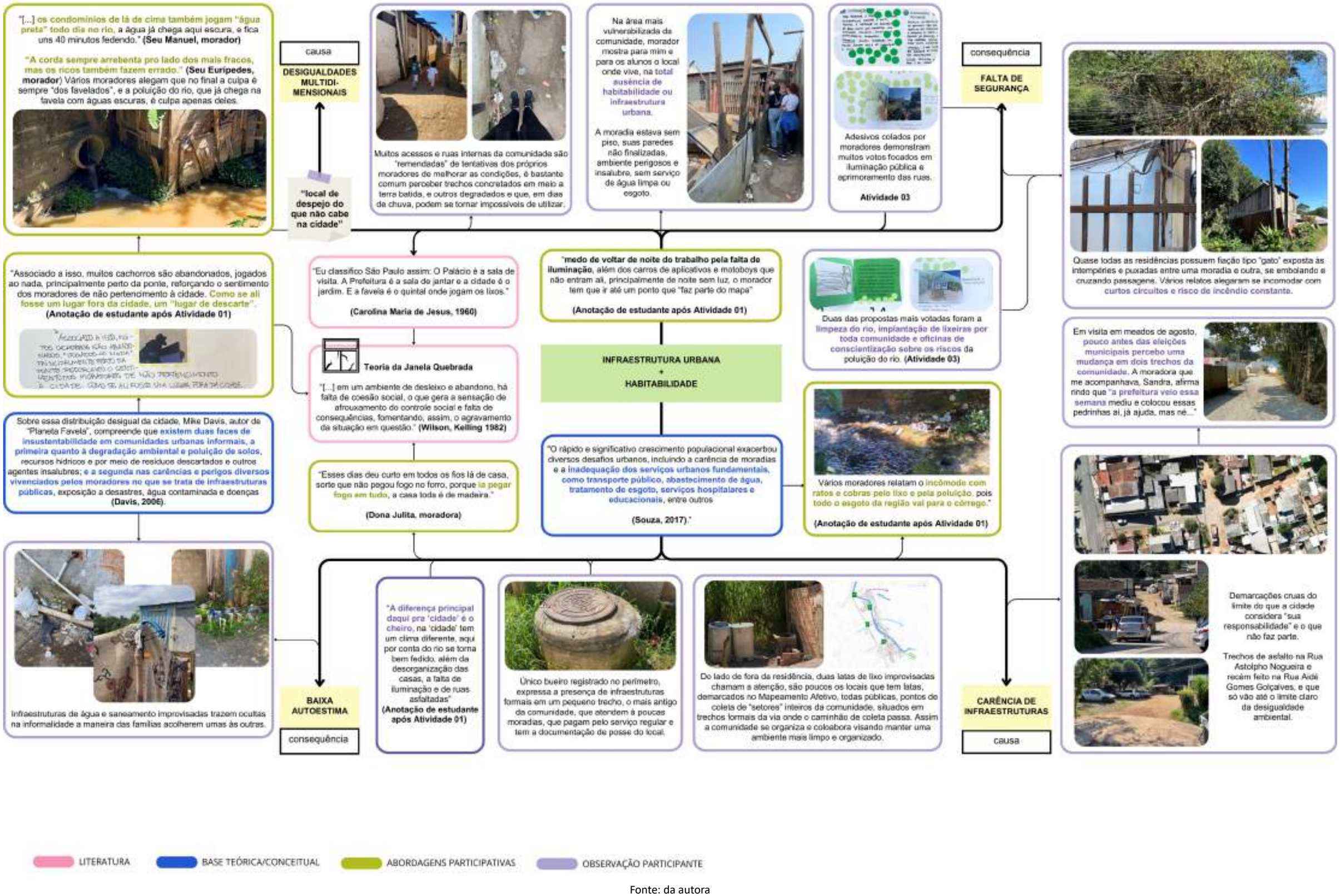
Mesmo os trechos de terra batida sendo de grande incômodo aos moradores, existem outros trechos que apresentam maior risco socioambiental aos moradores, como é o caso de alguns corredores estreitos rentes ao rio. Esses espaços são muito utilizados pelos moradores, inclusive por crianças que transitam sozinhas. Relatos afirmam que algumas pessoas que já caíram acidentalmente no rio, e mesmo as crianças que apenas brincam nas proximidades, já apresentaram alergias, problemas de pele e há até um morador que já foi hospitalizado mais de seis vezes devido à leptospirose. A Figura 36 demonstra um dos pontos mais críticos desses corredores próximos ao rio, e também alguns pontos onde foram plantados bambus para segurar as encostas, onde ficam as casas mais vulneráveis, evitando erosões.

Figura 36: Corredor de alto risco próximo ao rio

Fotos autorais

Ao final da Atividade 03, durante uma caminhada pela comunidade com alguns alunos e uma moradora, observei que um trecho antes de terra batida estava agora coberto por brita, segundo a moradora “uns funcionários da prefeitura colocaram na última semana, e tão colocando lá pra baixo também”. Ainda que apenas de forma especulativa, essa intervenção, realizada às vésperas das eleições municipais, levanta dúvidas sobre suas motivações. A Figura 37 complementa o ilustrar da precariedade infraestrutural e habitacional da comunidade.

Figura 37: Diagrama da Infraestrutura Urbana e Habitabilidade na Comunidade Santos Andrade



Fonte: da autora

4.2.3 Acessibilidade econômica, acessibilidade, localização e entorno da Comunidade Santos Andrade

A acessibilidade econômica pode ser compreendida como a possibilidade de habitar de forma adequada sem perder o poder de compra mínimo para suprir as demais demandas básicas de uma vida digna, ou nas palavras de Dona Julita: *"Tendo que escolher entre aluguel e comida, a gente escolhe comer, é a necessidade."* A moradora também afirma que diariamente moradores vão até a Associação pedir comida, gás ou leite para as crianças, uma vez que mesmo os que trabalham raramente dão conta sozinhos.

Além das dificuldades mais evidentes como a falta de condições de adequar-se ao mercado mobiliário e à cidade formal, outros direitos considerados fundamentais são perdidos neste contexto, como a saúde física, mental, educação de qualidade, empregabilidade e nutrição (Silva, 2009). Sobre isso, Seu Manuel evidencia que não sabe o que seria da comunidade sem a ajuda da Associação e os parceiros sempre presentes.

Na história de Dona Maria Puerta, moradora da favela do Canindé na década de 1950, relatada no livro Quarto de Despejo, o dinheiro economizado para a compra de um terreno e construção de uma casa custou a saúde física dos oito filhos, aos quais não havia sobrado recursos suficientes que lhes garantissem tratamento imediato das enfermidades. Da mesma maneira, na Santos Andrade *"Todo dia vem gente pedir comida na Associação, comida ou gás, o pessoal não dá conta sozinho",* garantiu Dona Julita sobre a frequente necessidade de auxílio aos moradores.

Ao que indica minha percepção participante e falas locais, a grande maioria dos habitantes da comunidade da Santos Andrade trabalham de forma informal ou não trabalham. Uma vez que não adentrei o assunto profundamente com ninguém e não me vejo em posição de julgar sem esse conhecimento, não levarei em consideração neste momento um debate acerca das dificuldades ou esforços pessoais que levam uma pessoa a não conseguir, ou até mesmo não querer arrumar um emprego.

Tratando do que se sabe, que é a generalização da informalidade trabalhista na Santos Andrade assim como em muitas comunidades, podemos afirmar que a falta de um trabalho fixo e adequadamente remunerado gera, além de instabilidades econômicas, fragilidades psicológicas para esses indivíduos. Isso ocorre porque além

de se preocupar com a situação financeira, o indivíduo deve optar pela priorização de um ou outro direito básico (Maricato, 2003b).

Um fator muitas vezes desconsiderado quando externamente julgado é o preconceito existente em relação a moradores de comunidades informais, ao ponto que *"muita gente não consegue emprego se fala onde mora, por conta do preconceito"*, explica o morador João José. João, que possui um emprego remunerado fixo, me disse que não tem vergonha de dizer que mora em comunidade, embora muitos tenham. Dona Julita acrescenta que as relações sociais entre trabalho e a informalidade habitacional se manifesta em diversos âmbitos, desde o preconceito do mercado formal relatado por João, até a não aceitação da venda de produtos feitos em casa *"pode estar tudo limpinho, mas mora na beira rio, ninguém vai comprar", disse ela.*

A economia contemporânea, segundo Santos, incorpora um certo número de pessoas ao mercado de trabalho formal, por meio de novos empregos, enquanto por outro ela expulsa um número muito maior, criando assim o subemprego, o desemprego e a marginalidade, propulsores da desigualdade e da pobreza urbana (Santos, 1978). Portanto, a falta de formação profissional ou outros fatores relacionados à pobreza não são, por si só, os únicos obstáculos para conseguir um emprego formal, mas sim parte de um sistema mais amplo de camadas de subdesenvolvimento urbano.

Quando analisadas essas camadas, podemos compreender as consequências sequenciais advindas da falta de emprego, moradia e educação formal, dificuldade de acesso a alimentos e infraestruturas básicas, atingindo diretamente a vida intrafamiliar e em sociedade. Na comunidade, podemos perceber com frequência a presença de resíduos de bebidas alcóolicas próximos às casas, assim como relataram alguns moradores sobre outros que "pelas angústias da vida, se acabam em bebida", inclusive enquanto cuidam de crianças pequenas. Esse cenário aponta para uma normalização da dependência alcoólica e de situações de vulnerabilidade infantil, como já abordado anteriormente.

Por outro lado, a presença de agrupamentos familiares e laços de amizade dentro da comunidade permite com que muitas pessoas busquem e consigam manter empregos, tendo a confiança na rede de apoio, por exemplo, podendo deixar o filho com uma vizinha, além da facilidade de não precisar buscar a criança na creche ao final do expediente.

Se analisarmos a definição de Santos para os pobres como "aqueles cujo poder de compra é significativamente inferior ao considerado normal para o ambiente em que

vivem”, os resultados incluem a privação da satisfação de necessidades vitais, colocando a própria existência dos indivíduos em risco (Santos, 1978). Dessa forma, a falta de acessibilidade econômica acarreta em consequências inestimáveis, o que leva tantos indivíduos a optarem – na falta de alternativas – pela ilegalidade e precariedade habitacional, sendo ela a mais suportável dentro da gama de possíveis privações que envolvem a população urbana em situação de pobreza.

Na definição de Carolina (1960), sempre poética mesmo quando falando das coisas mais duras da vida, há muitas coisas belas no mundo que não é possível descrever, mas a que mais entristece é, sem dúvidas, os preços quando se vai às compras. Enquanto os novos empreendimentos engolem os terrenos livres do Campo Comprido e inevitavelmente parecem cercar a comunidade buscando mais áreas exploráveis, a visão de dentro da comunidade não aparenta sentir os impactos que possivelmente estão a caminho. Quando questionei Seu Orlando sobre sua percepção acerca do aumento da especulação imobiliária em volta da comunidade, e se eles haviam notado alguma mudança na rotina, ele me respondeu seriamente: “Não sei se foi por isso, mas que as coisas estão cada vez mais caras, estão muito”.

Fato é que essa não é a primeira vez que os moradores da Santos Andrade lidam com possíveis situações de despejo e realocação. Vários moradores já nos relataram que, aproximadamente dez anos atrás em uma proposta de realocação da COHAB, muitos moradores assentados próximos ao rio foram convidados a se retirar em troca de uma moradia em novo conjunto habitacional da organização. Conforme os moradores, na época foi inicialmente comunicado que a realocação seria para uma região próxima, mas que as famílias foram surpreendidas ao serem levadas até uma habitação coletiva no bairro Santa Cândida, a cerca de 17 quilômetros de distância da comunidade.

Embora em melhores condições habitacionais, a história contada é que a maioria das famílias acabou optando por voltar à comunidade após algum tempo, extremamente insatisfeitos com a distância, a falta de serviços, escolas, postos de saúde, comércios e linhas de ônibus na região. Com essa movimentação de volta, entre outras chegadas ocasionadas por motivos diversos, a comunidade voltou a crescer, quase que anulando os esforços de realocação realizados.

Esse relato sobre o Santa Cândida é muito presente nas rodas de conversa na comunidade, e eu mesma já ouvi diversas partes e detalhes variados da história, ainda que o conteúdo principal seja o mesmo, e nos comprove como o problema habitacional

não é, apenas, um problema de moradia física. “[...] na época eu avisei pra não confiar, sabia que era furada, por isso não fui”, alega Dona Alice, que estava na comunidade na época, mas não confiou na proposta que levou ao longínquo conjunto. A localização e a acessibilidade a serviços sociais, educacionais, comércios e transporte são aspectos básicos previstos ao adequado acesso à moradia e à cidade de forma digna, contemplado em diversos documentos como a Nova Agenda Urbana, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, entre outros.

É característico em Curitiba, assim como na maioria das cidades, a construção de conjuntos habitacionais populares frequentemente em áreas distantes dos assentamentos originais (Cardoso; Denaldi, 2018; Silva; Cardoso; Denaldi, 2022). Essas ações evidentemente contrariam diretrizes e acordos internacionais que visam a criação de cidades mais compactas e acessíveis a todos os habitantes (ONU, 1991, 2017, 2021). É importante considerarmos também outras resultantes da falta de eficácia das ações governamentais que, juntamente à uma vivência já permeada de violações de direitos, fomentam situações de violência (Barros, 2011), e não apenas a violência física propriamente dita, mas também a violência contra a inocência da infância ao crescer em um ambiente vulnerável e permeado de problemáticas como a dependência química.

Ademais da acessibilidade econômica e social, as questões da acessibilidade física na Santos Andrade são também bastante incômodas para a maioria dos moradores. Além da questão da pavimentação, que afeta significativamente o bem-estar dos moradores e dificulta seu deslocamento para o trabalho ou a escola sem se sujar ou precisar de um segundo par de calçados, a acessibilidade à cidadania também se mostra problemática, apesar da localização relativamente central da comunidade. Um exemplo bastante caricato é o acesso aberto “à força” nas grades que separam o terreno ocupado pela parte mais baixa da comunidade da maior praça pública da região, na Figura 38.

Figura 38: Acesso forçado da comunidade ao lazer

Fotos autorais

O recém requalificado Jardinete Professor Adelino Fressato com parquinho e quadra é, para a maioria dos habitantes de toda região, o único local de lazer facilmente acessível. Segundo moradores, a praça não suporta a demanda de crianças, que acabam em muitos momentos brincando nas ruas, expostas a riscos diversos desde carros em alta velocidade até a contaminação que permeia o rio. A Figura 38 expõe, à direita, o trajeto da comunidade até a cerca construída para bloquear o acesso direto, obrigando os moradores a darem uma volta muito maior que inclui trechos íngremes. Assim, a solução dos usuários do jardinete foi cortar um vão na cerca aramada, um gesto de contravenção que carrega um peso social enorme, a imposição do direito à acessibilidade.

Da mesma maneira que ocorreu com a camada de britas colocada em algumas áreas de piso de terra, o que atribuí especulativamente à aproximação das eleições municipais, também foi construída uma nova ponte pedonal em madeira. Em outros momentos em que estive na comunidade, cheguei a presenciar pessoalmente funcionários da prefeitura construindo uma nova ponte no lugar da anterior que estava apodrecendo, lembrando que a comunidade conta com quatro pontes que atravessam o Rio Mossunguê. Para mim, é particularmente curioso tentar compreender essas ações pontuais de melhorias por parte do poder público em contraste com tantas outras necessidades negligenciadas.

Também ouvimos lamentos sobre a dificuldade de pedir comida em casa, pois os motoboys costumeiramente ficam com medo de entrar em ruas de favelas, então é necessário emprestar um endereço próximo, formal, para que a comida seja entregue. A mesma coisa ocorre com carros de aplicativo, uma facilidade tão presente em nosso cotidiano, mas que nesse cenário torna-se luxo.

Outro aspecto resultante da censura velada de acessibilidades, e também um dos problemas com propostas mais votadas na Atividade 03, é a dificuldade no recebimento de correspondências e na utilização de serviços via aplicativo, uma vez que é necessário ter um endereço formalizado para cadastro. A comunidade possui, atualmente, alguns pontos de recebimento de correspondência que são compartilhados entre as mais de duzentas famílias que vivem sem um CEP regularizado: uma mercearia local, uma casa de apoio que oferece serviços diversos à população, e algumas moradias situadas no final de cada uma das ruas onde termina o asfalto e, portanto, existe serviço de entregas. A Figura 39 representa um desses pontos, bem cuidado e sinalizado, dada a responsabilidade de comportar tantos “CEPs” em uma única caixinha.

Figura 39: Um dos principais pontos comunitários de correspondência

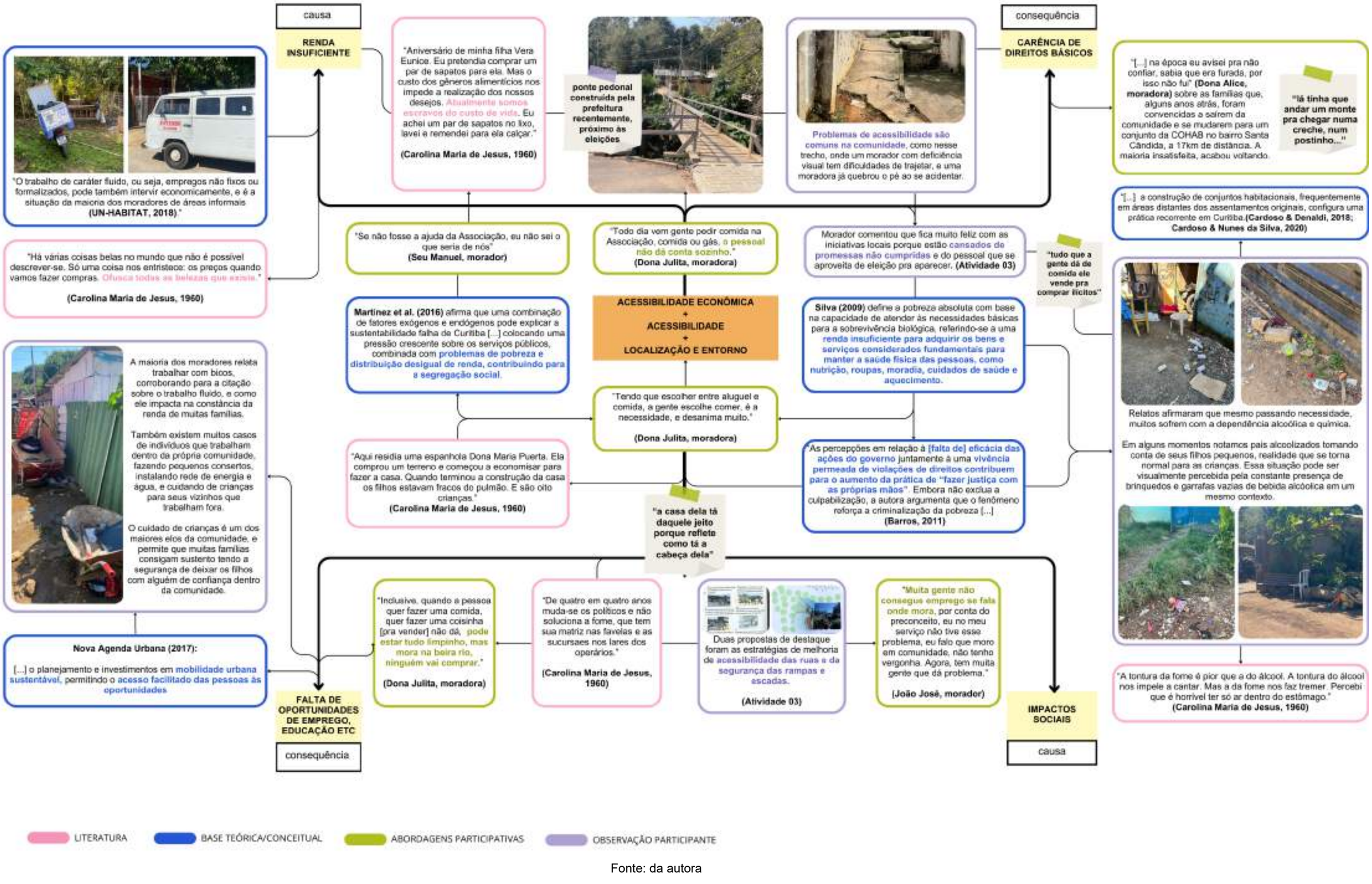
Foto autoral

A Figura 39 representa, acima de qualquer coisa, o aspecto colaborativo do compartilhamento das caixas de correspondência, o que vai além da mera divisão do

espaço de cartas. É importante destacar que, desde minha primeira visita na comunidade, foi possível perceber uma presença muito forte de um discurso positivo em relação ao senso de comunidade, a segurança e a satisfação com a vida no local, apesar de suas ausências diversas.

Para concluir este capítulo, acredito ser fundamental destacar que a acessibilidade, em suas diversas formas — econômica, física e social —, é crucial para garantir uma vida digna a qualquer indivíduo que habita a cidade contemporânea. As dificuldades enfrentadas nas comunidades informais, desde a falta de infraestrutura básica até a barreira ao acesso a serviços essenciais, como resume a Figura 40, revelam um cenário onde a marginalização se perpetua, não apenas pela ausência de políticas públicas eficazes, mas também pela persistente desigualdade estrutural.

Figura 40: Diagrama de acessibilidade econômica, acessibilidade, localização e entorno da Comunidade Santos Andrade



Fonte: da autora

4.3 A TRANSVERSALIDADE DA JUSTIÇA AMBIENTAL E DA MITIGAÇÃO DE RISCOS SOCIOAMBIENTAIS NA ABORDAGEM DE COMUNIDADES INFORMAIS

Refletindo a partir das análises das coletas em campo, percebo que a justiça ambiental e a mitigação de riscos socioambientais surgem como fatores transversais em todas as discussões, como parte indissociável das vivências em um território vulnerável. Embora a temática “riscos estruturais e vetores patológicos” apareça no conceito “habitabilidade” e também o “distanciamento de áreas perigosas” no conceito “localização” dos critérios de moradia adequada da ONU, sua complexidade não é coerente com uma abordagem rasa ou pontual.

Os riscos socioambientais emergem das interações entre sociedade e natureza, e se manifestam como ameaças à saúde, segurança e bem-estar dos indivíduos (Girão; Rabelo; Zanella, 2018), elementos muito presentes tanto através das minhas constatações quanto das questões levantadas pelos próprios residentes da comunidade. Incorporado a esse conceito, a justiça ambiental, ou no caso sua ausência, também permeia os resultados coletados na Santos Andrade de forma muito clara. Ela é evidenciada na inexistência de alcance do mercado habitacional formal pelos moradores que ali habitam, conforme apontada por Maricato (2003b), e na ocupação por essas pessoas de áreas inseguras da cidade por não haver outra opção, como expõe Rolnik (2006) e Santos (1993).

Também podemos percebê-los na estigmatização do território da Santos Andrade, visto como um espaço desprovido de qualquer qualidade que o torne “lugar”, o que resulta na fragmentação social da identidade comunitária (Wacquant, 2006) como um local de despejo de tudo que não mais serve à cidade formal (de Jesus, 1960). Esses fatores também são presentes nas culturas de negligência já enraizadas, que sustentam a poluição e a degradação fomentadas pela falta de infraestruturas formais, bem como na fragilidade da saúde mental das pessoas, o que acarreta em vícios, violências e privações.

Esse processo de omissões advindas de todos os lados envolvidos acaba perpetuando ainda mais os ciclos de desigualdade socioambiental, retroalimentando a produção de mais riscos e impactos vividos pelos indivíduos e, concomitantemente, pelo meio onde habitam.

Essas constatações evidenciam que os desafios ambientais contemporâneos não são apenas decorrentes de fatores naturais, mas também resultantes de processos sociais que impactam diretamente a qualidade de vida e o equilíbrio ecológico. À luz dessas considerações, fica evidente que os riscos socioambientais não podem ser tratados como meras consequências isoladas de problemas estruturais, mas sim como parte integrante de um sistema complexo de exclusão e vulnerabilidade.

As condições precárias de habitabilidade, somadas à falta de acesso a serviços básicos e à ausência de políticas públicas eficazes, reforçam a marginalização dos territórios informais. Assim, a justiça ambiental emerge como um imperativo ético e político para a construção de um ambiente mais equitativo, no qual cada comunidade possui resiliência física e instrumental para lidar com quaisquer adversidades que venham a atingi-la.

Para tanto, é imprescindível não apenas reconhecer as desigualdades existentes e implementar ações concretas voltadas à inclusão urbana social e proteção ambiental, mas também abordar essas comunidades considerando toda a sua heterogeneidade contextual (Leite, 2023). É crucial desconstruir a visão simplista de que favelas são homogêneas, compostas por indivíduos igualmente vulneráveis, ocupando ambientes igualmente frágeis e compartilhando relações e dinâmicas de vida análogas, apenas por habitarem um território visualmente compatível.

Desta maneira, acredito que uma abordagem que integre igualmente a justiça ambiental e a mitigação de riscos socioambientais à segurança de posse, integração cultural, infraestrutura urbana e habitacional, e acessibilidade financeira e física, conforme indicado pela ONU como critérios fundamentais da dignidade humana, pode contribuir significativamente para o desenvolvimento de cidades verdadeiramente sustentáveis, ou seja, capazes de atender às necessidades da geração atual sem comprometer as das futuras (WWF, 2024).

No que se trata de Curitiba, mudanças na maneira de atuar dentro dos territórios vulneráveis, através de políticas públicas justas e planejamento urbano integrado, são inadiáveis visando uma capital que não mais consolida-se através de processos excludentes e elitistas (Souza; Samora, 2022).

O aumento da atuação pública social recente através de pavimentações com brita e novas pontes, perceptivelmente próxima às eleições municipais, parece demonstrar que a justiça ambiental e mitigação dos riscos socioambientais nas favelas só são pauta prioritária quando o “mostrar serviço à população” é mais urgente.

A falta de atenção sistemática e contínua para com as necessidades de todas as camadas sociais evidencia um padrão de negligência e um ciclo de políticas temporárias que tratam sintomas e não as causas profundas das desigualdades. A implementação de medidas de curto prazo, frequentemente impulsionadas por conveniências políticas, não só perpetua a marginalização desses territórios, mas também reforça a fragmentação social e a perpetuação de condições precárias.

Portanto, é imperativo que Curitiba e outras cidades enfrentem os desafios socioambientais com uma visão holística e integrada. Somente por meio de uma abordagem abrangente, que considere a complexidade das realidades locais e a diversidade das necessidades comunitárias, será possível promover mudanças duradouras e equitativas. A transformação das condições de vida nos territórios vulneráveis deve ser alicerçada em um planejamento urbano inclusivo e sustentável, que não apenas responda às demandas imediatas, mas também crie as bases para um futuro mais justo e equilibrado para todos os cidadãos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Acredito que praticamente todos os problemas no mundo vêm da desigualdade de um tipo ou outro.” (Amartya Sen)

Para concluir uma pesquisa que se lança a trabalhar com diferentes grupos, graduação, pós-graduação, terceiro setor e comunidade; mediante estratégias variadas, incluindo algumas que fogem do tradicional acadêmico, é necessário antes fazer alguns fechamentos importantes.

O objetivo inicial da dissertação foi avaliar, através de análises contextuais e abordagens participativas na comunidade Santos Andrade, em Curitiba, de que maneira essas metodologias com caráter colaborativo podem destacar as características e capacidades únicas de cada território, tendo seus moradores no centro dos processos de mudança. Neste âmbito metodológico, considera-se essencial também compreender de que forma a base teórica da pesquisa se reflete em campo, permitindo o cruzamento de dados desejado para corroborar com o cumprimento dos objetivos.

Resultante de um processo estrutural de desigualdade socioambiental no desenvolvimento urbano, consolidado desde a urbanização das cidades brasileiras, a Santos Andrade é retrato estigmatizado, como a maioria das comunidades, de bolsões de pobreza onde para a cidade formal não habitam pessoas, mas números parte de um paradigma problemático de ausências diversas. Diferente do que se conhece tradicionalmente das formações informalizadas periféricas, a Santos Andrade ocupa um espaço centralizado da “capital ecológica”, a cada dia mais estrangulado e circundado pelo expansivo crescimento da especulação imobiliária local.

Na ocupação às margens do Rio Mossunguê, que, conforme apontado por Seu Manuel, funciona como um sumidouro para diversos tipos de despejos tanto internos quanto externos à comunidade, mais de duzentas famílias enfrentam uma realidade marcada pela privação de direitos básicos e pela exposição a múltiplos riscos socioambientais. A mera proximidade do rio em interação com tantas fragilidades sociais acaba por vulnerabilizar ainda mais essa população, contribuindo para cenários cíclicos de pobreza multidimensional que se refletem na informalização de

empregos, limitações financeiras e falta de infraestruturas mínimas para a garantia do bem-estar humano.

Ademais, os relatos dos moradores que lidam diariamente com o medo do despejo forçado trazem à tona a face mais dura das cidades e de suas políticas públicas, que costumam atuar de forma parcial e, frequentemente, privilegiam os bairros mais abastados em detrimento das comunidades, facilmente enxergues como algo errado a se eliminar.

Com mais de cinquenta anos de história, a Santos Andrade se mantém sólida em meio a um dos bairros mais elitizados de Curitiba, que se propaga há quase tanto tempo quanto o início da ocupação da região como um símbolo de sustentabilidade e igualdade urbana. Além de longe da realidade, esse discurso ilusório de cidade ideal mantido por Curitiba parece agravar mais ainda as desigualdades para as camadas vulneráveis, que se tornam invisíveis perante as ações voltadas à manutenção dessa imagem de perfeição muitas vezes mantida por meio de ações superficiais e políticas públicas elitistas.

Além disso, Curitiba dispõe de uma ampla gama de levantamentos voltados para a gestão das vulnerabilidades socioambientais, incluindo matrizes de risco e levantamentos de áreas vulneráveis. Esses documentos, que frequentemente permanecem apenas no papel, têm um enorme potencial para impulsionar ações voltadas para a resiliência urbana e ambiental, essenciais diante da atual crise climática e humanitária global. Portanto, pode ser constatado que embora Curitiba seja notória em diversos aspectos quando comparada a outras cidades, também permite-se estagnar em um discurso desatualizado e acaba tornando-se omissa em diversos aspectos inadiáveis como configura-se o adequado tratamento e atenção às populações e ambientes mais fragilizados.

O ODS11, que trata de “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”, expõe claramente nos tópicos 11.1 e 11.3 (Nações Unidas, 2015a) a necessidade de integrar as comunidades informais às cidades através de processos de urbanização, servindo como base para garantir assim o acesso à infraestruturas, emprego, educação, comércios, transporte de qualidade entre outros fatores abordados nesta pesquisa. Por isso é imperativo que Curitiba olhe para a sua realidade atual, sem máscaras, e implemente mudanças que

assegurem a justiça ambiental para todos os cidadãos, integrando as favelas ao tecido urbano e promovendo assim, a consolidação e a fundamentação empírica de sua enaltecida reputação. Além de beneficiar todos que habitam a cidade e possuem, portanto, o direito nato a ela, o meio ambiente de interesse comum pode ser revitalizado e preservado visando um desenvolvimento urbano mais sustentável.

Com base nisso e nas investigações da pesquisa, é possível afirmar que tratar de processos relacionados à urbanização de comunidades informais é um desafio profusamente mais complexo do que se concebe em nossa sociedade, e exige muito além das soluções técnicas tradicionais atualmente propostas na maioria das cidades, requerendo uma abordagem que considere as realidades sociais, ambientais, econômicas e culturais de cada território.

Embora não se possa ignorar as ausências e precariedades presentes nas favelas, é crucial reconhecer que existe uma coesão social significativa e um processo de resistência e colaboração entre os moradores – o que no começo da pesquisa compreendemos por "*Polis"*, laços de vivência e convivência existentes em cada território. Essa rica diversidade de talentos, saberes locais, redes de apoio e iniciativas de auto-organização existentes, quando adequadamente valorizadas e apoiadas, podem se transformar em poderosos motores de desenvolvimento sustentável e inclusão social.

Nesse contexto, as abordagens participativas emergem como ferramentas fundamentais para promover essa valorização e inclusão, fomentando a efetividade e sustentabilidade das intervenções urbanísticas nesses espaços. Tendo isso em vista, o reconhecimento das práticas e dinâmicas que emergem dessas comunidades muitas vezes geram frutos estratégicos que podem ser incorporados na cidade formal como inovações valiosas, desafiando a visão estigmatizada que se limita apenas às carências.

O estudo do caso da comunidade Santos Andrade permitiu, pra além da realização desta pesquisa, a materialização de uma identidade representativa da complexidade heterogênea de riquezas, fragilidades, potências e desafios presentes em um contexto de informalidade. Enquanto a Santos Andrade traz rostos, nomes e espaços reais que permitem tangibilizar a pesquisa acadêmica através de um contexto específico, as fórmulas básicas que compõe as situações de risco e

fragilidade socioambiental dessa comunidade são parecidas com as de qualquer outro local onde exista uma sobreposição das multidimensionalidades da pobreza urbana. Isso se comprova na convergência do estudo em campo com as literaturas de tantos autores referenciados nessas páginas, e com a obra de Carolina Maria de Jesus, provas materiais de uma realidade quase estagnada há décadas.

Da mesma forma, é possível considerar que a utilização de abordagens participativas e a construção de projetos e processos de urbanização em conjunto com a comunidade também podem funcionar como uma fórmula básica que pode ser aplicada, com todas as variáveis contextuais necessárias, em diferentes territórios de forma a valorizar e compreender as necessidades específicas de cada um.

Assim, atingindo o objetivo desejado, a pesquisa ao mesmo tempo que estudou a fundo um contexto específico, demonstrou as possibilidades de um formato metodológico de abordagem do meio urbano vulnerável que não se limita à Santos Andrade, mas que pode adaptar-se a diferentes de circunstâncias, culturas e povos, de maneira que as formas de coleta e análise respondam ao território estudado, a vivência dos moradores, demais atores e o próprio espaço temporal.

Portanto, é possível considerar como resultado mais rico desse processo a compreensão da heterogeneidade de uma comunidade, que é, como ocorre na Santos Andrade, composta de tantas outras comunidades dentro de si, com diferentes povos, origens, culturas, práticas, vulnerabilidades e visões de futuro. Isso é perceptível desde as denominações quanto ao “território das baianas” ou “lá embaixo, na favela”, referindo-se ao espaço onde ficam os “noias”, e até pelos padrões de organização do espaço comum e a interação entre os diferentes núcleos. E essa heterogeneidade, em si, responde ao objetivo de pesquisa ao permitir compreender a importância e possibilidades advindas do uso de abordagens participativas para fomentar as políticas públicas no tratamento das favelas brasileiras.

Essa percepção do território informal permite vê-lo não como um bolsão estigmatizado de pobreza urbana, mas como um espaço sim, problemático, mas também muito rico em possibilidades e histórias reais consolidadas, vidas moldadas naquele espaço e perante as dinâmicas sociais existentes. Essas condutas caracterizam uma população que responde, por meio da ocupação de áreas informais e da vivência constante sob riscos socioambientais diversos, aos defeitos e injustiças

da própria cidade, o que torna imperativo que não sejam ignoradas apenas por uma preconcepção de equívoco pautada em preconceitos estruturados em nossa desigual sociedade.

À vista disso, pode-se concluir que esta pesquisa permitiu a vivência de um processo muito rico e transformador, influenciado e moldado pelas pessoas envolvidas, tanto na organização quanto os moradores, e pelo ambiente em que vivem, seus riscos, injustiças e forças de caráter único. Todas essas questões reiteram a urgência de repensar as estratégias urbanas para promover uma cidade verdadeiramente inclusiva, que considere as necessidades de todos os seus habitantes junto à preservação de seus territórios, e para além das ausências e números estatísticos, as potencialidades das relações humanas de afeto.

Dada a perspectiva etnográfica da pesquisa, considera-se como uma delimitação natural a impossibilidade de controle da participação dos mesmos moradores em todas as dinâmicas, o que impõe alguns desafios na aplicação de uma abordagem continuada uma vez que diferentes pessoas terão divergentes opiniões e percepções do meio. Em trabalhos com comunidades, a mobilização dos indivíduos é essencial para a riqueza de resultados, mas possui um limite de influência e até mesmo da disponibilidade individual dos participantes.

Ademais, considera-se ter sido um fator influente a ausência da principal liderança comunitária nos dias de dinâmica na comunidade, ocasionada por demandas pessoais dessa liderança fora de Curitiba. Embora essas informações fossem de conhecimento de todos os organizadores desde o início, era necessária a realização das atividades aos finais de semana pensando na plena participação da maioria, o que infelizmente não contabilizaria essa liderança. Embora outros indivíduos voluntários da Associação de Moradores tenham prestado auxílio essencial e afetuoso, julga-se que a presença da liderança principal possui também um caráter de agenciamento, passando para além da divulgação de informações e incentivo à participação, confiança e endosso ético daquela interação.

Como sugestões para futuras pesquisas na área, os achados da dissertação podem ser aprofundados, assim como outros aspectos não analisados neste escopo podem ser explorados, como é o caso das condições legais das situações de despejo

perante processos de gentrificação urbana, como atualmente ocorre na Santos Andrade.

Certamente recomendo, em especial em pesquisas de campo, a criação de elos entre organizações de confiança atuantes no local, como no caso desta pesquisa foi com a TETO, e também se couber no escopo do estudo, com disciplinas de graduação como foi realizado com os alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo. O processo conjunto permitiu além de um refinamento e maior abrangência das metodologias de coleta em campo, a possibilidade dos estudantes experienciarem uma realidade pouco abordada dentro da Arquitetura e Urbanismo e desenvolverem relações de sensibilidade e empatia através da profissão para a qual estão em treinamento para exercer. Além dos alunos, pode-se considerar que todos os envolvidos tiveram a oportunidade de aprender algo com a experiência e vivência do outro, objetivando aflorar também para os moradores perspectivas acerca das possibilidades e potencialidades locais, validando-os como indivíduos cuja voz é essencial e mais do que merece, deve ser ouvida.

Considerando a abordagem participativa da pesquisa, compreende-se que o meu saldo como pesquisadora participante pode ter sido, quem sabe, o mais rico de todos, uma vez que me permitiu interagir e me aproximar de tantas maneiras diferentes de pessoas muitas vezes marginalizadas na nossa sociedade, apenas para relembrar que a única coisa que separa elas de quem vive em situação de formalidade na cidade é um número de CEP e uma justiça ambiental que lhes permita acessar tudo o que deviam ter direito.

Como encerramento, me permito um último exercício como pesquisadora participante trazendo meu próprio mapa conceitual da comunidade, mais uma vez demonstrando visualmente – como tendencio a preferir – o cumprimento dos meus objetivos para com esta pesquisa. Essa leitura cartográfica conceitual é resultado da minha leitura pessoal da identidade da comunidade e, sendo parte de uma experiência de poucos meses, trata-se do entendimento de núcleos que pude ter, e não retrata a realidade completa ou a visão de qualquer um além de mim, a partir de minhas vivências nesse período, leituras e visões de mundo.

Esse mapa, a Figura 41, mostra a Santos Andrade para além das características físicas ou preconcepções estigmatizadas, compreendendo que a

existência de ausências não exclui a também existência de valor. Como sugerido por Tuan (1983), um *espaço,* inicialmente percebido de forma indiferenciada – como um território vulnerável em meio a uma cidade que não garante o acesso à ela para todos, transforma-se em *lugar* à medida que nos familiarizamos com ele e lhe atribuímos significado e valor.

A comunidade, então, torna-se um *lugar*, com suas ausências, dificuldades e potencialidades — um lugar de histórias, de vidas e de vozes que precisam ser ouvidas.

Figura 41: Mapa conceitual das dinâmicas e núcleos heterogêneos percebidos pela pesquisadora na Santos Andrade

Fonte: da autora

EPÍLOGO: MEMÓRIAS CARTOGRÁFICAS DE MAPAS INVISÍVEIS

Eram meados de fevereiro quando cheguei, animada,
era meu primeiro trabalho de campo, minha primeira experiência real,
como não estaria?
Sentia que podia compartilhar tantos conhecimentos,
engrandecer ideias, mostrar novos horizontes...
Mas aquele território que não era meu
me mostrou que tudo que eu sabia era muito,
(como dizia meu vô) muito pouco!

Comecei escrevendo sobre uma comunidade entre tantas outras,
mas quanto mais eu me aproximava e mais de perto olhava
e, principalmente, por me permitir ouvir,
descobri tantas mais camadas em suas cores, em suas dores.
Vários universos infinitos dentro do que, de fora
pode parecer apenas uma porção de pobreza,
um quarto de despejo,
de uma cidade vendada.

E se os olhos da cidade não veem, se seu coração não sente
a presença de tanta injustiça,
não será essa a maior beleza
que nós, estudiosos, acadêmicos,
possamos ser surpreendidos, escancarados, reinventados e desnudados
de nossas ideias criadas e exploradas dentro de nossas bolhas?
Bolhas vivas, dessas cidades que respiram e transpiram desigualdade.
Quem define o limite da cidade? Quem define aqueles que são
e aqueles que ali nem estão?

Compreendi a ausência da *urbe* naquele território,
sem esgoto, sem governo, sem dignidade.
Onde se pisa com um pé em cada lado do direito à cidade.
E mesmo assim, nada nesse tal que nem lugar é considerado

me deixou mais incomodada do que encarar minha própria realidade.
Lá onde o asfalto toca o chão,
sem papo, sem polis.
Quem é o meu vizinho? Não conheço, nunca nem vi...

E vendo e convivendo com tantas dinâmicas e histórias,
eu entendi o que é o social do urbanismo que tanto citei.
Ali dentro tem sempre muito mais do que esperamos
e mais do que podemos saber.
Comunidade é uma palavra pequena para o tanto que elas são
tão complexas, tão heterogêneas, tão injustas, tão fortes.
Comunidade é tanta potência que eu,
que nem com meu vizinho falo,
pouco consigo compreender, pouco posso dizer.

Mas o que esteve ao meu alcance, tentei expressar nessas páginas
e se você sentiu pelo menos um pouco disso, valeu a pena.
Obrigada, Santos Andrade, por tudo que foi, por tudo que ainda será.
Cada olhar, cada fofoca, cada história, cada caminhada
mudou um pouco da forma como olho, falo e caminho pela vida
desejando e buscando que cada vez mais gente entenda:
Não é sobre a Santos Andrade, ou a Tiradentes,
nem sobre a Rocinha, ou o Morro do Alemão.

É sobre as baianas, e os “nóias” que não gostam delas,
é sobre os evangélicos, e sobre os que “nem sabiam que era favela”,
é sobre a pracinha improvisada,
sempre embalada em uma boa prosa entre vizinhos e alguma música.
É sobre as crianças brincando na beira de um rio poluído,
com esgoto “de favela” e esgoto que vem escondido,
de mansinho por debaixo dos muros altos dos condomínios
que engolem terrenos, encarecem as contas e o feijão no mercado.

E também sobre quartos de despejo,
quem dera, Carolina, fosse história do passado

as comunidades serem tão invisíveis
e quando não são, serem aterros, cemitérios, sumidouros, bodes expiatórios
de tudo que dá errado, tudo que não serve mais.

Mas é aí que o povo se engana, e mal imagina como perde com isso.
Porque o informal nada mais é do que a resposta viva
de tudo que foi privado, omitido e ignorado
feito, resolvido, organizado e sobrevivido.
Resultado de colaboração, participação,
coisa que a gente, do lado de cá, nem conhece.
A gente nem se conhece!

É clichê, mas que o fim desse trabalho seja um começo,
que Deus me permita seguir minha jornada e
quem sabe, inspirar outras também (inclusive minhas próprias!)
e aqueles que queiram também mudar, pelo menos um pouco, desse mundo.
Mesmo que o que possamos fazer seja só uma gota no oceano,
Madre Teresa bem disse,
apenas ela já o torna menor.

Esse trabalho nunca foi sobre minha voz, eu fui uma mera intérprete
de vozes muito mais importantes, vozes oprimidas, nunca ouvidas.
Que essas vozes se tornem gritos, e os gritos se tornem mudanças.
que os quartos de despejo sejam vistos como o que verdadeiramente são:
a reinvenção da cidade através da vida, vida que faz o lugar ser lugar,
lugar de ser daqueles que, para muitos, simplesmente não são
por onde estão.

Que esse seja o maior resultado, o objetivo atingido após todo esse aprendizado
que foi, em maioria, meu!
Ao contrário do que pensei, era a comunidade que tinha algo para me ensinar,
porque fui apenas instrumento da vida como ela é, em sua versão mais crua
do lado de lá da rua, onde o asfalto acaba
e você pode ficar com um pé na cidade e o outro, na resistência.
Do "lado de lá.

REFERÊNCIAS

ABIKO, Alex. **Urbanização De Favelas: Procedimentos De Gestão**. Porto Alegre: Antac, 2009. (Recomendações Técnicas Habitare). v. 4

ABRAMO, Pedro (org.). **Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras**. Porto Alegre: ANTAC, 2009. (Coleção Habitare/Finep).

ACOSTA, Claudia *et al.* **Social Urbanism in Latin America. Cases and Instruments of Planning, Land Policy and Financing the City Transformation with Social Inclusion**. [*S. l.: s. n.*], 2022.

ACSELRAD, Henri (org.). **Conflito Social e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro**. 1. ed. [*S. l.*]: Relume Dumará, 2004. Disponível em: https://conflitosambientais.org/wp-content/uploads/2023/06/CONFLITO-SOCIAL-E-MEIO-AMBIENTE-NO-ESTADO-DO-RJ.pdf. Acesso em: 7 ago. 2024.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. O que é Justiça Ambiental?. [*s. l.*], 2009. Disponível em: https://conflitosambientais.org/wp-content/uploads/2023/06/Justamb.2021.OQuee_.livro_.pdf. Acesso em: 7 ago. 2024.

AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. **Curitiba é a capital menos desigual do Brasil, aponta Instituto Cidades Sustentáveis**. [*S. l.*], 2024. Disponível em: https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Curitiba-e-capital-menos-desigual-do-Brasil-aponta-Instituto-Cidades-Sustentaveis. Acesso em: 3 maio 2024.

AGÊNCIA SENADO. **Mais de 4 milhões de brasileiros não têm acesso a banheiro, aponta relatório**. [*S. l.*], 2024. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/02/21/mais-de-4-milhoes-de-brasileiros-nao-tem-acesso-a-banheiro-aponta-relatorio. Acesso em: 19 maio 2024.

ALMANSI, Florencia; MOTTA, Jorge Martín; HARDOY, Jorgelina. Incorporating a resilience lens into the social and urban transformation of informal settlements: the participatory upgrading process in Villa 20, Buenos Aires (2016–2020). [*s. l.*], 2020. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0956247820935717. Acesso em: 28 nov. 2023.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante / Michael Angrosino**. Porto Alegre: Artmed, 2009. (Coleção pesquisa qualitativa).

ANGUELOVSKI, Isabelle *et al.* Equity Impacts of Urban Land Use Planning for Climate Adaptation: Critical Perspectives from the Global North and South. **Journal of Planning Education and Research**, [*s. l.*], v. 36, n. 3, p. 333–348, 2016.

ARGUETA, Lourdes Brazil dos Santos *et al.* Zonas de sacrifício e injustiças ambientais: uma reflexão sobre os impactos da pandemia/ Sacrifice zones and environmental injuries: a reflection on the impacts of the pandemic. **Brazilian Journal of Development**, [*s. l.*], v. 7, n. 7, p. 66431–66441, 2021.

ARQUITEC IAU USP. **Cartilha da Cidade**. [*S. l.*], 2023. Disponível em: https://arquitec.iau.usp.br/projetos/cartilha-da-cidade. Acesso em: 1 mar. 2024.

BARBOSA, Jorge Luiz; SOUZA E SILVA, Jailson de. As favelas como territórios de reinvenção da cidade. [*s. l.*], n. 1, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. [*S. l.*]: Presses Universitaires de France, 1977. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod_resource/content/1/BARDlN__L._1977._Analise_de_conteudo._Lisboa__edicoes__70__225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf. Acesso em: 29 nov. 2023.

BARROS, Lia Canejo Diniz. VIOLÊNCIA, CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA E OS DESAFIOS PARA A CONSTITUIÇÃO DA CIDADANIA. [*s. l.*], 2011.

BOULOS, Guilherme; SILVA, Claudio Rodrigues da. Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto. **ORG & DEMO**, [*s. l.*], v. 15, n. 1, 2014. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/3986. Acesso em: 8 ago. 2024.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3. ed. [*S. l.*]: Editora Brasiliense, 1987. Disponível em: https://pdfcoffee.com/brandao-c-r-repensando-a-pesquisa-participantepdf-pdf-free.html. Acesso em: 13 ago. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 05 de Outubro de 1988. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 3 maio 2024.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 3 maio 2024.

BRASIL. **Lei do Inquilinato**. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8245.htm. Acesso em: 24 maio 2024.

BRENNER, Neil; MARCUSE, Peter; MAYER, Margit. Cities for people, not for profit. **City**, [*s. l.*], v. 13, n. 2–3, p. 176–184, 2009.

BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e cultura**. [*S. l.*]: Cortez, 1997. Disponível em: https://bds.unb.br/handle/123456789/57. Acesso em: 19 ago. 2024.

BRUNER, Edward. Introduction: The Ethnographic Self and the Personal Self. *In*: ANTHROPOLOGY AND LITERATURE. University of Illinois Press: Benson, Paul, 1993. (Urbana).

CÁRDENAS, Ana Lucía. **Proyecto Urbano Integral Nororiental en la Zona Nororiental de Medellín**. Medellín: Dirección General de Comunicaciones de la Alcaldía de Medellín, 2006. Disponível em: https://www.edu.gov.co/images/publicaciones/proyecto-Urbano-Integral%20-en-la-zona-Nororiental-de-Medellin.pdf. Acesso em: 20 maio 2024.

CARDOSO, Adauto Lúcio. Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas. **Cadernos Metrópole**, [*s. l.*], n. 17, 2007. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8771. Acesso em: 4 mar. 2024.

CARDOSO, Adauto Lucio. O Programa Favela-Bairro - Uma Avaliação. [*s. l.*], v. Universidade Federal do Rio de Janeiro Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano e Regional, 2005.

CARDOSO, Adauto Lucio; DENALDI, Rosana (org.). **Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC**. Observatório das Metrópoles - IPPUR / UFRJ: [*s. n.*], 2018. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2019/06/Adauto-CARDOSO-e-Rosana-DENALDI-Urbaniza%C3%A7%C3%A3o-de-favelas-no-Brasil.pdf. Acesso em: 4 mar. 2024.

CARERI, Francesco. **Walkscapes: o caminhar como prática estética**. [*S. l.*]: Gustavo Gili, 2002.

CARNEIRO, C. B.; VEIGA, L. O conceito de inclusão, dimensões e indicadores. **Pensar BH – Política Social**, [*s. l.*], n. 2, 2004.

COHAPAR, 2023. **Pesquisa de Necessidades Habitacionais do Paraná. Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná (PEHIS-PR).** [*S. l.*]: Companhia de Habitação do Paraná, 2023. Disponível em: https://www.cohapar.pr.gov.br/sites/cohapar/arquivos_restritos/files/documento/2024-04/pesquisa_2023_resultados_ultima_versao.pdf. Acesso em: 24 abr. 2024.

CUTTER, Susan L. Urban Risks and Resilience. *In*: URBAN INFORMATICS. [*S. l.: s. n.*], 2021. p. (pp.197-211).

DAVIS, Mike. Planet of Slums. **Planet of Slums**, [*s. l.*], v. 23, n. 2, p. 6–11, 2006.

DE ABREU, Rafael C. *et al.* Contribution of Anthropogenic Climate Change to April–May 2017 Heavy Precipitation over the Uruguay River Basin. **Bulletin of the American Meteorological Society**, [*s. l.*], v. 100, n. 1, p. S37–S41, 2019.

DE JESUS, Carolina Maria. **Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada**. 10ª Ediçãoed. São Paulo: Ática, 2019.

DE MARTINO, Isabela R. L.; FREITAS, Gilberto. DIREITO À MORADIA: OCUPAÇÕES IRREGULARES EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP). **MARTINO, I. R. L.; FREITAS, G. P. . DIREITO À MORADIA: OCUPAÇÕES IRREGULARES EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP). Revista Querubim (Online), v. Especi, p. 61-75, 2018.**, [*s. l.*], p. 61–75, 2018.

DENALDI, Rosana. **Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses**. 2003. text - Universidade de São Paulo, [*s. l.*], 2003. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-24102022-113354/. Acesso em: 4 mar. 2024.

DESCHAMPS, Marley Vanice. **VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**. 2004. [*s. l.*], 2004.

DO VALLE, Nathália; MISAKA, Marcelo Yukio; FREITAS, Renato Alexandre da Silva. Uma reflexão crítica aos movimentos de lei e ordem - teoria das janelas quebradas. [*s. l.*], v. 3, n. 4, p. 146–162, 2018.

ECHEVERRI, Alejandro; ORSINI, Francesco M. Informalidad y Urbanismo Social en Medellín. **Medellín: medio ambiente, urbanismo y sociedad**, [*s. l.*], n. Fondo Editorial Universidad EAFIT, 2010. Disponível em: https://www.eafit.edu.co/centros/urbam/articulos-publicaciones/Documents/111103_RS3_AEcheverri_%20P%2011-24.pdf. Acesso em: 20 maio 2024.

FALCÃO, Adriano da Silva; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. EXPERIÊNCIAS DO URBANISMO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA: APROXIMAÇÕES NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [*s. l.*], v. 18, n. 1, 2022. Disponível em: https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6386. Acesso em: 4 mar. 2024.

FARIA, Vilmar E. CINQÜENTA ANOS DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL. [*s. l.*], 1991.

FARIAS, Ariadne. Inundações urbanas em Francisco Beltrão/PR : riscos e vulnerabilidades socioambientais. [*s. l.*], 2019. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/66322. Acesso em: 8 nov. 2023.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª Ediçãoed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLINDERS, Matthew; CUNNINGHAM, Malaika. **Participatory Arts and Political Engagement**. [*S. l.*], 2017.

FONSECA, Ana Carla. **O que falta para o Rio ser Medellín?**. [*S. l.*], 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/14/politica/1523657555_680464.html. Acesso em: 20 maio 2024.

FRAZON, Nathalia Alves. **HABITAÇÃO EM ESPAÇOS VULNERÁVEIS: UM ESTUDO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE URBANIZAÇÃO EM CURITIBA/PR**. 2020. Dissertação - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9271154. Acesso em: 22 mar. 2024.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit Habitacional no Brasil. *In*: 2021. Disponível em: https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/. Acesso em: 4 mar. 2024.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **NOTA TÉCNICA: OS DESAFIOS DO CÁLCULO DO DÉFICIT HABITACIONAL FRENTE AO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2022**. [*S. l.: s. n.*], 2023.

GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. **Cidade espetáculo : política, planejamento e City Marketing**. [*S. l.*]: Palavra, 1997.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. [*S. l.*]: Perspectiva, 2010. Disponível em: https://www.amazon.com.br/Cidades-Para-Pessoas-Jan-Gehl/dp/8527309807. Acesso em: 4 mar. 2024.

GEO/PEHIS. **Mapa Interativo - Plano Estadual de Habitação de Interesse Social**. [*S. l.*], 2019. Disponível em: https://www.sistemas.cohapar.pr.gov.br/PEHISPUBLICO/mapaParana2019.php. Acesso em: 29 fev. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIRÃO, Ítalo Renan Ferreira; RABELO, Davi Rodrigues; ZANELLA, Maria Elisa. Análise teórica dos conceitos: Riscos Socioambientais, Vulnerabilidade e Suscetibilidade. **Revista de Geociências do Nordeste**, [*s. l.*], v. 4, p. 71–83, 2018.

GOUVÊA, Ronaldo Guimarães. **A questão metropolitana no Brasil**. [*S. l.*]: Editora FGV, 2005. Disponível em: https://editora.fgv.br/produto/detalhe/1798/a-questao-metropolitana-no-brasil. Acesso em: 4 mar. 2024.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [*s. l.*], v. 22, n. 2, p. 201–209, 2006.

HAMMERSLEY, Martyn; ATKINSON, Paul. **Ethnography: Principles in Practice**. [*S. l.*]: Psychology Press, 1995.

HAMRA, José Eduardo Calijuri. **Urbanismo bottom-up: sociedade em rede e processos de urbanização emergentes**. 2018. Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo - Universidade de São Paulo, São Carlos, 2018. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-31082018-160155/. Acesso em: 10 ago. 2024.

HARVEY, David. Os limites do capital. [*s. l.*], n. Boitempo, 1982.

HARVEY, David. The right to the city. **International Journal of Urban and Regional Research**, [*s. l.*], v. 27, n. 4, p. 939–941, 2003.

IBGE. **IBGE | Biblioteca | Detalhes | Atlas do censo demográfico 2010**. [*S. l.*], 2010. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=264529. Acesso em: 7 nov. 2023.

IBGE. **Panorama do Censo 2022**. [*S. l.*], 2023. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/. Acesso em: 6 nov. 2023.

IDMC, International Displacement Monitoring Centre; NRC, Norwegian Refugee Council. **Global Report on Internal Displacement (GRID)**. [*S. l.: s. n.*], 2023. Disponível em: https://www.internal-displacement.org/sites/default/files/publications/documents/IDMC_GRID_2023_Global_Report_on_Internal_Displacement_LR.pdf. Acesso em: 9 nov. 2023.

IFRC. **What is a disaster? | IFRC**. [*S. l.*], 2022. Disponível em: https://www.ifrc.org/our-work/disasters-climate-and-crises/what-disaster. Acesso em: 8 nov. 2023.

IFRC; WWF. **Working with nature to protect people: how nature-based solutions reduce climate change and weather related disasters**. [*S. l.: s. n.*], 2022.

ILO. **The employment impact of climate change adaptation – Input Document for the G20 Climate Sustainability Working Group**. Geneva: [*s. n.*], 2018.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil**. [*S. l.*], 2022. Disponível em: https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/4106902/indicators/. Acesso em: 7 dez. 2023.

INSTITUTO ECOAR *et al.* (org.). **Manual de Metodologias Participativas para o Desenvolvimento Comunitário**. [*S. l.: s. n.*], 2008.

INSTITUTO TRATA BRASIL. Ranking do Saneamento 2024 - Trata Brasil. *In*: 19 mar. 2024. Disponível em: https://tratabrasil.org.br/ranking-do-saneamento-2024/. Acesso em: 19 maio 2024.

IPCC. Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Assessment Report 5, Working Group II, Glossary. *In*: 2014. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar5/wg2/. Acesso em: 3 nov. 2023.

IPCC. **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change**. Cambridge University Press: [*s. n.*], 2022. Disponível em: https://report.ipcc.ch/ar6/wg2/IPCC_AR6_WGII_FullReport.pdf. Acesso em: 8 nov. 2023.

IPCC. **Managing the Risks of Extreme Events and Disasters to Advance Climate Change Adaptation: Special Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change**. 1. ed. [*S. l.*]: Cambridge University Press, 2012. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/product/identifier/9781139177245/type/book. Acesso em: 8 nov. 2023.

IPPUC, Prefeitura de Curitiba. **GEOCURITIBA - Hidrografia e Relevo**. [*S. l.*], 2023. Disponível em: https://geocuritiba.ippuc.org.br/portal/apps/sites/#/geocuritiba/pages/hidrografia-relevo. Acesso em: 3 jun. 2024.

IPPUC. **Plano Setorial - Habitação e Regularização Fundiária.pdf**. Curitiba: [*s. n.*], 2020.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3ª EdiçãoEd. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

JANCZURA, Rosane. Risco ou vulnerabilidade social?. [*s. l.*], v. 11, n. 2, 2012.

KRAAS, Frauke *et al.* **Humanity on the move: unlocking the transformative power of cities - WBGU**. Berlin: German Advisory Council on Global Change, 2016.

LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. **L'Homme et la société**, [*s. l.*], v. 31, n. 1, p. 15–32, 1974.

LEICHENKO, Robin. Climate change and urban resilience. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, [*s. l.*], v. 3, n. 3, p. 164–168, 2011.

LEITE, Carlos (org.). **Guia de Urbanismo Social**. Núcleo de Urbanismo Social do Laboratório Arq.Futuro de Cidades do Insper e Diagonal, São Paulo - SP: BEĨ Editora, 2023.

LEWIN, Kurt. **Teoria de campo em ciência social**. [*S. l.*]: Livaria Pioneira Editôra, 1965.

MACEDO, Joseli. Curitiba: city profile. **Cities**, [*s. l.*], v. 21, n. 6, p. 537–549, 2004.

MACIAS-CHAPULA, Cesar A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, [*s. l.*], v. 27, p. nd-nd, 1998.

MARICATO, Ermínia. Conhecer para resolver a cidade ilegal. *In*: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). **Urbanizacao Brasileira: Redescobertas**. C/Arte; 1ª ediçãoed. Belo Horizonte: Leonardo Barci Castriota, 2003a. p. 304. Disponível em: https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2012/09/urbanizacao-brasileira.pdf. Acesso em: 7 nov. 2023.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, [*s. l.*], v. 17, n. 48, p. 151–166, 2003b.

MARICATO, Ermínia. **Nossas cidades estão ficando inviáveis**. entrevistador: IPEA. [*S. l.: s. n.*], 2011a. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?id=2508%3Acatid%3D28&option=com_content&view=article. Acesso em: 8 ago. 2024.

MARICATO, Ermínia. **Os prisioneiros da especulação imobiliária**. [*S. l.: s. n.*], 13 jan. 2011b. Disponível em: https://www.viomundo.com.br/voce-escreve/erminia-maricato-os-prisioneiros-da-especulacao-imobiliaria.html. Acesso em: 8 ago. 2024.

MARICATO, Ermínia. **Para Entender Crise Urbana**. 1ªed. [*S. l.*]: Expressão Popular, 2015.

MARTINE, George; MCGRANAHAN, Gordon. **População e cidades: subsídios para o planejamento e políticas sociais**. [*S. l.*]: Nepo - Unicamp, 2010.

MARTÍNEZ, Joyde Giacomini *et al.* Revealing Curitiba's flawed sustainability: How discourse can prevent institutional change. **Habitat International**, [*s. l.*], v. 53, p. 350–359, 2016.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães De; CASTRO, Paula Almeida De. **Etnografia e educação: conceitos e usos**. [*S. l.*]: EDUEPB, 2011. Disponível em: http://books.scielo.org/id/8fcfr. Acesso em: 13 ago. 2024.

MEIRELLES, Renato; ATHAYDE, Celso. **Um país chamado favela**. 5ª ediçãoed. São Paulo, SP: Gente, 2014.

MENDONÇA, Francisco; DESCHAMPS, Marley; LIMA, Myriam D. V. de. A cidade e as mudanças globais: (intensificação?) Riscos e vulnerabilidades socioambientais na RMC – Região Metropolitana de Curitiba/PR. *In*: OJIMA, Ricardo; MARANDOLA JR., Eduardo (org.). **Mudanças climáticas e as cidades: novos e antigos debates na busca da sustentabilidade urbana e social**. São Paulo, SP, Brasil: Blucher, 2013. (Coleção População e sustentabilidade, v. 1).

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. **Brasil tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência, indica pesquisa divulgada pelo IBGE e MDHC**. [*S. l.*], 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-tem-18-6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-indica-pesquisa-divulgada-pelo-ibge-e-mdhc. Acesso em: 19 maio 2024.

MIRANDA, Bruno. INVESTIGAÇÃO EDUCACIONAL: Paradigmas e Métodos de Investigação em Educação. *In*: INVESTIGAÇÃO EDUCACIONAL. 15 jun. 2008. Disponível em: https://adrodomus.blogspot.com/2008/06/paradigmas-e-mtodos-de-investigao-em.html. Acesso em: 7 dez. 2023.

NAÇÕES UNIDAS. **Sustainable Development Goal 11: Cidades e comunidades sustentáveis | As Nações Unidas no Brasil**. [*S. l.*], 2015a. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11. Acesso em: 8 nov. 2023.

NAÇÕES UNIDAS. **The Universal Declaration of Human Rights**. [*S. l.: s. n.*], 2015b. Disponível em: https://www.un.org/en/udhrbook/pdf/udhr_booklet_en_web.pdf. Acesso em: 19 maio 2024.

NASCIMENTO NETO, Paulo. Assentamentos informais: dinâmicas territoriais e suas (in)visibilidades. [*s. l.*], v. 5, p. 132–153, 2019.

NEREM, R. S. *et al.* Climate-change–driven accelerated sea-level rise detected in the altimeter era. [*s. l.*], 2017. Disponível em: https://www.pnas.org/doi/full/10.1073/pnas.1717312115. Acesso em: 8 nov. 2023.

NOGUEIRA, Fernando Rocha; PAIVA, Cláudia Francisca Escobar De. Uma Contribuição Ao Tratamento De Riscos Em Urbanização De Assentamentos Precários1. **Oculum Ensaios**, [*s. l.*], v. 15, n. 3, p. 437–454, 2018.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS (org.). **O que é a favela afinal?** Rio de Janeiro, RJ: Observatório de Favelas, 2009.

OHCHR. **Fact Sheet No. 21, The Human Right to Adequate Housing**. [*S. l.: s. n.*], 2009. Disponível em: https://www.refworld.org/reference/themreport/ohchr/2009/en/52902. Acesso em: 15 maio 2024.

OLIVEIRA, Celso Maran de. **Congresso Novos Direitos: Cidades em Crise?** [*S. l.: s. n.*], 2015.

ONU. **Nova Agenda Urbana**. [*S. l.: s. n.*], 2017.

ONU. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | As Nações Unidas no Brasil**. [*S. l.*], 2021. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 12 nov. 2023.

ONU. **The human right to adequate housing**. [*S. l.*], 1991. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/special-procedures/sr-housing/human-right-adequate-housing. Acesso em: 2 maio 2024.

PARTICIPATORY ARTS – PARTICIPEDIA. [*S. l.*], [*s. d.*]. Disponível em: https://participedia.net/method/4451. Acesso em: 1 mar. 2024.

PASTERNAK, Suzana. São Paulo e suas Favelas. **PosFAUUSP**, [*s. l.*], v. 19, p. 176–197, 2006.

PERES, Aline. **Rio leva tudo em área de ocupação - Gazeta do Povo**. [*S. l.*], 2009. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/rio-leva-tudo-em-area-de-ocupacao-btgl0887rciqk1bsra0oi3vbi/. Acesso em: 1 mar. 2024.

PINTO, Carlos Vinícius da Silva; KÜHNER, Tobias; AMORIM, Claudia Naves David. Preliminary Analysis of the New Urban Agenda: The Brazil Case Study. **Revista Espaço e Geografia**, [*s. l.*], v. 22, n. 1, p. 285–326, 2019.

PORTER, Libby *et al.* Informality, the Commons and the Paradoxes for Planning: Concepts and Debates for Informality and Planning Self-Made Cities: Ordinary Informality? The Reordering of a Romany Neighbourhood The Land Formalisation Process and the Peri-Urban Zone of Dar es Salaam, Tanzania Street Vendors and Planning in Indonesian Cities Informal Urbanism in the USA: New Challenges for Theory and Practice Engaging with Citizenship and Urban Struggle Through an Informality Lens. **Planning Theory & Practice**, [*s. l.*], v. 12, n. 1, p. 115–153, 2011.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Decreto 14332 1995 de Rio de Janeiro RJ**. Decreto 14332 1995 Rio de Janeiro RJ - CRIA O PROGRAMA DE URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS POPULARES DO RIO DE JANEIRO PROAP-RIO, APROVA O SEU REGULAMENTO OPERACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. 1995. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/1995/1434/14332/decreto-n-14332-1995-cria-o-programa-de-urbanizacao-de-assentamentos-populares-do-rio-de-janeiro-proap-rio-aprova-o-seu-regulamento-operacional-e-da-outras-providencias. Acesso em: 20 maio 2024.

PSUP. **The Participatory Slum Upgrading Programme da ONU Habitat**. [*S. l.*], 2024. Disponível em: https://unhabitat.org/programme/the-participatory-slum-upgrading-programme-psup. Acesso em: 2 mar. 2024.

QUINCHÍA-ROLDÁN, Suly María. Discurso y producción de ciudad:un acercamiento al modelo de urbanismo social en Medellín, Colombia. **Cuadernos de Vivienda y Urbanismo**, [*s. l.*], v. 6, n. 11, 2013. Disponível em: https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/cvyu/article/view/5512. Acesso em: 4 mar. 2024.

REDE DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA. **Boletim Jardim Santos Andrade - Informativo especial do Projeto Político de Desenvolvimento das Cidades do Paraná**. Curitiba: [*s. n.*], 2008. Disponível em: https://www.sesipr.org.br/desenvolvimento-local/uploadAddress/BoletimJSACtba[15772].pdf. Acesso em: 29 fev. 2024.

RINCÓN-CASTELLANOS, Milena. Asentamientos de origen informal y habitabilidad. LECTURA DESDE LA JUSTICIA ESPACIAL. **Bitacora Urbano Territorial**, [*s. l.*], v. 28, n. 3, p. 39–46, 2018.

ROLNIK, Raquel. A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA FUNDIÁRIA E DE PLANEJAMENTO URBANO PARA O PAÍS – AVANÇOS E DESAFIOS. [*s. l.*], 2006.

SANTOS, Milton. **A pobreza urbana**. 3ªed. São Paulo: USP, 1978.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. [*s. l.*], 1993.

SANTOS, Milton. O Dinheiro e o Território. **GEOgraphia**, [*s. l.*], v. 1, n. 1, p. 8, 1999.

SANTOS, André de Castro dos; JUNIOR, Nelson Novaes Pedroso. Mitigação e adaptação das cidades às alterações climáticas: vulnerabilidades socioambientais e conflitos jurídicos na tutela das Áreas Urbanas de Preservação Permanente no Brasil. [*s. l.*], v. 13, 2022. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/61081. Acesso em: 29 nov. 2023.

SATTERTHWAITE, David *et al.* Building Resilience to Climate Change in Informal Settlements. **One Earth**, [*s. l.*], v. 2, n. 2, p. 143–156, 2020.

SATTERTHWAITE, David *et al.* Responding to climate change in cities and in their informal settlements and economies. [*s. l.*], 2018. Disponível em: https://www.iied.org/sites/default/files/pdfs/migrate/G04328.pdf.

SCOZ, Mariana. **Curitiba reduz miséria, mas tem os mais pobres**. [*S. l.*], 2011. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/curitiba-reduz-miseria-mas-tem-os-mais-pobres-a95njqc4ymgl0nm59qh4jb2a6/. Acesso em: 4 mar. 2024.

SENEVIRATNE, Sonia I. *et al.* Changes in Climate Extremes and their Impacts on the Natural Physical Environment. *In*: FIELD, Christopher B. *et al.* (org.). **Managing the Risks of Extreme Events and Disasters to Advance Climate Change Adaptation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 109–230. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/product/identifier/CBO9781139177245A030/type/book_part. Acesso em: 8 nov. 2023.

SEVILLA, Juan *et al.* ¿Es recuperable la ciudad como espacio para la infancia?: aproximación teórica desde la perspectiva del urbanismo social, participativo y sostenible. **Ciudad y Territorio Estudios Territoriales**, [*s. l.*], v. 53, n. 207, p. 77–94, 2021.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Desigualdade, Pobreza e Programas de Transferência de Renda na América Latina. **Revista de Políticas Públicas**, [*s. l.*], v. 13, n. 2, p. 153–156, 2009.

SILVA, Madianita Nunes da; CARDOSO, Adauto Lucio; DENALDI, Rosana (org.). **Urbanização de Favelas no Brasil: trajetórias de políticas municipais**. Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital Editora Ltda, 2022.

SOUZA, Charles Benedito Gemaque. A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasilera de geografia**, [*s. l.*], n. 5, 2009. Disponível em: https://journals.openedition.org/confins/5633?lang=pt. Acesso em: 4 mar. 2024.

SOUZA E SILVA, Jailson de; BARBOSA, Jorge Luiz; SIMÃO, Mário Pires. **A favela reinventa a cidade**. 1. ed. [*S. l.*]: Patrícia Oliveira, 2020. Disponível em: https://trechos.org/wp-content/uploads/2020/11/A-favela-reinventa-a-cidade-www.trechos.org_.pdf. Acesso em: 6 ago. 2024.

SOUZA E SILVA, Jailson de; FERNANDES, Fernando; BARBOSA, Jorge. O Paradigma da Potência e a Pedagogia da Convivência. **Revista Periferias**, [*s. l.*], v. Instituto Maria e João Aleixo, UNIperiferias, 2018. Disponível em: https://revistaperiferias.org/materia/o-paradigma-da-potencia-e-a-pedagogia-da-convivencia/. Acesso em: 5 ago. 2024.

SOUZA, Cíntia de Santana; SAMORA, Patrícia Rodrigues. Urbanização precária: descontinuidades e impactos das políticas habitacionais nos assentamentos consolidados da Região Metropolitana de Curitiba. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [*s. l.*], v. 14, p. e20210218, 2022.

SPINK, Mary Jane Paris *et al.* O Direito à Moradia: Reflexões sobre Habitabilidade e Dignidade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [*s. l.*], v. 40, p. e207501, 2020.

SPIRKINE, A.; YAKHOT, O. **Princípios do Materialismo Histórico**. São Paulo: Estampa, 1975.

SUDIS PR. **SUDIS acompanha visita técnica na ocupação Jardim Santos Andrade no Campo Comprido.** [*S. l.*], 2023. Disponível em: https://www.sudis.pr.gov.br/Noticia/SUDIS-acompanha-visita-tecnica-na-ocupacao-Jardim-Santos-Andrade-no-Campo-Comprido. Acesso em: 1 mar. 2024.

TETO. **Levantamento Censitário Escutando Comunidades (ECO)**. Curitiba: [*s. n.*], 2024.

TEXEIRA, Ana Gabriela. **URBANIZAÇÃO DE FAVELAS NO MUNICÍPIO DE CURITIBA: ANÁLISE DA ABORDAGEM DAS INTERVENÇÕES NO BOLSÃO FORMOSA E NAS VILAS UNIÃO FERROVIÁRIA E TERRA SANTA**. 2022. - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Curitiba, 2022. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/urbanizacao-de-favelas-no-municipio-de-curitiba-analise-da-abordagem-das-intervencoes-no-bolsao-formosa-e-nas-vilas-uniao-ferroviaria-e-terra-santa/. Acesso em: 27 fev. 2024.

TUAN, Yi-fu. **Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência**. São Paulo: Difel, 1983. (Tradução Lívia Oliveira).

TUAN, Yi-fu. **Topofilia: Um estudo de Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. São Paulo: Difel, 1980. Disponível em: Acesso em: 21 fev. 2024.

UN-HABITAT. **Our City Plans: An Incremental and Participatory Toolbox for Urban Planning**. Nairobi GPO Quenia: United Nations Human Settlements Programme, 2021. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/07/piup_toolbox_final.pdf?utm_medium=website&utm_source=archdaily.com.br. Acesso em: 1 mar. 2024.

UN-HABITAT. **Progress towards SDG 11 - UN-Habitat**. [*S. l.: s. n.*], 2023. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2023/07/sdg11_booklet_final_full_5_2.pdf. Acesso em: 3 nov. 2023.

UN-HABITAT. **Pro-poor Climate Action in Informal Settlements**. [*S. l.*], 2018. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2019/05/pro-poor_climate_action_in_informal_settlements-.pdf. Acesso em: 2 nov. 2023.

UN-HABITAT. **Urban Planning | UN-Habitat**. [*S. l.*], 2021. Disponível em: https://unhabitat.org/topic/urban-planning. Acesso em: 3 nov. 2023.

UN-HABITAT. **World Cities Report 2022: Envisaging Cities for the Future**. [*S. l.*], 2022. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2022/06/wcr_2022.pdf. Acesso em: 2 nov. 2023.

VARGAS, Ana Laura Souza *et al.* **Manual Colaborativo: Aplicação do Mapeamento Participativo-Dialógico**. [*S. l.: s. n.*], 2022. Disponível em: https://doi.org/10.31273/978-1-911675-08-2. Acesso em: 21 maio 2024.

WACQUANT, Loïc. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. [*s. l.*], v. 16, Sociologia, p. 27–39, 2006.

WILLIS, Paul. **The Ethnographic Imagination**. [*S. l.*]: Polity Press, 2000. Disponível em: https://download.e-bookshelf.de/download/0003/9791/95/L-G-0003979195-0002496971.pdf. Acesso em: 13 ago. 2024.

WWF. **O que é desenvolvimento sustentável?**. [*S. l.*], 2024. Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/. Acesso em: 21 ago. 2024.

YE, Xinyue; NIYOGI, Dev. Resilience of human settlements to climate change needs the convergence of urban planning and urban climate science. **Computational Urban Science**, [*s. l.*], v. 2, n. 1, p. 6, 2022.

YIN, Robert. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANELLA, Maria Elisa. Inundações urbanas em Curitiba/PR: impactos, riscos e vulnerabilidade socioambiental no Bairro Cajuru /. **oai:ufpr.br:217959**, [*s. l.*], 2006. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/3488. Acesso em: 23 nov. 2023.

ZIERVOGEL, Gina. Climate urbanism through the lens of informal settlements. **Urban Geography**, [*s. l.*], v. 42, p. 1–5, 2020.

APÊNDICE A

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Neste ato, e para todos os fins em direito admitidos, eu _____ RG _____ CPF_____ telefone _____ autorizo expressamente a utilização da minha imagem, em caráter definitivo e gratuito, constante em fotos decorrentes da minha participação na pesquisa – NOSSA VOZ, NOSSA COMUNIDADE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE PLANEJAMENTO LOCAL PARTICIPATIVO COMO FERRAMENTA PARA A URBANIZAÇÃO DE FAVELAS INCLUSIVAS, SUSTENTÁVEIS E RESILIENTES À RISCOS SOCIOAMBIENTAIS – destinada à elaboração de dissertação de mestrado da pesquisadora Giulia de Carvalho Contieri RG 9.910.262-4-SSP/PR e CPF 114.229.029-86, sob a orientação do Prof. Dr. Rivail Vanin de Andrade, da Universidade Positivo, Curitiba – PR.

Esta pesquisa tem por objetivo compreender como um plano de ação local pautado no urbanismo social pode complementar estratégias de urbanização de favelas visando torná-las mais justas, inclusivas, sustentáveis e resilientes à riscos socioambientais, tendo como estudo de caso a comunidade Jardim Santos Andrade, em Curitiba – PR.

As imagens poderão ser exibidas nos relatórios parciais e final da referida pesquisa, em publicações e divulgações acadêmicas, em eventos científicos nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na Internet, fazendo-se constar os devidos créditos. A pesquisadora fica autorizada a executar a edição e montagem das fotos, conduzindo as reproduções que entender necessárias, bem como a produzir os respectivos materiais de comunicação, respeitando sempre os fins aqui estipulados. Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos a minha imagem e voz ou qualquer outro.

Curitiba - PR, _____ de _____ de 2024.

_____

Assinatura da/o participante

_____

Assinatura da pesquisadora responsável Giulia de Carvalho Contieri

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Positivo

Rua Pedro Viriato Parigot de Souza, 5.300 - 2º andar da Biblioteca Central

Horário de funcionamento: das 8h às 11h e das 14h às 17h.

Tel: 41-3317-3260 / E-mail: cep@up.edu.br38

APÊNDICE B

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

Tendo em vista o objetivo de desenvolver, antes da etapa de diagnóstico social-participativo, uma etapa de diagnóstico técnico-territorial, será realizada uma leitura técnica por meio de pesquisa documental e observação participante in loco.

Em visita guiada pela líder comunitária é previsto realizar uma observação participante como percepção inicial por meio do olhar participante da pesquisadora. Nas conseguintes visitas, serão realizadas entrevistas e dinâmicas participativas, parte da etapa de diagnóstico social-participativo.

Nessa primeira visita, os seguintes pontos baseados no Guia de Urbanismo Social, projeto do Núcleo de Urbanismo Social do Insper e Diagonal, deverão ser percebidos e anotados no Caderno Etnográfico da pesquisadora:

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

- Encostas

- Distância aproximada entre moradia e encosta;
- Declividade aproximada;
- Presença de blocos rochosos e paredões rochosos;
- Se a ocupação é em cabeceira de drenagem;
- Se há trincas nas moradias;
- Árvores, muros ou postes inclinados ou muros embarrigados;
- Degraus de abatimento, cicatrizes de escorregamentos anteriores, outras rupturas ou feições erosivas

- Margens de curso d’água

- Tipo de canal e se ele é natural, sinuoso ou retificado;
- Distância aproximada da moradia à margem;

- Altura aproximada de cheias no curso d’água.

➢ Drenagem e esgotamento

- Concentração de águas superficiais;
- Lançamento de água servida em superfície;
- Presença de fossas ou lançamento de esgoto.

➢ Infraestrutura urbana

- Sarjetas e redes de drenagem pluvial;
- Rede de abastecimento de água;
- Rede de coleta de esgoto;
- Coleta de resíduos sólidos regular ou caçamba;
- Energia elétrica e sua origem;
- Intervenções estruturais anteriores para controle de riscos.

➢ Vegetação

- Presença de árvores vegetação rasteira ou área desmatada;
- Áreas de cultivo

➢ Vulnerabilidades

- Moradores idosos, portadores de necessidades especiais, dependentes químicos ou alcoólicos;
- Evidências de fragilidade construtiva, de instabilidade estrutural ou de degradação significativa da edificação;
- Acúmulo de lixo significativo no entorno da moradia;

- Evidência clara de perigo ou impacto ou dano à moradia por ocorrência pretérita, sem que haja providência observável de reparo ou mitigação por parte do morador;
- Desorganização espacial e/ou adensamento excessivo das edificações na área vistoriada, afetando fluxos de drenagem superficial;
- Lançamento desorganizado de águas servidas sobre taludes (Nogueira; Paiva, 2018).

CARACTERÍSTICAS SOCIAIS

- Dinâmica social;
- Percepção geral do ambiente;
- Possíveis hierarquias;
- Existência de atores de destaque na comunidade;
- Atores observados e suas interações, como acontecem;
- Comportamentos e reações;
- Locais de encontros das pessoas
- Como o espaço público é utilizado;
- Onde ocorrem as celebrações e eventos;
- Qual a relação da população com a presença da líder comunitária e da existência de um centro/associação comunitária;
- Que práticas culturais ocorrem na rua;
- Como as diferentes faixas etárias se relacionam;
- Como se dá a questão de gênero no espaço público;
- Existência de grupos específicos (religiosos, de esporte, política etc)
- Existência de culturas, ritos ou crenças específicas;
- Demonstrações de expressão artística (pinturas, música, dança etc);
- Presença de outras organizações além da TETO e do Instituto Incanto.

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Tendo em vista que a coleta de dados se dará em conversas informais, o formato da entrevista será semiestruturado, em visita em campo juntamente com professor e turma de alunos da Universidade Positivo, seguindo a lista de perguntas a seguir como forma de nortear não estrita. Como critérios de inclusão para as entrevistas o entrevistado deve ser morador do Jardim Santos Andrade há pelo menos 6 (seis) meses e concordar com o termo de sigilo de dados.

O objetivo desta etapa surge a partir da afirmativa que a própria comunidade é um importante recurso para produzir e organizar dados sobre sua realidade, sendo uma fonte importante de dados primários atualizados para a identificação de questões relevantes no território, ajudando no processo de leitura e para que o diagnóstico forneça os principais elementos para o planejamento das intervenções futuras (Leite, 2023)

- Poderia contar um pouco da sua história de vida, desde antes até chegar na comunidade?
- Há quanto tempo você mora aqui?
- Como você se sente em relação à comunidade e os vizinhos?
- Poderia nos contar um pouco sobre seu dia a dia na comunidade?
- O que você acredita que tem aqui dentro da comunidade, mas não é possível ter fora (em relação aos relacionamentos com vizinhos, a segurança, a confiança etc)?
- Quais são os seus principais desafios e alegrias em viver aqui?
- Você tem vontade de morar fora da comunidade?
- Quais são as principais mudanças que você observou na comunidade nos últimos anos?

- Se você pudesse escolher uma prioridade para melhorar sua comunidade, qual seria? (por exemplo, saneamento, habitação, educação, acesso a cuidados de saúde)
- Quais são suas expectativas para o futuro da comunidade?
- Você se sente ouvido e representado nas decisões sobre a comunidade?
- Você gostaria de acrescentar algum comentário sobre qualquer um dos assuntos que conversamos ou algum que não abordamos

APÊNDICE D

ROTEIRO DE DINÂMICAS DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Com o objetivo de elaborar um planejamento participativo de um Plano de Ação Local, a presente pesquisa se pautará em 3 frentes: diagnóstico físico, espacial e socioparticipativo. Dentro dessas frentes, são contempladas leituras técnicas e leituras comunitárias. As atividades descritas no presente Apêndice caracterizam-se como leitura comunitária parte do diagnóstico socioparticipativo.

Com o objetivo de auxiliar na recepção da pesquisa por parte da comunidade, a pesquisadora atuará em parceria com a ong TETO Paraná, parte do grupo TECHO, que atua em diversos países da América Latina na construção de moradias emergenciais entre outras infraestruturas, visando mitigar as desigualdades nas favelas. Ademais, a turma de Assentamentos Urbanos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Positivo, orientada pelo professor Dr. Andrei Crestani, participará das visitas em campo para entrevistas e dinâmicas participativas. A disciplina trabalha a cada ano com diferentes comunidades vulneráveis, visando o conhecimento e enriquecimento social dos alunos.

Assim como a visita para a realização das entrevistas semiestruturadas, as atividades propostas a seguir já foram pré-validadas em conversa com representantes da TETO, Prof. Dr. Andrei, a líder comunitária e sua secretária, que prestarão suporte na participação e engajamento da comunidade. Nesta sessão, serão descritas duas das três coletas em campo previstas, uma vez que a primeira delas é a visita com a turma de Assentamentos Urbanos do Curso de Arquitetura e Urbanismo, na qual realizaremos entrevistas semiestruturadas – Apêndice C.

ORGANIZAÇÃO DAS DINÂMICAS

Para a organização das dinâmicas de forma eficiente e assertiva, serão utilizadas metodologias propostas no item “T7 – Checklist para Workshops” do documento “*Our City Plans: An Incremental and Participatory Toolbox for Urban*

Planning" – em tradução livre: Nossos Planos Urbanos: Ferramentas Incrementais e Participativas para o Planejamento Urbano – desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat).

As dinâmicas concebidas para este estudo são baseadas e orientadas conforme documentos validados na área do Urbanismo Social e pesquisas qualitativas com pessoas, aspirando propiciar participação, colaboração e interação em alinhamento ao objetivo preterido e aos parceiros de pesquisa em campo, Universidade Positivo e TETO Paraná.

1.1 Organização prévia

A presente pesquisa seguirá os seguintes passos de organização antes da realização de cada atividade participativa na comunidade, indicados pelo relatório da ONU-Habitat:

- Definir se o workshop será realizado de forma presencial, online ou híbrida;
- Definir data, horário e local (se for presencial) ou ferramenta digital (se for online) para implementar o workshop;
- Criar um guia de facilitação descrevendo as atividades específicas que serão realizadas e a duração de cada uma. Definir um horário no início para compartilhar os objetivos do workshop e para as apresentações dos participantes;
- Identificar e fazer uma lista dos participantes, utilizando uma planilha Excel para coletar seus dados. Estes irão variar de acordo com a atividade;
- Estender convites aos participantes. Incluir o objetivo do workshop, data, horário, duração, endereço ou link e forma de confirmação da participação dos convidados (por e-mail, formulário digital, mensagem de texto, telefone etc.);
- Atribuir funções e responsabilidades;
- Preparar todos os materiais necessários. Para workshops presenciais, defina com antecedência a disposição da sala e dos móveis. Para workshops online, teste a ferramenta digital com antecedência para se

familiarizar com ela e solucionar eventuais problemas técnicos (UN-Habitat, 2021).

Definição de funções

Visando garantir a organização, cumprimento de metas previstas e captação total dos conteúdos obtidos por meio das dinâmicas (workshops), serão delimitadas funções conforme o sugerido no relatório do *Our City Plans*, sendo elas:

Funções voltadas para os participantes:

- Facilitador: apresenta os objetivos e instruções do workshop e facilita atividades e discussões.
- Anotador de conteúdo: anota, coleta ou afixa o conteúdo que está sendo discutido em uma parede, quadro, papel ou qualquer superfície usada durante o workshop. Às vezes, essa pessoa pode ser a mesma que o facilitador (UN-Habitat, 2021).

Funções nos bastidores:

- Anotador e fotógrafo do workshop: documenta como o workshop é desenvolvido — como os temas discutidos, as reações dos participantes, atividades e possíveis iterações — e tira fotos do processo.
- Cronometrista: garante que a programação do workshop seja cumprida dentro do prazo. Avise o facilitador quando faltarem 10, 5 e/ou 2 minutos para uma atividade para que ele possa encerrar.
- Logística/suporte técnico: presta assistência em qualquer questão logística ou técnica que surja especialmente em reuniões digitais, por exemplo. controle de sala, conteúdo de compartilhamento de tela, verificação de áudio etc (UN-Habitat, 2021).

Procedimentos pós dinâmica

Após cada atividade, é prevista a coleta de feedback dos participantes para avaliar o conteúdo (impressões e aprendizados) e o formato (o que funcionou bem e o que pode ser melhorado). Essa coleta pode ser feita de forma física ou por meio de pesquisa online.

Além disso, indica-se compartilhar os materiais utilizados e produzidos durante a oficina (apresentações, vídeos, fotos, mapas etc) com os participantes e lideranças (UN-Habitat, 2021).

2 ATIVIDADES E DINÂMICAS PROPOSTAS

2.1 Dinâmica comunitária “Mapa afetivo do espaço vivido: Como você vive a comunidade?”

O mapeamento comunitário envolve a localização e identificação de questões significativas para o diagnóstico, utilizando mapas impressos ou digitais. Esta atividade permite que os participantes analisem o território de forma detalhada, contribuindo para o desenvolvimento de uma compreensão espacial das principais necessidades e recursos do local (Leite, 2023).

As artes participativas emergem como uma ferramenta crescentemente utilizada por diferentes atores sociais, incluindo indivíduos, comunidades e organizações, com o propósito de fomentar a literacia política e promover a cidadania participativa. Pesquisadores destacam o valor político e cívico das artes participativas, ressaltando sua capacidade de proporcionar uma plataforma alternativa para a participação política e o engajamento democrático (Participatory Arts – Participedia, [*s. d.*]).

Este processo envolve uma abordagem descentralizada e democrática na produção artística, convidando os participantes a contribuir ativamente na criação da mensagem, em contraste com a transmissão unidirecional de uma mensagem por uma elite para um público passivo. Portanto, as estruturas essencialmente democráticas e igualitárias das artes participativas têm o potencial de fortalecer os

objetivos e motivações políticas dos movimentos sociais (Flinders; Cunningham, 2017).

Nesta atividade, o objetivo é reunir o máximo de moradores que possam ser confortavelmente comportados na Associação de Moradores, local onde serão realizadas as práticas, e realizar levantamentos divididos em diferentes momentos, provendo intervalo para lanche levado pela pesquisadora e Universidade Positivo. A previsão desta atividade é para o dia 22 de junho de 2024, sábado, com duração de aproximadamente 6 horas. A seguir é apresentado cronograma estimado para as atividades:

11:00h	Recepção e organização dos grupos
11:30h	Momento 1: “Mapa afetivo do espaço: Como você vive a comunidade?” - Grupo geral
13:00h	Intervalo do almoço
14:00h	Momento 2: “Mapa afetivo do espaço: Como você vive a comunidade?” - Grupo de crianças
15:00h	Lanche da tarde
15:30h	Debate final sobre os resultados e agradecimento
16:00h	Encerramento

Planeja-se que o momento seja bastante dinâmico e informal, no qual os mediadores (pesquisadora e professor Dr. Andrei) devem instigar as pessoas a representar graficamente a comunidade, seus anseios e desejos por meio de colagens e representações gráficas em um mapa impresso ou desenhado em folha de grande escala.

Para isso, os a atividade ocorrerá em dois momentos, separando adultos de crianças, permitindo a percepção característica das duas faixas etárias. Acredita-se que captar a essência da percepção infantil do espaço habitado será de grande riqueza ao aspecto antropológico da pesquisa, corroborando para a percepção das vivências e contribuindo para a intenção de se pensar em uma cidade para todos.

O Observatório de Olho na Quebrada, em parceria com o projeto Violência Aqui Não Entra, Não (VANEN), realizou uma pesquisa de caráter qualitativo com pelo menos 256 crianças e adolescentes que residem no território conhecido como “Fundão do Ipiranga” através de mapas afetivos. O objetivo da pesquisa foi compreender o olhar e a narrativa das próprias crianças e dos adolescentes sobre seu território e as vulnerabilidades que os atravessam (Leite, 2023). Assim como neste exemplo, o “Momento 2” será focado nas crianças e buscando, por meio de desenhos e do diálogo com eles, identificar em quais locais sentem bem-estar físico e mental, e onde eles têm sentimento de insegurança e desconforto.

Conforme a Cartilha da Cidade, produzida pela USP, esse tipo de dinâmica visa desenhar a comunidade por meio de uma construção coletiva, e segregar um momento para as crianças visa compreender, por meio dos desenhos, a comunidade em que gostariam de viver (ARQUITEC IAU USP, 2023). Para a atividade, é necessário:

- Mapas simplificados do território da Santos Andrade
- Fotos de alguns locais chave
- Papel vegetal de tamanho suficiente para esboçar em cima dos mapas
- Marcadores coloridos
- Notas adesivas coloridas
- Uma pilha de papel branco A3
- Revistas para recorte
- Cola e tesoura

Após a representação gráfica, é realizada uma roda de conversa sobre a atividade e as percepções e sensações de cada um.

2.2 Dinâmica comunitária sobre Percepção de Vulnerabilidade

Para a dinâmica relacionada a percepção de vulnerabilidade, será utilizada a metodologia T17 - Diagrama da Cadeia de Impacto, do *documento “Our City Plans*”

da ONU-Habitat como embasamento metodológico, mas de forma simplificada e adaptando ao contexto.

Esta ferramenta analítica e participativa ajuda a identificar e sistematizar a ligação entre os riscos e os impactos da comunidade aos quais a sua população está exposta (UN-Habitat, 2021). Para isso, é necessária a presença de pelo menos três moradores das diferentes áreas da comunidade delimitadas no mapa como setores de estudo.

Para a atividade, é necessário:

- Uma superfície para colar os papéis e desenhar linhas guia (papel kraft)
- Marcadores grossos de cores diferentes
- Notas adesivas coloridas

Para iniciar, uma folha kraft de comprimento longo será posicionada no centro da sala ou colada na parede, onde cinco colunas serão desenhadas segregando os temas apontados como chave para uma urbanização participativa de comunidade, de acordo com o Participatory Slum Upgrading Programme (PSUP). Os cinco temas a serem utilizados são:

- infraestrutura urbana;
- moradia e segurança de posse;
- saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, manejos de resíduos sólidos e de águas pluviais);
- mobilidade;
- meio ambiente e mudanças climáticas (PSUP, 2024).

Com as categorias desenhadas, inicia-se uma roda de conversas mediada pelos organizadores acerca de tópicos que precisam de aprimoramento, as deficiências da comunidade, dentro de cada categoria. Cada situação é descrita em uma nota adesiva e colada na devida categoria no papel kraft exposto.

Ao final dessa etapa, pode ser realizado o intervalo com um lanche comunitário, antes da próxima discussão. Para a compreensão da continuidade da atividade, a

seguinte equação e seus conceitos devem ser explicados aos participantes. A compreensão desses conceitos auxilia no entendimento do cenário vivido nos diferentes graus de vulnerabilidade presentes na comunidade, e como estão atrelados a riscos socioambientais.

Figura 1: Equação do risco

Equação do risco de eventos extremos e desastres

Fonte: elaborada com base em *Working with nature to protect people: How nature-based solutions reduce climate change and weather-related disasters*. IFRC & WWF (2022).

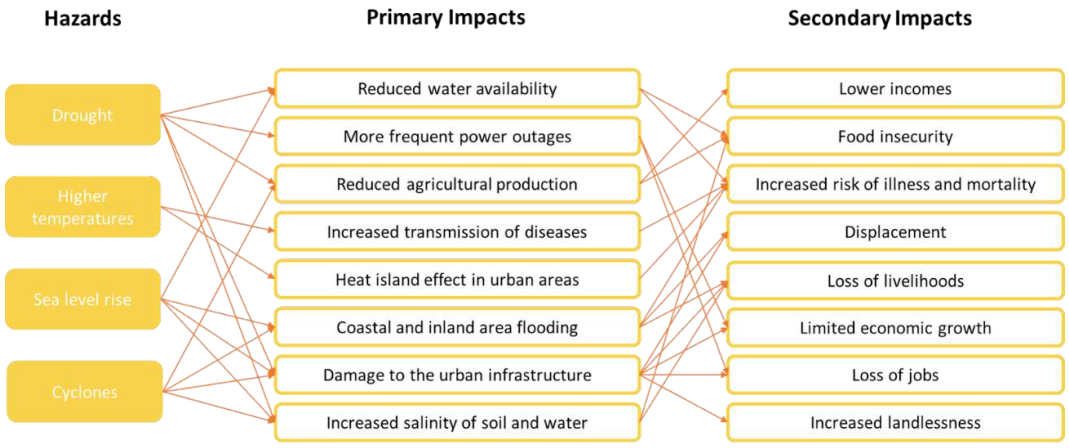
Na segunda etapa dessa atividade, é feita uma revisão do levantamento realizado, e agora com atenção especial em como as vulnerabilidades vividas na comunidade, expostas nas notas adesivas, se relacionam com ameaças de eventos extremos e alterações climáticas (exemplo: quais itens levantados nas notas adesivas sofrem impacto no caso de chuvas extremas). As seguintes perguntas podem ser feitas para iniciar a conversa sobre riscos socioambientais:

- Você se sente seguro(a) em relação a situações de risco como inundações ou deslizamentos, nesta comunidade?
- Sua casa e sua família já sofreram alguma situação de risco físico, de saúde ou perda material causados por excesso de chuvas, de temperaturas muito altas ou muito baixas, deslizamento de terra, inundações etc? Se puder e quiser compartilhar, como foi essa experiência?
- Você acredita que a comunidade está sofrendo mais hoje em dia com esses eventos extremos (excesso de chuvas ou de temperaturas muito altas ou muito baixas, deslizamento de terra, inundações) do que antigamente?
- Que tipo de problemas costumam ocorrer relacionados ao clima e meio ambiente e que afeta no dia a dia da comunidade?

O propósito é montar um Diagrama da Cadeia de Impacto (exemplo na Figura 2), considerando quantas vulnerabilidades podem ser exacerbadas pelas ameaças do contexto local, gerando uma coluna de Impactos Primários e Impactos Secundários.

A atividade é conduzida pelos moderadores e simplificada o quanto necessário visando plena compreensão e aprendizado.

Figura 2: Exemplo de Diagrama da Cadeia de Impacto



Fonte: metodologia T17 do documento *"Our City Plans"* da ONU-Habitat

O objetivo final é fomentar a percepção de riscos climáticos perante a vulnerabilidade dentro da comunidade, e compreender, por meio de compreensão própria, quais as maiores urgências em cada categoria e como se relacionam aos riscos climáticos. Se houver tempo, os itens podem ser pintados com as cores vermelho (extremamente urgente), amarelo (urgente) e verde (menos urgente) para priorização de soluções.

APÊNDICE E

RESULTADOS DA BIBLIOMETRIA

1 RESULTADOS

Para o desenvolvimento da bibliometria, inicialmente as cinco palavras-chave foram pesquisadas nas três bases de dados definidas, Portal de Periódicos da CAPES, Scopus e Web of Science, de forma individual e em português ou inglês, dependendo da Base em questão.

As palavras-chave foram pesquisadas da seguinte maneira: “Urbanização de favelas” ou “*slum upgrading*”; “Vulnerabilidade socioambiental” ou “*socio-environmental vulnerability*”; “Resiliência urbana” ou “*urban resilience*”; “Planejamento participativo” ou “*participatory planning*”; “Habitabilidade” ou “*habitability*”. As pesquisas foram concluídas com os resultados apresentados no Quadro 1.

Quadro 1: Incidência de cada palavra-chave nas três bases de dados

PALAVRAS-CHAVE	BASES DE DADOS		
	CAT. TESES E DISSERTAÇÕES CAPES	WEB OF SCIENCE	SCOPUS
Urbanização de favelas (slum upgrading)	157	364	342
Vulnerabilidade socioambiental (socio-environmental vulnerability)	101	360	120
Resiliência urbana (urban resilience)	27	16.014	2.437
Planejamento participativo (participatory planning)	683	11.996	1.910

Da autora

Após a obtenção dos resultados para as palavras-chave pesquisadas individualmente, foram realizadas análises pela combinação dessas palavras se utilizando do operador lógico AND entre cada arranjo, conforme Quadro 2.

Quadro 2: Combinações entre as palavras-chave

PALAVRAS-CHAVE	BASES DE DADOS			
	Cat. Teses e Dissertações CAPES	Web of Science	Scopus	Total
"Urbanização de favelas" AND "Vulnerabilidade socioambiental"	4	1	0	5
"Urbanização de favelas" AND "Resiliência urbana"	1	23	3	27
"Urbanização de favelas" AND "Planejamento participativo"	12	38	9	59
"Urbanização de favelas" AND "Habitabilidade"	9	2	0	11
"Vulnerabilidade socioambiental" AND Resiliência urbana"	21	35	2	58
"Vulnerabilidade socioambiental" AND Planejamento participativo"	9	4	0	13
"Vulnerabilidade socioambiental" AND Habitabilidade"	0	0	0	0
"Resiliência urbana" AND "Planejamento participativo"	6	264	5	275
"Resiliência urbana" AND "Habitabilidade"	1	9	2	12
"Planejamento participativo" AND "Habitabilidade"	3	2	2	7
Total	66	378	23	467

Da autora

A primeira etapa de combinações, sem a utilização de filtros, resultou na obtenção de 66 resultados pelo Portal de Periódicos da CAPES, 23 resultados pela Scopus e 378 no portal Web of Science, totalizando 467 artigos encontrados. É possível perceber poucos resultados nas pesquisas utilizando o termo "vulnerabilidade socioambiental", o que ocorre por ser um termo mais recente e de

maior utilização no Brasil, mas que aparece com bastante incidência nos artigos encontrados através de pesquisa exploratória. Já os termos que envolvem “resiliência urbana”, “urbanização de favelas” e “planejamento participativo” demonstram grande quantidade de resultados, sendo termos mais populares.

Posteriormente a essas análises, os artigos encontrados foram submetidos a quatro aspectos de filtragem: leitura e análise da pertinência dos títulos e resumos, relevância do periódico e destaque do artigo como fonte de citações de terceiros. O Quadro 3 expõe as resultantes finais desse procedimento.

Quadro 3: Filtragem por critérios de inclusão e exclusão

PALAVRAS-CHAVE	BASES DE DADOS			
	Cat. Teses e Dissertações CAPES	Web of Science	Scopus	Total
"Urbanização de favelas" AND "Vulnerabilidade socioambiental"	3	1	0	4
"Urbanização de favelas" AND "Resiliência urbana"	1	3	0	4
"Urbanização de favelas" AND "Planejamento participativo"	2	2	1	5
"Urbanização de favelas" AND "Habitabilidade"	2	0	0	2
"Vulnerabilidade socioambiental" AND Resiliência urbana"	3	3	0	6
"Vulnerabilidade socioambiental" AND Planejamento participativo"	0	0	0	0
"Vulnerabilidade socioambiental" AND Habitabilidade"	1	0	0	1
"Resiliência urbana" AND "Planejamento participativo"	0	4	0	4
"Resiliência urbana" AND "Habitabilidade"	0	1	0	1
"Planejamento participativo" AND "Habitabilidade"	0	0	0	0
Total	12	14	1	27

Da autora

A etapa apresentada no Quadro 3 explicita uma diminuição considerável no número de resultados, demonstrando a eficácia do processo de análise e exclusão conforme os critérios definidos. Nesse momento, o Portal de Periódicos da CAPES compreende 12 resultados, a Scopus 1 e a Web of Science 14, estabelecendo o número final de 27 artigos delimitados para leitura.

2 CONCLUSÃO

A bibliometria é o estudo dos diversos aspectos inerentes à produção, disseminação, socialização e evidenciação da informação registrada (Macias-Chapula, 1998). O levantamento das informações expostas neste capítulo conduziu a delimitação dos 27 artigos parte da Revisão de Literatura desta pesquisa, assim como outros documentos encontrados por meio de pesquisas exploratórias partindo de publicações referência.

Conclui-se que foi possível chegar em um número de artigos e documentos de relevância suficiente para auxiliar na realização de adequado embasamento e posicionamento quanto ao Estado da Arte.